



Anuário

2010/2011

ARede

de Inclusão Digital

**PROJETOS DA
SOCIEDADE CIVIL**

Terceiro Setor
Empresas

Direito à comunicação

Nesta segunda edição do **Anuário ARede de Inclusão Digital**, o foco são os projetos desenvolvidos pela sociedade — entidades de Terceiro Setor e empresas privadas. São 57 projetos que utilizam das tecnologias de informação e comunicação (TICs) para promover a inclusão digital de brasileiros de todas as idades, especialmente os jovens, onde está o futuro do país.

Não se trata de uma pesquisa com metodologia de amostra estatística. É um levantamento jornalístico que nos mostra que os agentes da sociedade civil estão colocando a mão na massa para ajudar os jovens a se preparar para ser atores da Sociedade do Conhecimento. Hoje, o domínio do computador e da internet é fundamental para todos que querem se inserir socialmente, se comunicar, fazer pesquisas, ampliar horizontes, postar o seu comentário ou o seu vídeo.

“O computador é uma máquina de comunicar”. Foi com essa frase que Marcelo dos Santos, 27 anos, gestor de um telecentro em Lauro de Freitas, na Bahia, resumiu o que o acesso às TICs representa para as populações de baixa renda. Ou seja, a inclusão digital nada mais é do que a garantia do direito básico à comunicação na sociedade atual, uma sociedade em rede.

O que todos os projetos aqui apresentados fazem é contribuir para ampliar o direito à comunicação, um direito fundamental da cidadania. Alguns de forma mais estruturada, outros com alcance ainda limitado, mostram o compromisso das instituições envolvidas com a construção de um país de melhores oportunidades para todos.

Para nós, da revista **ARede**, é uma alegria dividir com nossos leitores as experiências aqui relatadas.

Lia Ribeiro Dias
Diretora Editorial

Diretora Editorial **Lia Ribeiro Dias** | Diretora Sucursal de Brasília **Miriam Aquino** | Editora-Executiva **Áurea Lopes** | Repórter **Patrícia Cornils** | Edição de arte e editoração **Mandacaru Design - Manaira Abreu e João Guitton** | Colaboradores **Ana Cecília Americano, Anamácia Vainsencher, Fred Ghedini, Vera Franco** (reportagem), **Thaís Cavalheiro** (edição de textos), **Leandro Castelao** (ilustrações) | Gerente de Publicidade **Meire Alessandra** | Assistente de Marketing **Roberto Medeiros** | Secretária **Adriana Rodrigues** | Impressão **Ipsis** | Produção **Momento Editorial** Rua da Consolação 222, conj. 2110 cep 70340-000 São Paulo SP tel 11 3124-7444 www.arede.inf.br | Jornalista responsável **Lia Ribeiro Dias** (MT 10.187) As informações das reportagens foram coletadas no período de julho a outubro de 2010.



CAIXA. PIONEIRA NA ADOÇÃO DO PADRÃO ABERTO DE DOCUMENTOS.

A CAIXA implantou, em 130 mil computadores, o padrão ODF (Open Document Format) que é o padrão aberto de documentos eletrônicos, utilizando a aplicação BROFFICE para edição de texto, planilha e apresentação. Por ser um padrão aberto, o ODF pode utilizar qualquer aplicativos de qualquer fornecedor.

A CAIXA coordena o Protocolo Brasília – Protocolo Público de Intenção para Adoção de Formatos Abertos de Documentos, com a adesão de 50 signatários entre Órgãos Públicos, Empresas Privadas e Comunidades, que têm o compromisso de utilizar, treinar e disseminar, entre suas equipes, documentos utilizando o padrão ODF. São mais de 2 milhões de usuários gerando um grupo multiplicador de conhecimento e divulgação do padrão aberto de documentos.

É o pioneirismo da CAIXA levando mais benefícios para toda a sociedade.



SAC CAIXA

0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

0800 726 2492 (atendimento a deficientes auditivos)

OUVIDORIA CAIXA 0800 725 7474

- 4 EDITORIAL
- 10 APRESENTAÇÃO
- 138 ÍNDICE DOS PROJETOS

TERCEIRO SETOR

- 16 ASSOCIAÇÃO CIVIL CRESCER NO CAMPO**
CyberCafé Rural
- 20 ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DA COMUNIDADE FRATERNA**
Projeto de Integração Sociocultural através da Formação Profissional e Tecnológica
- 22 ASSOCIAÇÃO DE SOFTWARE LIVRE**
Pontão de Cultura Digital Minuano
- 24 CASA DE CULTURA TAINÃ**
Encontro Nacional Rede Mocambos
- 30 CENTRO PARA DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMÁTICA (CDI)**
CDI Comunidade
- 34 CENTRO SOCIAL MARISTA DE PORTO ALEGRE (Cesmar)**
CRC - Cesmar; Jovem Aprendiz
- 36 CIRCUITO FORA DO EIXO**
Portal Fora do Eixo
- 38 COLETIVO DIGITAL**
Pontão de Cultura Coletivo Digital
- 40 COMUNIDADE ATIVA NO DESENVOLVIMENTO SOCIOCULTURAL EDUCACIONAL (Cadesc)**
Telecentro Cadesc
- 44 FUNDAÇÃO LEMANN**
Gestão para o Sucesso Escolar (GSE)
- 46 FUNDAÇÃO PENSAMENTO DIGITAL**
Centro Infanto-Juvenil Zona Sul
- 48 FUNDAÇÃO SEMEAR**
Byte & Criação
- 50 GRUPO DE INFORMÁTICA COMUNICAÇÃO E AÇÃO LOCAL (Giral)**
Agentes de Desenvolvimento da Comunicação
- 52 GRUPO NAÇÃO HIP HOP**
Cinema na Favela & Favela no Cinema
- 54 INSTITUTO AYRTON SENNA**
Escola Conectada
- 56 INSTITUTO CRESCER PARA A CIDADANIA**
Organismo Comunicação e Arte (OCA)
- 58 INSTITUTO EMPREENDER**
EnterJovem Plus
- 60 INSTITUTO FRANCISCA DE SOUZA PEIXOTO E COMPANHIA INDUSTRIAL CATAGUAZES**
Escrevendo com o Escritor
- 62 INSTITUTO INTERCIDADANIA**
Rede Independente de Cultura e Cidadania iTEIA
- 64 INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E SOCIAL**
SeLiga!
- 66 INSTITUTO ROGÉRIO STEINBERG (IRS)**
Talento Digital
- 68 OXIGÊNIO**
Jovem Trabalhador
- 70 PONTO DE CULTURA COCO DE UMBIGADA**
Centro Cultural Coco de Umbigada
- 72 PONTO DE CULTURA CORDÃO CULTURAL POR MILHO VERDE**
Núcleo de Produção de Vídeo
- 74 PROGRAMA REDE JOVEM - COMUNITAS**
Wikimapa - Localização ao Alcance de Todos
- 76 PROJETO CASULO**
Multimídia
- 78 REDE GEMAS DA TERRA DE TELECENTROS RURAIS**
Gemas da Terra
- 80 REDE ÍNDIOS ONLINE**
Portal Índios Online
- 82 SAÚDE E ALEGRIA; INSTITUTO VIVO**
Pontão de Cultura Digital do Tapajós; Vivo Educa
- 84 TEIA CASA DE CRIAÇÃO**
Pontão de Cultura Nós Digitais
- 86 VEZ DA VOZ**
Telelibras



SETOR PRIVADO

- 90 CONSELHO DOS EXPORTADORES DE CAFÉ DO BRASIL**
Criança do Café na Escola; Produtor Informado
- 92 FUNDAÇÃO ARCELORMITTAL BRASIL**
Cidadania Digital
- 94 FUNDAÇÃO BRADESCO**
Centros de Inclusão Digital (CIDs)
- 96 FUNDAÇÃO CPQD**
Programa Qualificar para Incluir
- 98 FUNDAÇÃO CSN**
Garoto Cidadão
- 100 FUNDAÇÃO IOCHPE**
Formare
- 102 FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL**
Comunidade Virtual Escrevendo o Futuro; CD Brasil Hoje
- 104 FUNDAÇÃO ODEBRECHT**
Projeto de Inclusão Digital
- 106 FUNDAÇÃO ORSA**
Interação Digital
- 108 FUNDAÇÃO TELEFÔNICA**
Redeca - Sistema de Informação das Redes pelo Estatuto da Criança
- 110 FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL**
Rede Jovem Comunica
- 112 FUNDAÇÃO VALE**
Escola que Vale
- 114 IBM BRASIL**
KidSmart
- 116 INSTITUTO ALGAR**
Algar Educa
- 118 INSTITUTO CLARO**
Prêmio Instituto Claro
- 120 INSTITUTO EMBRATEL; FUNDAÇÃO XUXA MENEGHEL**
De Dentro da Pedra
- 122 INSTITUTO NEXTEL**
Conexão Direta com o Futuro e Conexão Digital
- 124 INSTITUTO DA OPORTUNIDADE SOCIAL (IOS)**
Capacitação Profissional e Inclusão no Mercado de Trabalho
- 126 INTEL BRASIL**
Intel Aluno Técnico
- 128 MULTIVERSE ARTE EM MÍDIA DIGITAL**
Meu morro, meu olhar.
- 129 NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO**
NET Comunidade
- 130 OI FUTURO**
Oi Kabum! Escola de Arte e Tecnologia
- 132 QUALCOMM**
Pescando com Redes 3G
- 134 UNISYS BRASIL**
Escola de Informática e Cidadania
- 136 UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO**
Mutirão pela Inclusão Digital; Kit Escola Livre - Kelix

**SOLUÇÕES COMPLEXAS
DE COMUNICAÇÃO DEIXAM SUA
EMPRESA ENGESSADA?**



TIM EMPRESA SIMPLES

TELEFONIA FIXA + MÓVEL + INTERNET

Uma só operadora, uma só fatura, um só ponto de contato.

Todas as necessidades de comunicação da sua empresa integradas em apenas um serviço. Assim, você tem mais tranquilidade, liberdade e economia para o seu negócio.

Reduza até 40% dos custos.

**PESSOAS SEM BARREIRAS
É QUE FAZEM EMPRESAS SEM FRONTEIRAS.**

Ligue **1056** e agende uma visita.



Você, sem fronteiras.



A sociedade civil faz a sua parte

A segunda edição do **Anuário AREde de Inclusão Digital** traz um panorama das ações de inclusão social por meio das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) sob a responsabilidade de instituições privadas – na edição anterior, o **Anuário AREde** reuniu os projetos do setor público. Esta amostra representativa de programas e projetos em andamento por todo o país revela o potencial transformador de associações, organizações não-governamentais, institutos, fundações e empresas.

Embora pontuais, localizadas e descoladas de uma estratégia nacional de inclusão digital, são muitas as iniciativas que promovem a apropriação ferramentas tecnológicas para elevar a qualidade de vida das pessoas e das comunidades.

Nesta publicação, estão descritos 57 projetos da sociedade civil, distribuídos em duas modalidades: Terceiro Setor e Setor Privado (dentro do qual situam-se institutos e fundações mantidos por empresas). Na grande maioria, o agente tecnológico de inclusão pertence à área de informática (computadores, acesso à internet, redes sociais). Mas há também uma

importante presença dos recursos de comunicação móvel (celulares), em especial em projetos ligados a documentação e a expressões artísticas populares. Essas ferramentas – que nos projetos mais maduros e consolidados muitas vezes acabam por se integrar – fazem parte, principalmente, do mundo (sem fronteiras) das novas gerações. São mais facilmente dominadas por crianças e jovens que, em poucos cliques e com muita ousadia, passam de simples usuários a criadores e desenvolvedores de ideias e soluções.

Por isso, provavelmente, esse é o público mais disputado nos projetos que constam desta amostragem. Escolas, filhos de trabalhadores, grupos de adolescentes em situação de risco social, jovens de comunidades excluídas, estudantes em vias de entrar para o mercado de trabalho, meninas e meninos que ajudam na renda familiar. Estes são os beneficiários da grande maioria das ações de inclusão em todo o país.

A porta de entrada, quase sempre, é a Educação. Seja no reforço do ensino básico formal, na preparação para estudos de nível superior por meio de cursos a distância, ou na qualificação para o desempenho



profissional. Escolas das redes públicas e prefeituras são parceiras que fazem a diferença no sucesso dessas ações. É o apoio do poder público – a experiência comprova – que possibilita a mudança de paradigma, a evolução de uma ação isolada para um programa consistente e sustentável.

Infelizmente, o **Anuário ARede 2010/2011** também mostra que as iniciativas, embora pautadas em propostas e objetivos mais estruturantes, na prática têm dificuldade de ir além dos níveis de impacto primários. Ou seja, limitam-se à inclusão digital básica, a chamada alfabetização digital – em que a formação se restringe a transmitir conhecimentos funcionais sobre *softwares e hardwares*.

Ainda temos poucos projetos mais avançados, onde os usuários são capacitados de modo que, depois de habilitados no uso das ferramentas, sejam capazes de potencializar suas novas habilidades. Mais do que isso: estejam preparados para usar o que aprenderam em aplicações que agreguem valor a suas atividades ou a seus estudos, e se transformar em autores e produtores de conhecimento.

O levantamento compilado nesta publicação é fruto de um trabalho jornalístico, que procurou identificar as melhores práticas, buscando exemplos de diversas naturezas, em variados recantos do território nacional. Não tivemos a pretensão de fazer uma abordagem sistemática e científica do tema. No entanto, acreditamos que os relatos e as informações coletadas podem municiar pesquisadores, pensadores e executores de políticas públicas na definição de rumos para que alcancemos, o mais breve possível, a plena inclusão digital da população brasileira.

A julgar pelo apanhado de projetos aqui reportados, os caminhos estão abertos. E a estrada vai se construindo, com mais amplitude e sustentação, na medida em que o acesso à internet se universaliza pelo país. O Plano Nacional de Banda Larga, anunciado este ano pelo governo federal, deve se prestar a dar um impulso extraordinário a todas essas iniciativas. As oportunidades estão colocadas. Precisam ser cobradas, fiscalizadas e aproveitadas pelos agentes da sociedade civil, que têm papel fundamental na construção de um Brasil mais justo e mais próspero.

Inclusão Social & Desen



Transformar a vida de comunidades excluídas ou em risco de exclusão social, em todo o país. Essa tem sido a prioridade dos investimentos sociais da Fundação Banco do Brasil em seus 25 anos de atuação. Os recursos são aplicados em programas próprios, estruturados e fundamentados em tecnologias sociais nas áreas de educação e de geração de trabalho e renda, com respeito às dimensões humana, econômica e ambiental.



Estas tecnologias sociais possibilitaram que muitas famílias se alimentassem melhor ou tivessem oportunidade de aprender informática, como os quilombolas do Piauí ou os índios do Amapá. São centenas de projetos realizados e milhares de personagens que têm suas histórias entrelaçadas com a história da própria Fundação Banco do Brasil. Uma atuação marcada pelo respeito cultural, pelo cuidado com a biodiversidade, pela solidariedade econômica e pelo incentivo à melhoria da qualidade de vida dos brasileiros.



envolvimento Sustentável



Um exemplo de iniciativa bem sucedida é o Programa de Inclusão Digital. Por meio de parcerias estratégicas com instituições de todas as esferas sociais, já foram instaladas mais de 300 Estações Digitais em todo o país. Isso possibilitou que centenas de pessoas, sem acesso ao mundo virtual, pudessem conseguir o primeiro emprego ou se comunicar com parentes distantes. Mais do que promover a inclusão digital, esse trabalho incentiva a mobilização social e o protagonismo na comunidade.

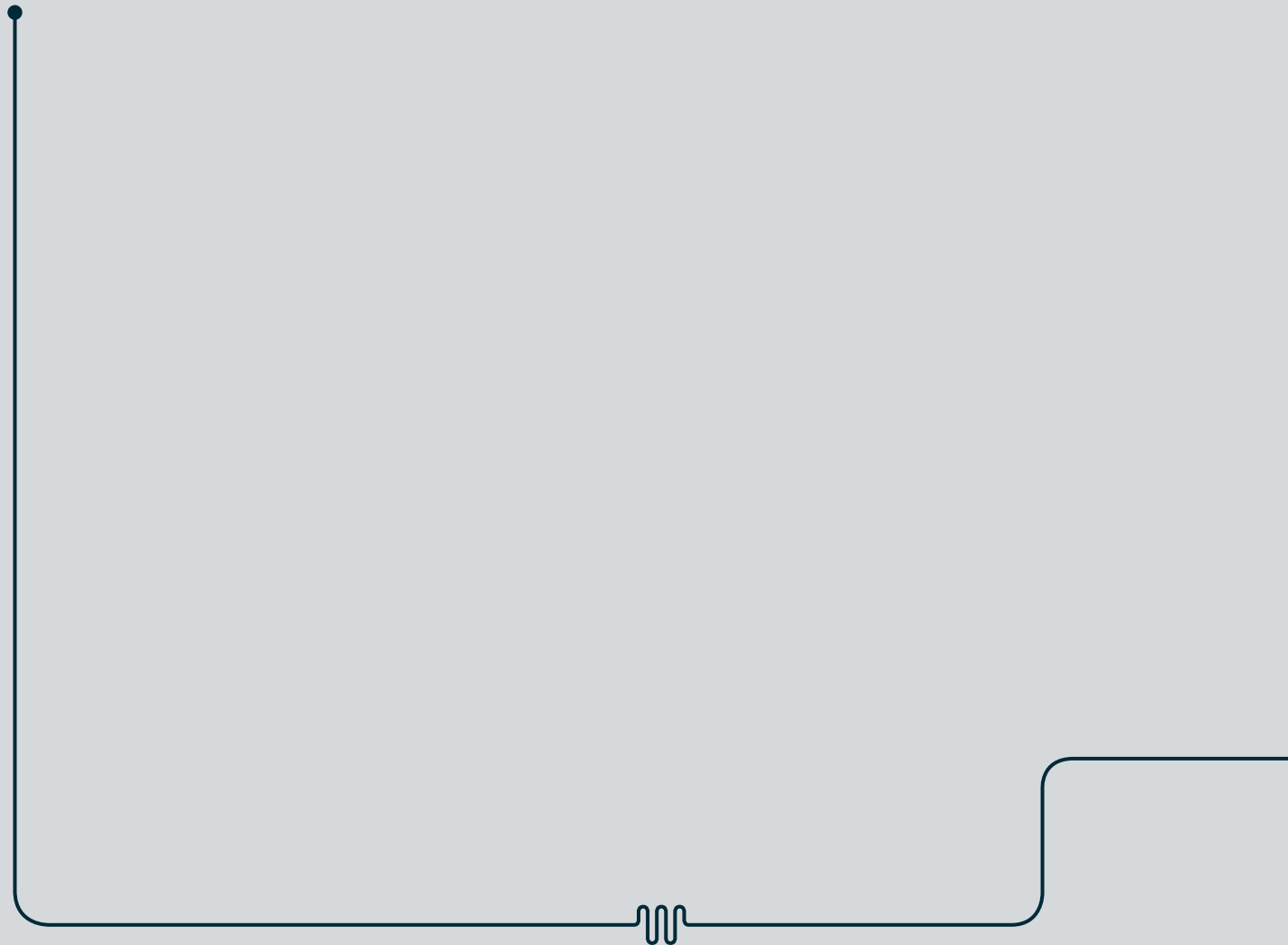


Os resultados obtidos nesses 25 anos de existência reforçam a motivação da Fundação Banco do Brasil em ampliar cada vez mais sua atuação, contribuindo para o desenvolvimento social e sustentável do país.



25 anos de transformação social

Terceiro Setor





Uma nova (e ampla) visão do mundo

CyberCafé Rural supera a barreira da topologia acidentada e tira a população do isolamento social



fotos: Divulgação

Alunos da rede de ensino da cidade encravada na serra da Mantiqueira deram adeus ao isolamento e se conectaram ao mundo via web

A pacata cidade de Espírito Santo do Pinhal (SP), situada na Serra da Mantiqueira, entre Mogi-Guaçu e a mineira Poços de Caldas, tem no cultivo do café sua principal atividade econômica. Ali, cerca de mil crianças e adolescentes de três bairros periféricos da cidade ainda moram em fazendas. Não raro, porém, migram para municípios vizinhos, sempre que seus pais são obrigados a acompanhar as ofertas de trabalho de colheitas mais distantes. Para esses pequenos nômades, a inclusão digital poderia parecer um luxo. Eles trocam de escola e de moradia, em média, a cada dois anos e, para frequentar a rede municipal de ensino, são recolhidos por ônibus da prefeitura que percorrem dezenas de quilômetros da cidade até onde moram.

Nesse canto do interior paulista habitado por 42 mil pessoas, a internet só chega via rádio – e assim

mesmo com problemas sistemáticos de conexão devido à topologia da região. Apesar disso, há cinco anos um projeto da Associação Civil Crescer no Campo busca inserir a meninada no mundo do século 21 por meio do CyberCafé Rural. Com um orçamento anual de R\$ 112,5 mil, o projeto já se instalou nos bairros de Floresta, Morro Azul e Santa Luzia, formando uma rede com 188 crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos. A meta é chegar a 200 até o final do ano.

Curiosidade

Para esses jovens usuários, é uma alegria poder produzir conteúdos, trocar informações e se relacionar virtualmente por meio de *blogs* e *e-mails*. A ONG fornece 22 computadores para os núcleos de Floresta e Santa Luzia. As máquinas utilizadas no Morro Azul, no programa Jovem Rurbano, pertencem

à Escola Técnica Estadual Carolino Motta e Silva, do Centro Paula Souza, que abriga um dos núcleos do projeto.

Algumas oficinas semanais de informática por uma hora após o turno escolar são o suficiente para, além permitir a inclusão social e digital, despertar nesses pequenos brasileiros a curiosidade pelo mundo exterior, assim como o domínio da tecnologia da informação, de forma lúdica e dinâmica. Os participantes do núcleo Floresta frequentam diariamente as atividades, os da Santa Luzia três vezes por semana e os demais duas vezes por semana. “É importante lembrar que as crianças das fazendas não estão familiarizadas com números, formas e letras como as da cidade, mais expostas a cartazes, *outdoors*, promoções e todo tipo de estímulo visual”, ressaltou Rita Maria Cardoso Barbosa, coordenadora do projeto. “Para elas,

a internet é um deslumbramento.”

As oficinas e o intercâmbio de conteúdo com habitantes de outros bairros rurais da cidade propiciam novas referências e o estreitamento do convívio social. “Essas crianças moram muito longe e, além da escola, não têm contato com outras pessoas fora do círculo familiar”, diz a coordenadora.

A internet abriu janelas de oportunidades para os estudantes, que completam sua formação à moda do século 21.

A Crescer no Campo criou seis diferentes oficinas, que trabalham temas pré-definidos. “Fugimos das aulas tradicionais de informática, que são terrivelmente chatas”, explica Rita Maria. Os assuntos são desenvolvidos ao longo do ano, por meio de pesquisas e produção de conteúdo. Para edição de textos e vídeos, planilhas, apresentação e navegabilidade, são utilizados diversos aplicativos Windows. Este ano, cinco *blogs* já estão no ar, alimentados pelos alunos, que também contribuem com o jornal *Crescer no Campo Dá Notícia*.



Por meio de oficinas, o CyberCafé Rural possibilita intercâmbio com outros bairros.

O projeto tem sete funcionários, entre coordenadores, educadores e uma cozinheira. Mais seis educadores sociais de outros projetos da ONG atuam indiretamente com o CyberCafé Rural, nas áreas pedagógicas e ambientais. A prefeitura se responsabiliza pelo transporte e pela alimentação — almoço e lanche. Ao final das atividades, os ônibus da prefeitura transportam os alunos de volta às suas fazendas. Duas empresas — NetServ e KallNet — dão suporte para a conexão de 1 Mbps via rádio, fornecido pela AR Telecom e pela Anatel. A InfoTech faz a manutenção dos equipamentos em sala de aula.

Segundo a coordenadora, o projeto é financiado por instituições bancárias e empresariais como os bancos Itaú, HSBC; a Fundação Itaú Social e a empresa Odebrecht. Fora isso, são captadas verbas por meio do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, além de bazares de Natal, bingos e festas. “Trabalhamos com um ano de antecedência para garantir o orçamento do ano seguinte”, diz ela. O projeto reúne semestralmente um conselho formado por profissionais liberais da capital paulista. E tem o apoio do Centro Regional Universitário de Espírito Santo do Pinhal

(UniPinhal), que cede estagiários e abre o centro esportivo para atividades físicas semanais com os alunos dos CyberCafés Rurais.

Wagner Luis de Oliveira, auxiliar de informática contratado pelo projeto, vê a iniciativa com os olhos de quem já participou do CyberCafé aos 14 anos. “Eu morava em uma fazenda em Guataparã quando comecei a frequentar o centro”, conta. “Na minha escola, os computadores ficavam sempre trancados por falta de monitores”, recorda. Hoje, aos 19 anos, é responsável por atividades junto a 50 crianças e as ajuda a explorar a internet. Ele detalha seus planos: “Vou me formar como técnico em informática no final deste semestre e, em seguida, pretendo cursar Análise e Criação de *Software* na Faculdade de Tecnologia de Mogi-Mirim”. Para Wagner, a inclusão digital oferecida pela Crescer no Campo representou muito mais que um reforço escolar. Foi decisiva para construir a base da sua carreira profissional.

Projeto

CyberCafé Rural

Instituição responsável

Associação Civil Crescer no Campo

Gestora

Rita Maria Cardoso Barbosa,
coordenadora do projeto.

Parceiros

APTV; Assoc. dos Moradores do Bairro de Santa Luzia; Assoc. dos Produtores de Cafés Especiais do Bairro de Santa Luzia; Centro Paula Souza; Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé); Deptos. da Assistência Social e de Educação da prefeitura de Espírito Santo do Pinhal; Jornal Pinhal News; Paróquia do Divino Espírito Santo; Pinhal Rádio Clube; Programa Jovem Rurbano; Scuzinet; Unipinhal.

Abrangência geográfica

Bairros rurais do município de Espírito Santo do Pinhal (SP)

Público atendido

188 crianças e adolescentes

Investimento

R\$ 112,5 mil

Mais informações

www.crescernocampo.org.br





Foto: Bernardo Rebelló



Lan houses vão ajudar empreendedores a acessar serviços do Sebrae

Por meio de jogo virtual, estes estabelecimentos são capacitados para se tornarem centros de apoio aos clientes da instituição

Mariana Flores

AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS

BRASÍLIA - Um jogo virtual que capacita *lan houses* para se tornarem centros de apoio aos brasileiros que queiram utilizar os serviços do Sebrae. Assim funciona o Desafio Sebrae Lan House, que deve reunir até o fim deste ano cerca de 400 empresas. Com 12 etapas, a atividade registrou, logo nas primeiras semanas, a presença de 179 empresas sendo que, deste total, 19 concluíram o procedimento.

“De forma interativa, leve e lúdica, por meio de um *game* social, estamos capacitando as *lan houses* e, ao mesmo tempo, convocando-as para atuar ao lado do Sebrae para multiplicar sua ação. O jogo também permitirá o mapeamento das *lan houses*, estimadas em mais de 100 mil em todo o País”, informa o diretor-

técnico do Sebrae, Carlos Alberto dos Santos.

O jogo faz parte do projeto Raio Brasil, voltado à articulação de certos atores sociais (empresas, instituições, donos e usuários de *lan house*) em torno de ações de fortalecimento e desenvolvimento do mercado dos centros públicos de acesso pago. O projeto teve início em março deste ano com o objetivo de ampliar as bases de atendimento do Sebrae. Conheça o projeto pelo *link* <http://raio brasil.ning.com/page/desafio-lan-sebrae>.

O Sebrae possui 738 pontos físicos de atendimento, número que não consegue atender a todo o território nacional. A ampliação por meio de *lan houses* permitirá que os cursos e serviços oferecidos pelo Sebrae tenham uma abrangência maior. “A ideia é que os proprietários e funcionários das *lan houses* sejam capazes de ajudar os empreendedores, pois muitas



Fotos: Divulgação/Sebrae País

Lan houses podem ser pontos de atendimento do Sebrae em todo País

“Pessoas se sentem inseguras quando têm que acessar um serviço pela internet”, afirma o consultor do Rio Brasil, Marcelo Pimenta.

Além da função social, a adesão deve elevar a demanda de clientes das *lan houses*, conforme espera o empresário Marco Antônio Serra, proprietário há três anos da LanSerraMaq, em Itaim Paulista, bairro de São Paulo. “O meu intuito é ajudar a região; ajudar as pessoas com suas dúvidas. Mas, claro, espero que aumente também o número de clientes”, afirma. Atualmente, ele contabiliza entre 50 e 70 acessos por dia em sua loja.

Cursos

Os empreendedores que queiram participar de cursos à distância do Sebrae podem se inscrever gratuitamente nos seguintes módulos: Aprender a Empreender, Análise e Planejamento Financeiro, Como Vender Mais e Melhor, D-Olho na Qualidade, Gestão de Cooperativas de Crédito, Atendimento ao Cliente, Boas Práticas nos Serviços de Alimentação: Gestão da Segurança, Empreendedor Individual e Iniciando um Pequeno e Grande Negócio.

Os interessados podem fazer os cursos em suas casas ou nas próprias *lan houses*, no horário em que preferirem. As inscrições podem ser feitas pelo site <http://www.ead.sebrae.com.br/HotSite/cronograma.asp>.

Jogo Virtual amplia atendimento

Desde junho, quando teve início o Desafio, 667 empresas de todo País se inscreveram para participar. 120 já concluíram a primeira etapa e estão aptas a participar da segunda fase do Desafio Lan Sebrae que começou no dia 27 de setembro. Na nova fase, os participantes concorrerão a uma viagem de dois dias a Brasília para visitarem a sede do Sebrae e participarem de reuniões.

As inscrições podem ser feitas pela internet no endereço raioabril.ning.com. Com autorização do Sebrae, as *lan houses* podem oferecer um novo tipo de serviço: cursos de capacitação profissional *on-line* para formalização de pequenas e microempresas. “Queremos facilitar o acesso das pessoas ao Sebrae. O projeto tem duas motivações: promover a sustentabilidade das *lan houses*, que são micro e pequenas empresas, e aproveitar essa oportunidade para facilitar o acesso da população em torno dessas lojas aos serviços e produtos do Sebrae”, afirma a coordenadora do Desafio Lan Sebrae, Márcia Matos.

Para o proprietário da *lan house* a vantagem está em atrair mais clientes a sua loja. Dono da SFC Informática, localizada na periferia de Salvador (BA), Sidnei Florêncio da Costa já contabiliza aumento na demanda. Além de seus clientes habituais, ele recebe diariamente, no mínimo, dois interessados em navegar pela página do Sebrae para tirar dúvidas sobre cursos ou se inscrever para oficializar a empresa ou obter registro de Empreendedor Individual. Para ajudar a divulgar o serviço e aumentar ainda mais a clientela, ele colocou um carro de som anunciando os serviços pelas ruas do bairro. Sidnei se prepara para participar da segunda etapa do Desafio. “Já atendo, tiro dúvidas. A maior demanda é de quem quer se formalizar como Empreendedor Individual”, conta.



Empresário Diego Araújo (RN) participa do Desafio

Foto: Moraes Neto

Informática aumenta a renda

Capacitação digital oferecida pela Comunidade Fraterna muda a vida dos moradores de um bairro mineiro

Uma pesquisa socioeconômica na zona Norte de Belo Horizonte revelou: o principal problema relacionado a emprego e renda naquela região era a falta de um bom preparo profissional. O levantamento, feito pelas pesquisadoras Antonia M. R. Montenegro e Rachael Almeida, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, levou o Centro de Formação Profissional Don Berna a sanar essa deficiência por meio de cursos de informática.

Localizada entre os bairros de Primeiro de Maio e Minaslândia, essa instituição pertence à Associação de Defesa da Comunidade Fraterna (ADCF), que surgiu da resistência de alguns moradores à desapropriação de moradias na Vila Boa União para obras de construção do metrô. “Foi um período difícil”, lembra Antônio Viana Costa, presidente da ADCF. A comunidade investiu parte da indenização na formação de uma cooperativa de trabalho na área da construção civil, uma iniciativa que garantiu o sustento de muitas famílias. Depois de quatro

anos de negociação com o poder público, essa população conseguiu o terreno onde foi erguida a sede da ADCF. Ali hoje funciona o Centro de Formação Profissional Don Berna, equipado com cinco laboratórios de informática e um total de 42 micros

O raio-x econômico da região levou ao diagnóstico: uma boa formação profissional poderia melhorar a remuneração.

ligados em rede, todos com acesso à internet. Uma infraestrutura adequada para cursos de inclusão digital, como Introdução à Informática, Informática Básica, Manutenção de Computadores, Webdesign, Photoshop, Linux e Redes de Computadores. Sem contar os aparelhos de TV e DVD, *datashow* e *notebooks*. A PUC Minas – São Gabriel paga os instrutores, que são alunos dos seus cursos de graduação, e emite os certificados, por meio da pró-reitoria de extensão universitária.

Entre 2002 e junho de 2010, formaram-se perto de quatro mil pessoas. Cerca de 39% delas obtiveram uma colocação no mercado de trabalho ou melhoraram sua remuneração. “É um percentual aproximado, porque o banco de dados com o cadastro de alunos e ex-alunos ainda não está completo”, explica o presidente da ADCF.

O último projeto do Centro, financiado pela Regione Lombardia, uma associação de empresas daquela região italiana, foi concluído no final

do primeiro semestre de 2010. “Enquanto tínhamos dinheiro, os cursos aconteciam em três turnos. Agora estamos funcionando apenas à tarde e com poucas turmas”, lamenta Costa. Enquanto aguarda aprovação do pedido de verba enviado à Itália para ampliar sua atuação, a ADCF busca outras fontes de financiamento e toca o processo de transformação da entidade em Oscip, sigla para Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. O registro facilitará a assinatura de convênios com o governo federal para a obtenção de recursos públicos, gerando novas fontes de financiamento.

Projeto

Projeto de Integração Sócio-cultural através da Formação Profissional e Tecnológica de Jovens, Adultos, Mulheres e Crianças da Região Norte de Belo Horizonte – Brasil.

Instituição responsável

Associação de Defesa da Comunidade Fraterna (ADCF), por meio do Centro de Formação Profissional Don Berna.

Gestora

Ana Maria de Amorim, coordenadora.

Parceiros

Companhia Teatral Palcomania; Paróquia Santa Giulia, em Turim, Itália, e Paróquia de Todos os Santos, em Belo Horizonte (MG); Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – São Gabriel; Regione Lombardia.

Abrangência geográfica

Região Norte de Belo Horizonte (MG)

Público atendido

Jovens e adultos de baixa renda, moradores dos bairros Primeiro de Maio e Minaslândia, na zona Norte de Belo Horizonte (MG).

Investimento

Entre 2008 e 2010, 121.199 euros.

Mais informações

www.saogabriel.pucminas.br/projetodonberna



Foto: Divulgação

Comunidade investiu na própria formação



www.serpro.gov.br

Mais de 300 Telecentros instalados
no Brasil e nove no exterior

Inclusão Digital e Software Livre caminham juntos

Por uma cultura livre

No Pontão Minuano, artistas da região Sul aprendem a tirar o máximo proveito dos kits multimídia



fotos: Divulgação

Difundir a tecnologia dos softwares livres é a principal finalidade dos cursos do Pontão de Cultura Digital Minuano no Sul do país

O Pontão de Cultura Digital Minuano, em Porto Alegre, optou por fazer um trabalho de inclusão digital por trás da cena. Criado em 2008, ajuda mais de 70 Pontos de Cultura do Paraná, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina a tirar o máximo proveito dos *softwares* livres que podem ser usados com os *kits* multimídia e de informática recebidos dentro do programa Cultura Viva, do Ministério da Cultura (MinC). O Minuano, iniciativa da Associação do *Software* Livre, cujo objetivo é difundir o uso e o desenvolvimento de programas não proprietários no país, ministra cursos presenciais e *online* para edição de vídeo, áudio e texto, além de oficinas de meta-reciclagem. E, em uma escala mais tímida, também apoia os Pontos de Cultura da região Sul com serviços de suporte ao sistema operacional Linux e aos diversos aplicativos que rodam nessa plataforma.

“É o que chamamos de ação transversal”, explica Sady Jacques, embaixador da Associação de Software Livre, organização não-governamental que abriga e mantém o Pontão. “Existem várias organizações voltadas para a produção cul-

A cultura ganha expressão e visibilidade, ampliadas em rede por meio de softwares e plataformas de uso livre.

tural que ainda não se apropriaram da tecnologia que vem no *kit* do MinC”, explica. “Usam precariamente as ferramentas”, acrescenta.

Em 2009, cerca de 40 oficinas de 20 horas cada, com até 30 pessoas, foram promovidas nos três estados. Os usuários conheceram programas como Cinelerra, Kdenlive, Ubuntu,

Ardour, Audacity, Gimp, Scribus. O Pontão Minuano também marcou presença nos encontros regionais de Pontos de Cultura, dos quais participaram até nove mil pessoas, calcula Jacques. As iniciativas daquele ano foram financiadas pelo MinC, que repassou uma verba de R\$ 444 mil. A Associação acrescentou outros R\$ 111,2 mil.

Segundo o embaixador o projeto, os recursos bancaram a contratação de dez pessoas para monitoria, e compra de equipamentos como *notebooks*, câmeras de vídeo, projetores, entre outros. Os cursos foram transformados em aulas *online*, usando o *software* Moodle para ensino a distância. “Por meio da internet, pudemos atingir um contingente dez vezes maior do que aquele que assistiu presencialmente os cursos”, calcula ele.

O público que participa das ofici-

nas do Minuano é particularmente heterogêneo, em função da diversidade de Pontos de Cultura atendidos. Mas, de acordo com Jacques, predominam jovens de baixa renda, sem conhecimentos de informática. Este ano, o Pontão aguarda o repasse do MinC de R\$ 350 mil, que se somarão à contrapartida de R\$ 70 mil da ASL. Enquanto os recursos não chegam, a Associação mantém oficinas ministradas por voluntários, na sede, em Porto Alegre. Assim que os novos recursos chegarem, o Pontão terá novas atribuições: “Daremos maior ênfase a oficinas de rádio e televisão com divulgação pela *web*”, diz Jaques.

Tambor de sopapo

Quem aguarda com grande expectativa a retomada das atividades do Pontão de Cultura Digital Minuano é Leandro Artur Anton, do Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo, em Porto Alegre. Seu projeto de resgatar a cultura do tambor de sopapo, um instrumento de percussão com 1,1 metro de altura, típico do Rio

Grande do Sul (também conhecido por atabaque rei), se multiplica com o uso das novas tecnologias.

O trabalho realizado no Quilombo consiste em uma pesquisa da musicalidade de raiz negra do estado do Rio Grande do Sul, com registro audiovisual. Entre os especialistas de saberes populares que participam estão Giba-Giba, percussionista; Eduardo Nascimento, especialista em teatro de bonecos; e mestre Já, capoeirista. “Fizemos várias oficinas no Minuano, fundamentais para a equipe conhecer e instalar os aplicativos de *software* livre nos equipamentos. O pessoal nunca tinha lidado com tecnologia da informação. Quando muito, alguns tinham entrado em *sites* de relacionamento”, comenta Anton.

Para o agente comunitário do quilombo do Sopapo, a ampliação das fronteiras que o domínio da tecnologia tem permitido é particularmente rica. “Pesquisas, elaboração de projetos, criação e outras iniciativas ficaram muito mais fáceis”, diz. Um dos *softwares* que o Ponto de

Cultura mais usa é o Kdenlife, para edição de arquivos de áudio e vídeo. Anton também elogia o apoio do Minuano no suporte remoto ao Linux.

Projeto

Pontão de Cultura Digital Minuano

Instituição responsável

Associação de Software Livre

Gestor responsável

Fabício Solagna, coordenador do projeto.

Parceiros

Associação de Software Livre; CBC; Dataprev; Pontos de Cultura; Serpro; SindBancários.

Abrangência geográfica

Região Sul do Brasil (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná).

Público atendido

Em 2009, cerca de nove mil pessoas em 200 Pontos de Cultura. Em 2010, até o fechamento desta edição, não havia dados disponíveis.

Investimento

Em 2010, R\$ 350 mil do Ministério da Cultura e R\$ 70 mil da Associação de Software Livre.

Mais informações

www.minuano.org



Tirando partido da tecnologia da informação, os participantes registram em áudio e vídeo toda a produção musical de raiz negra.

Comunidades em rede

Quilombolas e populações indígenas da Rede Mocambos preservam sua cultura por meio das novas tecnologias



fotos: Divulgação

O acesso à tecnologia facilita a ação dos ativistas da Rede Mocambos junto às comunidades marginalizadas de 17 estados brasileiros

Há 20 anos, quando foi criada a Casa de Cultura Tainã, primeiro núcleo da Rede Mocambos, seus fundadores não podiam imaginar as mudanças que o acesso às tecnologias de informação e comunicação proporcionariam na vida dos habitantes dos quilombos Brasil afora. Uma iniciativa pioneira, pode-se afirmar sem o risco de exagero. “Continuamos firmes nossa missão de ajudar essas comunidades a se apropriarem do conhecimento e exercitarem sua cidadania”, diz Antônio Carlos Santos Silva, conhecido como TC, um dos fundadores e coordenador da Casa de Cultura Tainã. A Casa atende a 50 mil moradores da Vila Padre Manoel da Nóbrega, em Campinas (SP). Mas a Rede Mocambos vai bem mais longe: opera em mais de 17 estados.

Tainã, em tupi-guarani, quer dizer “caminho das estrelas”. Um

significado que vem bem a calhar à trajetória da Casa de Cultura, quando Antônia Frutuosa Felisbino, conhecida como dona Toninha, decidiu lutar para que as drogas não fossem o destino dos jovens da violenta vila Castelo Branco, hoje Padre Manoel da Nóbrega.

Autonomia

Nessa época, atendendo a um pedido de dona Toninha, TC colocou a sua experiência em música a serviço da comunidade, mas já tendo em mente a importância do uso da tecnologia como instrumento de autonomia para os jovens. Tão logo conseguiu o primeiro computador, implantou o programa Faça Você Mesmo, que consistia em desmontar um equipamento e depois remontá-lo, com o propósito de entender a lógica da máquina.

A partir de 2005, um parceiro

importante impulsionou o projeto, o programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac), do Ministério das Comunicações. Foram implantadas 80 antenas interligadas via satélite, o que permitiu conectar mais de 50 comunidades das áreas mais remotas do país. Nesse ano, TC também pode realizar seu grande sonho: promover encontros nacionais anuais reunindo pessoas de diferentes comunidades para se conhecerem e trocarem experiências por meio da tecnologia de informação.

Para os encontros, foi escolhido um modelo inspirado na forma pela qual antigas comunidades quilombolas, indígenas, rurais e urbanas se organizavam. Suas moradias, chamadas de mocambo – ou, ainda, mucambo, palhoça e tejupar –, eram construídas artesanalmente (com folhas de buriti, palha de co-

O Futuro? Que Futuro? Eu sou o Futuro! Sou ALWAYS ON*!



Olga é uma estudante de quinze anos que vive em Paris. Tem cinco melhores amigos inseparáveis, com quem conversa o dia inteiro sobre tudo o que acontece. E, mesmo assim, falta tempo para tanto assunto. Para ficar **conectada com esses amigos ao tempo todo**, Olga precisa ser **ALWAYS ON***.

Por isso ela criou um blog onde armazena toneladas de fotos, vídeos, novas páginas na WEB e as últimas novidades. Com seu smart phone e seu laptop, ela está sempre conectada aos seus amigos e aos amigos de seus amigos. Seu blog cresceu e se transformou em **um fascinante guia de Paris para adolescentes**, visitado por mais de 40 mil pessoas somente no último mês!

Nós da Alcatel-Lucent ficamos muito contentes ao ver que Olga e seus amigos se divertem tanto. Os pesquisadores do Bell Labs na América do Norte inventaram a tecnologia que criou a base da Internet. Hoje, os pesquisadores do Bell Labs em todo o mundo fazem descobertas e trabalham em novas tecnologias que transformarão a forma como o mundo se comunica... mais uma vez. E mal podemos esperar para que pessoas como a Olga usem essas novidades para se manterem ALWAYS ON*.

Assim como Olga, milhões de pessoas são ALWAYS ON*. Conte-nos sua história em www.theworldisalwayson.com

Transformando as comunicações
em um mundo ALWAYS ON*.

Alcatel·Lucent 

queiro e outros tipos de planta) e dispostas em círculos para facilitar a comunicação e a defesa.

Por isso, durante o Encontro Nacional da Rede Mocambos, os participantes se abrigam sob tendas montadas ao ar livre e fazem rodas de conversas para definir diretrizes, criar núcleos regionais de formação continuada e discu-

No laboratório de informática, os ativistas se envolvem em atividades de pesquisa na rede e produção de conteúdos.

tir a sustentabilidade da rede. Em seguida, no laboratório de informática, os ativistas se envolvem em atividades de pesquisa na rede e produção de conteúdos relacionados aos temas abordados. É assim que são elaboradas as reivindicações das comunidades integrantes da Rede, como a carta encaminhada ao governo federal solicitando o reconhecimento do direito à educação, à saúde e à luz elétrica.

Não faltam polêmicas nos encontros dos mocambos. Temas como educação e resgate da lín-

gua-mãe motivam discussões acaloradas, assim como os debates sobre a valorização da cultura e a sustentabilidade de comunidades tradicionais. Um assunto recorrente em todos os encontros diz respeito à criação de um *wiki* da Rede Mocambos para disseminar informações de interesse geral. As reuniões também possibilitam o mapeamento da rede de comunicação das comunidades quilombolas.

O grande encontro presencial, que costuma ser realizado em um galpão de 33 mil metros quadrados na Casa de Cultura Tainã, contempla também reuniões descentralizadas, que ocorrem simultaneamente nas comunidades interligadas via internet. As programações *online* – interativas – utilizam *streaming* e VoIP, entre outras tecnologias, e tiram partido das realidades e especificidades de cada região. São mais de 120 pontos ligados à Rede, porém nem todos estão conectados.

Durante o encontro, chamado por TC de “pajelança digital”, monitores de organizações não-governamentais fazem uma imersão de 20 dias em técnicas de informática para aprender a usar ferramentas como vídeo, *web*, rádio, programas de diagramação e publicação

de imagens, entre outros. A última “pajelança” reuniu 37 representantes de 14 comunidades da região de Itacaré (BA).

O Serpro, serviço de processamento de dados do governo federal, doa os computadores aos telecentros da Rede, forma os monitores e coloca à disposição deles sua capacidade técnica em TI e conhecimento em *software* livre. “Dessa forma, fortalecemos a formação de atitudes cidadãs, o que casa bem com as intenções da Rede Mocambos”, explica Luiz Cláudio Mesquita, coordenador da estratégia de inclusão digital do Serpro. Um dos frutos desse trabalho é o portal da Rede Mocambos, desenvolvido por jovens do grupo capacitados em programas abertos, como Zope e Plone. Para a Rede Mocambos, o acesso democrático às novas tecnologias só é viável graças aos *softwares* livres. Por isso, são usados há dez anos.



Os computadores dos telecentros são doados pelo Serpro, que também forma os monitores.

Projeto

Encontro Nacional Rede Mocambos

Instituição responsável

Casa de Cultura Tainã, núcleo da Rede Mocambos.

Gestor

Antônio Carlos Santos Silva, fundador e coordenador da Casa de Cultura Tainã.

Parceiros

Centro Cultural Itaú; Fundação Palmares; MST; Prefeitura de Campinas; Programa Cultura Viva (MinC); Programa Gesac (Minicom); Sanasa; Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Igualdade Racial (Seppir/PR).

Abrangência geográfica

17 estados

Público atendido

Comunidades quilombolas, indígenas, urbanas e rurais; associações da sociedade civil.

Investimento

Informação não disponível

Mais informações

www.mocambos.net

*É assim que
o brasileiro
se comunica.*

**Inclusão Digital. Um compromisso
da Embratel com o brasileiro.**

A Embratel leva a comunicação e uma nova perspectiva de vida ao Brasil inteiro. São 45 anos de experiência e investimentos em infraestrutura e tecnologia que ajudam a colocar o nosso país na era digital, melhorando a condição de vida de milhares de brasileiros. É a Embratel ajudando a construir um país cada vez mais igual. Embratel. É assim que o brasileiro se comunica.

www.embratel.com.br

Livre
Embratel

Via
Embratel
TV

Embratel
empresas

Embratel
pessoas e suas empresas

NET
FONE
Embratel
O MUNDO É DOS NETS




Faz um **21**
Embratel

Embratel



SUA FAMÍLIA

sem

 TV DIGITAL | VOZ  | SPEEDY 

Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC): 103 15. Portadores de necessidades especiais de fala/audição, acesso pelo 142. Para saber qual a loja Telefônica mais perto de você, ligue 102 ou

pre

CONECTADA.

Conectar as pessoas é ligar você a quem você mais gosta.
É colocar você na frente de um conteúdo infinito de informação,
diversão e educação através do Speedy e da TV Digital.

É sua família conectada, sempre.

Telefonica

Da marginalidade à cidadania

Aulas são acompanhadas de debates sobre problemas da comunidade e estimulam mudança de vida

Wanderson da Silva Skrock nasceu no Paraná. Aos cinco anos, foi morar com a família em uma das comunidades mais violentas do Rio de Janeiro. Aos 12, começou a usar drogas. Aos 15, era um traficante. “Quería me destacar na comunidade”, diz ele. E conseguiu. Levava armas ali, maconha acolá e ganhava dinheiro em troca desses favores. Em menos de um ano, foi preso. Ficou quatro meses no Instituto Padre Severino, para menores infratores. “Lá, eu só apanhava. Para eles, a gente aprende com surra”, lembra. Ao sair, sem perspectivas, voltou ao tráfico, desta vez como responsável por embalar e fazer a contabilidade do “negócio”. Ganhava R\$ 1.200 por semana nessa função – com direito a moto, carro, joias, roupas de grife e proteção. Aos 17 anos, foi preso de novo. Ficou um ano no Centro de Recurso Integrado de Atendimento ao Adolescente, na Instituição Bangu, onde o Comitê para Democratização da Informática (CDI) desenvolvia um curso de computação para adolescentes.

Estimulado por um educador, Skrock decidiu participar das aulas de informática. “Aí me dei conta da vida de rato que levava, sempre com medo da polícia e da facção”, conta. Formou-se após seis meses de curso. Foi quando seu monitor o convidou para trabalhar como assistente. Um incentivo e tanto para que mudasse de vida.

Ação social estruturada e apoiada pelas TICs ajuda os excluídos a ingressar na vida produtiva e cidadã

Nessa ocasião, a Companhia Vale do Rio Doce, hoje Vale, passou a apoiar o projeto desenvolvido pelo CDI. A partir daí, Skrock começou a ensinar informática aos adolescentes presos – e com remuneração mensal de R\$ 800. Dois anos depois, foi contratado para atuar como responsável pelos menores infratores no Departamento Geral de Ação Social Educativa do CDI.

Em dois anos no cargo, formou 200 jovens. “Sou uma referência para esses adolescentes e me orgulho muito disso”, diz, sem esconder a satisfação.

A história desse ex-presidiário prova que é possível dar uma virada em uma trajetória marginal. Mais ainda quando um empreendimento social dá apoio e mostra o caminho para a transformação. “Não queremos apenas oferecer um curso de informática, mas também ajudar as pessoas a mudar de vida”, explica Mário Vieira, diretor financeiro da rede CDI. Há 15 anos, tendo como fonte de inspiração o Comitê da Fome, organizado pelo sociólogo Betinho, nascia o primeiro CDI comunitário. Graças à ONG, o computador pessoal, à época uma raridade nos lares brasileiros, subiu o Morro Dona Marta, em Botafogo, no Rio de Janeiro, e despertou nos moradores o interesse pela informática. Hoje, o projeto se expandiu para 32 regionais – 23 no Brasil e nove no exterior, com o suporte de grandes empresas dos mais variados segmentos.

Em parceria com a sociedade civil e outras ONGs, o programa CDI Comunidade já criou 803 centros de aprendizagem de informática. Estão em locais tão diversos quanto igrejas, presídios e escolas informais. O CDI entra com os computadores – recebidos por meio de doações e devidamente remanufaturados –, com a metodologia e o acompanhamento das atividades para capacitar os educadores locais. Os princípios que norteiam as ações da ONG são semelhantes aos adotados pelo educador Paulo Freire, que apreçoava a importância



foto: Robson Regato

A inserção digital é o caminho para a empregabilidade, que leva à inclusão social.

Não importa o lugar, você está em nossos planos.



Só o satélite pode oferecer 100% de inclusão digital.

Satélites Amazonas 1 e 2. Conectam você de qualquer lugar ao Mundo.

hisamar 
satélites

grupo hispasat

A Hispamar acredita que, através da ampla cobertura dos satélites Amazonas 1 e 2, pode contribuir para uma real inclusão digital no Brasil. A empresa, que já é líder em ensino à distância via satélite, participa de importantes projetos de inclusão digital que viabilizam o acesso à Internet e à telemedicina para habitantes de zonas rurais e regiões remotas, como a Amazônia. Através de sua tecnologia, a Hispamar quer impulsionar a sociedade da informação e a inclusão de todos no Mundo.

 + 55 21 2555-4800
contato@hisamar.com.br
www.hisamar.com.br



foto: Robson Regato

A comunidade encarou a própria realidade e passou a retratá-la em vídeos, textos e fotos – um material que apoiou planos de ação.

de trabalhar a transformação dos indivíduos. Primeiro, os alunos são estimulados a conhecer em profundidade os problemas da comunidade, conversando com moradores e produzindo textos, vídeos e fotos. Em seguida, levam esse material para a sala de aula, onde traçam seus planos de ação.

Educação e cidadania

Uma dessas reuniões foi o ponto de partida para a resolução de um problema antigo de Paraisópolis, bairro da periferia paulistana: o sistema deficiente de coleta do lixo. Discutidos todos os aspectos da questão, o grupo encaminhou suas reivindicações à administração regional e solicitou providências urgentes. Resultado: a limpeza e a manutenção foram prontamente regularizadas.

Para formar um educador, são necessárias 80 horas de treinamento – o equivalente a um curso básico de quatro meses e meio. O conteúdo inclui o aprendizado do sistema operacional, de aplicativos como editor de texto, de programas para montagem de planilhas, além de internet. Há também aulas de *webdesign*, redes sociais, *blogs*

e editor de vídeo. A ONG trabalha com *softwares* livres e proprietários. Uma parceria com a Microsoft fornece licenças Windows e Office. Das 803 escolas atendidas pelo programa, 700 estão conectadas em banda larga. Dentro do próprio *site* do CDI, uma área fechada para integrantes da rede permite a postagem de metodologias e publicações específicas, como a cartilha de uso responsável da internet para crianças e pais.

O CDI atende a todas as faixas etárias. A grande maioria, porém, é de jovens entre 12 e 18 anos. Muitos buscam oportunidades para se capacitar e entrar no mercado de trabalho. Os resultados dos programas são mensurados por meio de metodologias de acompanhamento, como a do Sistema de Informações Gerenciais, que avalia o desempenho de 70 mil alunos. Em São Paulo, a ONG está desenvolvendo um projeto de fortalecimento de três escolas da região metropolitana. Sempre tendo em vista que a informatização não é apenas a porta de entrada para a modernidade, mas algo essencial para qualquer pessoa que deseje um bom emprego no futuro.

Projeto

CDI Comunidade

Instituição responsável

Centro para Democratização da Informática

Gestor

Mário Augusto Garcia Vieira, diretor administrativo-financeiro.

Parceiros

Accenture; Akzo Nobel; Ashoka; Avina; Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); Coca-Cola; Dell Computadores; Deloitte; ExxonMobil; Fundação Motorola; Fundação Schwab; Fundação Skoll; Goodhart Foundation; Grupo Sá Cavalcante; Light; Microsoft; Skype; Unilever.

Abrangência geográfica

Brasil: Distrito Federal; Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe. Exterior: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Estados Unidos, Jordânia, México, Paraguai, Peru, Reino Unido e Uruguai.

Público atendido

Em 15 anos, foram atendidas comunidades de baixa renda, penitenciárias, instituições psiquiátricas e de atendimento a portadores de deficiência, aldeias indígenas e ribeirinhas, centros de ressocialização de jovens privados de liberdade, hospitais e empresas. Estima-se que tenham sido beneficiadas 1,3 milhão de pessoas.

Mais informações

www.cdi.org.br





NET
RESPONSABILIDADE SOCIAL

CONECTANDO PESSOAS PARA UM MUNDO MELHOR

A NET conecta pessoas de suas casas com um universo de cultura, diversão, entretenimento e informação e facilita o acesso das pessoas ao conhecimento, um importante agente de transformação social. A NET acredita no poder das redes e por isso desenvolve dois programas para contribuir com a educação e o desenvolvimento das pessoas e seus espaços: NET Comunidade e NET Educação.

Acesse www.neteducacao.com.br e saiba mais sobre esses e outros programas de responsabilidade social da NET!

Vida nova às velhas máquinas

Cesmar comanda projetos para recuperar equipamentos obsoletos e formar monitores de telecentros



fotos: Divulgação

Nos laboratórios do Centro Social Marista de Porto Alegre, jovens aprendem a reciclar computadores – serviço pioneiro no Brasil.

O Brasil ocupa um dos primeiros lugares no nada honroso *ranking* de países emergentes que mais produzem lixo eletrônico por ano, segundo recente relatório da Organização das Nações Unidas (ONU). Na região Sul do país, o Centro Social Marista (Cesmar) já há algum tempo trabalha para mudar essa classificação. Em 2006, criou o Centro de Recondicionamento de Computadores (CRC), o primeiro do Brasil. Essa unidade pioneira integra o Projeto Computadores para Inclusão, do Ministério do Planejamento, que fornece equipamentos de informática reciclados. O CRC gaúcho já recondicionou tres mil computadores descartados por empresas e órgãos públicos. Esses equipamentos são agrupados em *kits* compostos por um servidor e cinco ou dez terminais e doados para telecentros e escolas públicas. Aos Maristas de Porto Alegre caberá também a tarefa de coordenar o pólo Sul da Rede de Formação do projeto Telecentros.BR – que inclui os estados

do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. A previsão é de que, a partir de janeiro de 2011, o Cesmar forme 1.323 monitores do programa do governo federal.

Edson Luiz Pellenz, coordena-

religiosa, dedicada na sua origem à educação e à assistência social, dá sua parcela de contribuição para mudar esse quadro ao acolher os jovens em situação de risco e inseri-los na vida produtiva. Ensiná-

A instituição inaugurou o Polo de Formação Tecnológica, com salas de aula, oficinas para recondicionamento de computadores e instalações para abrigar cinco projetos.

dor geral do CRC-Cesmar, explica que atuar na inclusão digital foi um caminho natural para os Maristas: “Hoje, já não se pergunta apenas qual a porcentagem de analfabetos em determinada população, mas quantos estão excluídos da cultura digital. Daí a importância que damos a essa questão”. O Cesmar da capital gaúcha fica no bairro de Mário Quintana. Com 60 mil habitantes, essa é uma das áreas com o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Porto Alegre. Uma população vulnerável à criminalidade, portanto. A congregação

-los a recondicionar computadores também é uma forma de inclusão digital – e social. Essa atividade mantida no Cesmar está inscrita no programa Jovem Aprendiz, do Ministério do Trabalho e Emprego. Os estudantes recebem bolsas de meio salário mínimo regional para acompanhar as aulas teóricas e práticas com duração de um ano. Mais de 300 alunos já receberam o certificado do curso técnico de manutenção de computadores com ênfase em *software* livre.

Em junho de 2010, o Cesmar assinou um novo convênio com o Mi-

nistério do Planejamento, responsável pela coordenação executiva do programa em nível nacional. Na mesma época, a instituição inaugurou o Pólo de Formação Tecnológica, com salas de aula, oficinas para acondicionamento de computadores e instalações para abrigar, além do Telecentros.BR, outros quatro projetos. São eles: o Alquimia, que, além de acondicionar computadores obsoletos, ensina a transformar máquinas caça-níqueis em móveis; o Robótica, que reaproveita peças do computador rejeitadas após o acondicionamento; o Prisma, que desenvolve *softwares* baseados em plataforma livre e o Fábrica de Software, que dissemina o conhecimento sobre plataformas e linguagens para elaborar esse tipo de programa.

Longe do crime

Jefferson Silveira Rosa participou da primeira turma, em 2006. Aos 29 anos, ele trabalha no projeto Prisma, do Pólo de Tecnologia do Cesmar. Paralelamente, cursa o primeiro ano de Análise de Sis-

temas em uma faculdade privada. “Para as pessoas da nossa comunidade, não há muitas opções e, por isso, é comum a adesão ao crime, ao tráfico”, diz. “Tenho um irmão na prisão por problemas desse tipo. Para mim e para muitos jovens daqui, o Centro é uma alternativa concreta que nos desvia desse caminho”, continua. No momento, ele e o colega Rafael desenvolvem um *software*, já em fase de teste piloto, para administrar os 22 centros sociais que os Maristas têm no Rio Grande do Sul, o que envolve o cadastro de mais de seis mil pessoas. “O aplicativo pode rodar em qualquer sistema operacional e ser adaptado a outras finalidades. O *software* livre torna tudo muito mais fácil”, explica o rapaz.

Cursos básicos de informática, acesso livre e monitorado à internet e aulas para aprender a dar vida nova a máquinas antigas. Esse é o cardápio de atividades desenvolvidas no Cesmar gaúcho para inserir a comunidade no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, cuidar do meio ambiente.

Projetos

CRC-Cesmar; Jovem Aprendiz; Rede de Formação do Telecentros.BR

Instituições responsáveis

Centro Social Marista de Porto Alegre

Gestor

Edson Luiz Pellenz, coordenador geral do CRC-Cesmar.

Parceiros

Fundação Avina; Grupo Hospitalar Conceição; Instituto Gerdau; Instituto Vonpar; Ministério Público Estadual; Prefeitura Municipal de Porto Alegre/Orçamento Participativo; Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento.

Abrangência geográfica

Bairro Mário Quintana, zona Norte de Porto Alegre (RS).

Público atendido

Jovens entre 14 e 24 anos.

Investimentos

Fundação Avina: R\$ 160 mil; Grupo Hospitalar Conceição: R\$ 120 mil; Instituto Gerdau: R\$ 90 mil; Instituto Vonpar: R\$ 150 mil; Ministério Público Estadual: R\$ 153 mil; Prefeitura Municipal de Porto Alegre/Orçamento Participativo: R\$ 150 mil; Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento: R\$ 2,5 milhões.

Mais informações

www.maristas.org.br



Além de aprender um novo ofício, a moçada entre 14 e 24 anos contribui para a sustentabilidade e deixa de ser alvo de marginais.

Bandas, palcos e plateias na web.

Portal Fora do Eixo reúne produtores do circuito cultural alternativo e se transforma em rede social



fotos: Divulgação

Rede social reúne 50 grupos alternativos de todo o país, somando mais de mil integrantes que fazem a diferença na cena cultural.

Há cinco anos, durante um festival de bandas de *rock* independentes promovido por produtores culturais em Cuiabá (MT), um pequeno grupo de militantes do circuito alternativo de música lançou a semente do que viria a se tornar o Circuito Fora do Eixo. Hoje, essa rede social reúne 50 grupos artísticos de todo o país, somando mais de mil integrantes. Sem gestores individuais, está presente em 25 das 27 unidades federativas do Brasil. A organização espelha-se em uma estrutura em rede: prevê pontos de referência regionais, redes estaduais e um comitê gestor eleito em um congresso nacional, realizado a cada dois anos. Seu grande desafio é prestigiar e fomentar festivais, turnês de bandas e apresentações musicais, além de encontros e debates sobre a sustentabilidade e a distribuição de produções culturais. A proposta original cresceu e saiu do restrito círculo

musical para abranger também as artes cênicas, entre outras. Assim, o espaço virtual facilitou o intercâmbio de informações sobre tecnologias de som e de luz.

Coletivos têm a força

Quem deu o tom inicial para a criação do circuito alternativo foram os representantes dos coletivos de produção cultural Espaço Cubo, de Cuiabá (MT); Catraia, de Rio Branco (AC); Goma, de Uberlândia (MG); e Alona, de Londrina (PR). “Começamos o trabalho com grupos de música mas, conforme o tempo foi passando, abrimos espaço para coletivos de teatro, audiovisuais e outras produções culturais”, conta Camila Cortielha, do coletivo Pegada, de Belo Horizonte (MG).

Em 2007, o Fora do Eixo estreou na *web* com um portal de notícias que divulgava o conteúdo das produções independentes. “Foi impor-

tante porque garantiu o registro do que estava sendo feito”, explica Camila. Em 2009, com o edital do Ministério da Cultura (MinC) para Mídias Livres o portal apostou forte na consolidação da rede social. Coube à Cooperativa de Tecnologias Livres (Colivre), de Salvador (BA), adaptar a plataforma livre Noosfero para abrigar a rede do movimento. Hoje na versão 0.25.2, o portal tem comunidades *online*, *sites* personalizados que podem conter *blogs*, fóruns de discussão com qualificação de comentários, artigos, notícias, imagens e vídeos. Podem ser aplicados à plataforma bancos de dados como PostgreSQL e MySQL. O servidor *web* adota o Apache. Na ponta, os integrantes utilizam Ubuntu Studio, na instalação de Linux específica para uso multimídia; Audacity e Ardour 2, na gravação e edição de áudio e The GIMP, Inkscape e Blender, para a edição de fotos e vetores. Também

são empregados Blender, Kino e Stopmotion, na edição e tratamento de vídeo; e Jack Control, Darksnow, Audacity, Ardour, Audacious ou VLC, nas transmissões de rádio.

Entre as atividades promovidas pelo Fora do Eixo está o Festival Grito Rock, que este ano, no final de janeiro, abrangeu outros países da América do Sul – Buenos Aires e Córdoba (Argentina), Montevideu (Uruguai) e Santa Cruz de La Sierra

cultura, de economia solidária e de tecnologias sociais. O conjunto dos coletivos arrecadou, em 2009, algo próximo a R\$ 10 milhões, dos quais cerca de 20% são destinados – direta e indiretamente – à manutenção e à ampliação da rede social.

Para Rafael Rolim Rodrigues, do Massa Coletivo, de São Carlos (SP), o circuito estimula a produção de autores locais e a formação de um público maior. “Abre-se espaço

O portal tem comunidades online, sites que podem conter blogs, fóruns de discussão com qualificação de comentários, artigos, notícias e vídeos.

(Bolívia). No total, mais de 70 cidades participaram do evento, um dos maiores do mercado independente de *rock*. A realização de turnês, *shows* e palestras, bem como a troca de serviços e produtos entre os coletivos e seus parceiros, garante aos 50 pontos regionais a entrada de várias receitas. Além da venda dos serviços, há patrocínio de empresas privadas e captação de recursos via editais de incentivo à

para um intercâmbio cultural muito rico entre várias cidades, sem que se gaste milhões de reais”, diz ele, que é bacharel em Imagem e Som, e atua como produtor na região. Por meio do Fora do Eixo, Rodrigues conseguiu levar para São Carlos bandas como Macaco Bong, de Cuiabá (MT), Caldo de Piaba, de Rio Branco (AC) e Mini Box Lunar, de Palafitas (AP).

Projeto

Portal Fora do Eixo

Instituição responsável

Circuito Fora do Eixo

Gestor

Conselho nacional formado por pontos de referências regionais

Parceiros

Associação Brasileira de Festivais Independentes (Abrafin); Casa da Cultura Digital; Casas Associadas; Central Única das Favelas (Cufa); Comissão de Bandas e Artistas Circulantes (CBAC); Cooperativa de Tecnologias Livres (Colivre); Fórum Brasileiro de Economia Solidária; Fórum da Música de Minas Gerais; Fórum de Cultura de Minas Gerais; Fundação Elias Mansur; Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte; Fundação Nacional de Artes (Funarte); Incubadora de Cooperativas (Incoop); Ministério da Cultura (MinC); Movimento Música Pra Baixar (MPB); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Rede Música BrasilStudio SP.

Abrangência geográfica

Internacional

Público atendido

50 grupos de produção cultural

Investimento

Em 2009, para os 50 pontos Fora do Eixo: R\$ 10 milhões, 20% dos quais são investidos na rede social, direta ou indiretamente. Em 2010, a informação não está disponível.

Mais informações

www.foradoeixo.org.br



Intercâmbio cultural entre 70 cidades participantes do Portal Fora do Eixo enriquece o mercado independente de rock

Onde a cultura digital acontece

Cursos multimídia e estúdio de gravação apoiam capacitação oferecida pelo Coletivo Digital a monitores

A implantação de telecentros na cidade de São Paulo foi uma experiência tão bem-sucedida que, ao fim da gestão de Marta Suplicy, em 2004, alguns dos responsáveis pela iniciativa resolveram levá-la adiante. Assim surgiu o Coletivo Digital, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) criada pela socióloga Beatriz Tibiriçá, a Beá, pelo técnico em computação gráfica Raul Luiz e pelo antropólogo Wilken David Sanches. Inicialmente, a ideia era montar espaços com computadores conectados à internet. “Tivemos de desistir. Logo vimos que não tínhamos os recursos nem as parcerias necessárias”, lembra Wilken. O foco de ação passou a ser, então, os cursos de formação para a montagem, a operação e a gestão de telecentros, infocentros e projetos de inclusão digital.

“Nossa perspectiva sempre foi a de oferecer mais do que uma alfabetização nessa área”, diz Beá. Desde o início o Coletivo teve como proposta disseminar a cultura do *software* livre no uso das ferramen-

tas tecnológicas. Só dessa forma, acreditam os integrantes da organização, a comunidade pode estabelecer as condições essenciais ao próprio desenvolvimento. E assim foi feito. Desde 2005, a organização criou quase duas dezenas de cursos.

nal, cada grupo tinha que preparar um trabalho. “O resultado foi bem variado, mas algumas produções chamaram a atenção pelo alto nível técnico e artístico”, diz Wilken, enquanto liga o computador do estúdio de gravação e mostra um dos trabalhos de conclusão. A sala se

Entre os conteúdos, com base em software livre, houve formação para edição e tratamento de imagem, áudio e vídeo. Ao final, cada grupo preparou um trabalho.

Em 2009, o Coletivo Digital passou a atuar como Pontão de Cultura, dentro do programa Cultura Viva, do Ministério da Cultura (MinC) – projeto que terminou em março deste ano. Dentro do Pontão, foram criadas 29 oficinas multimídia, voltadas prioritariamente para multiplicadores dos Pontos de Cultura. Participaram cerca de 170 pessoas, a maioria jovens. Entre os conteúdos, com base em *software* livre, houve formação para edição e tratamento de imagem, áudio e vídeo. Ao fi-

enche com os sons da alfaia (um instrumento de percussão utilizado principalmente para marcar o ritmo do maracatu), do agogô, do piano e do baixo, acompanhando a Canção da Partida, enquanto a cantora Vera Lúcia Veríssimo recita um trecho de Os Lusíadas. “Foi uma bela homenagem ao compositor Dorival Caymmi”, conta Wilken.

Mateus Rossi Cezario, Vanderley Bertoni Visconti e Juan Osóres Efrain participaram de uma das oficinas de áudio em 2009. Tornaram-se instrutores e já formaram alguns monitores, que atuam na Comunidade Ativa no Desenvolvimento Sócio-Cultural Educacional de Cidade Tiradentes (Cadesc), distrito com mais de 300 mil habitantes no extremo Leste de São Paulo. Juntos, instrutores e monitores capacitaram outros 180 jovens da região durante o 1º Festival de Cultura Digital, realizado entre dezembro de 2009 e maio de 2010. O conhecimento é multiplicado também pelos próprios educandos, que procuram os cursos no telecentro e compõem turmas de 20 alunos, em quatro



fotos: Robson Regato

Coletivo Digital lançou as bases para a criação de telecentros no estado de São Paulo



Cursos de informática para formar monitores e ajudar a população a se apropriar da tecnologia digital são as metas do projeto

turnos, diariamente. “Fazemos panfletos e gravamos áudios e imagens para vídeos que acabam nos rendendo algum dinheiro”, diz Adriano Nascimento Schunck, um dos monitores saídos do Coletivo Digital.

Produção independente

Um dos projetos mais recentes do Coletivo Digital é o Barulho Lab, criado em 2009, com a ideia de fortalecer as produções independentes. Para isso, o Coletivo oferece um estúdio equipado com todos os recursos para realizar gravações profissionais. Os artistas gravam e editam suas obras no estúdio. Depois, se desejarem, podem postar as canções no portal do Barulho Lab, onde já estão vários trabalhos para *download* com licença Creative Commons. Aprovado pela Lei Rouanet, o Barulho Lab está em fase de captação de recursos para expandir a abrangência.

Os projetos não param. Enquanto aguarda o lançamento de novo edital para os Pontões de Cultura, o

Coletivo Digital continua a ministrar cursos e se prepara para realizar dez encontros de músicos de São Paulo e de outras regiões. Mas uma das iniciativas de grande porte, para os próximos meses, está ligada ao maior projeto de inclusão digital do governo federal, o Telecentros.BR. O Coletivo é responsável pelo pólo Sudeste da Rede Nacional de Formação para a Inclusão Digital, que vai formar XX monitores. Como se fosse pouco, o Coletivo também foi contemplado nesse programa com recursos para criar novos 15 telecentros. E, com isso, concretiza-se o que foi a primeira proposta do grupo. “A diferença é que agora nós temos certeza de que reunimos as condições para a implantação desses espaços públicos”, conclui Beá. Não à toa, no final de julho de 2009 a organização foi uma das vencedoras nacionais do Prêmio Cultura Digital — Esporos de Pesquisa e Experimentação, do MinC, que visa reconhecer projetos relevantes nessa área.

Projeto

Pontão de Cultura Coletivo Digital

Instituição responsável

Coletivo Digital

Gestores

Wilken David Sanches, diretor geral;
Beatriz Tibiriçá, diretora financeira.

Parceiros

Ford Foundation; Fundação Perseu Abramo; governo federal; Ministério da Cultura (MinC); Petrobras; Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; prefeitura de Osasco; Rede Livre; Rede de Informações para o Terceiro Setor (Rits); Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro).

Abrangência geográfica

Estado de São Paulo

Público atendido

Monitores e gestores dos Pontos de Cultura do Estado de São Paulo e de outras iniciativas e instituições voltadas para a inclusão digital.

Investimento

De fevereiro de 2009 a março de 2010, cerca de R\$ 403 mil (R\$ 321,2 mil do MinC e R\$ 81,7 mil como contrapartida da instituição).

Mais informações

www.coletivodigital.org.br



Telecentro: ponte para o emprego.

Empregadores buscam profissionais na Cadesc, que se tornou referência pelo ensino de qualidade.



fotos: Robson Regato

Cidade Tiradentes foi a primeira região do país a ganhar um telecentro. Ali, também, nascia um novo conceito de inclusão digital.

A Comunidade Ativa no Desenvolvimento Sócio-cultural Educacional de Cidade Tiradentes (Cadesc) completa oito anos como uma pequena instituição responsável por um grande número de realizações. Situada em uma sala modesta em um dos distritos mais populosos do extremo Leste de São Paulo, já realizou cursos e oficinas para cerca de três mil jovens de baixa renda da região.

O fundador e atual presidente da organização não-governamental, João Armindo Coelho Vargas, graduado em matemática e com pós-graduação em Tecnologia da Informação, conta que Cidade Tiradentes foi a primeira região do país a ganhar um telecentro, bem no início da administração Marta Suplicy em São Paulo, em 2001. De lá para cá, esses espaços passaram por uma mudança de conceito. No início, explica Vargas, os telecentros

apenas ofereciam a possibilidade de acesso à internet a pessoas que não tinham como fazê-lo de outra forma. “Quando o sociólogo Sérgio Amadeu nos procurou para trabalharmos com *software* livre, mais do que só fornecer o acesso, o espaço passou a ser o local onde as pessoas se apropriavam das ferramentas da informática para participar com autonomia da cultura digital”, diz ele. Para o presidente da Cadesc, foi essa atuação mais abrangente do telecentro que gerou as condições para a consolidação do conceito de inclusão digital no país.

Cidadania digital

A Cadesc já trabalhou com muitos parceiros dos três níveis de governo e da iniciativa privada. A cada vez, os cursos recebem nomes diferentes, e passam por adaptações. Mas, com exceção daqueles muito específicos, como o de cinema di-

gital, o conteúdo básico é sempre o mesmo. A ideia é que participantes das oficinas oferecidas pela Cadesc consigam trabalhar com os seus computadores sem se sentir reféns da tecnologia. Geralmente, os cursos têm módulos de cidadania digital, empreendedorismo, economia solidária e elaboração de planos de trabalho. Nas aulas de informática, os alunos conhecem o sistema operacional Linux e aplicativos como BR Office, planilhas, vídeo e imagens Gimp. Também aprendem a criar *sites* e *blogs*, montar e configurar redes. Os módulos de cidadania digital abordam *hardware* e *software*, comparando os ambientes proprietários com o ambiente do *software* livre em todos os aspectos. “O custo dos pacotes de *softwares* proprietários existentes no mercado é equivalente ao de 15 máquinas programadas com *software* livre, um programa mais fácil de trabalhar

e mais seguro”, garante Vargas.

Na sala que a ONG ocupa ficam 16 computadores, dos quais 12 são utilizados para os cursos, em turmas que começam às 9h e vão até as 22 h, em quatro turnos praticamente ininterruptos. Ali também funciona a produtora montada para prestar serviços, receita que garante o funcionamento da entidade quando está sem projetos em andamento — o que acontece, por exemplo, nos períodos pré-eleitorais, quando

prego, tornaram-se pequenos empresários ou prestadores de serviço. “É um número muito bom, bem acima do que eu sonhava no início”, comemora o presidente da organização. Durante a entrevista ao **Anuário ARede**, Vargas atendeu uma ligação que comprovou o motivo do seu entusiasmo — uma empresa solicitava quatro jovens habilitados para trabalhar com *software* livre. Ele conta que a todo o momento a Cadesc recebe esse tipo de de-

co colegas foram selecionados em concurso público para trabalhar no Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), competindo com estudantes universitários de várias regiões do país. Hoje, Carlinhos, como é conhecido, atua na Superintendência de Produtos e Serviços - Centro de Dados, do Serpro, e, paralelamente, termina o curso em uma faculdade de tecnologia. Outra história de sucesso é a de Bruno Pereira de Souza. Aos 21 anos, e cinco depois de ter iniciado seu primeiro curso na Cadesc, hoje é o vice-presidente da ONG. Como instrutor, sempre que necessário substitui Vargas nas aulas. Seu projeto, agora que concluiu o ensino médio, é entrar na universidade para aprofundar seus conhecimentos em informática para continuar ajudando os jovens a se firmar na vida profissional. “Como já aconteceu com muitos que tiveram aula comigo”, orgulha-se.

Mais de 1.500 jovens da região que frequentaram cursos e oficinas da ONG arrumaram emprego, tornaram-se pequenos empresários ou prestadores de serviço.

os governos não podem liberar recursos. Desde o início, além de fornecer os conteúdos ligados à área de cultura digital, a ONG também procura trabalhar no acompanhamento escolar dos jovens que frequentam o telecentro. O resultado é animador: mais de 1.500 jovens da região que frequentaram cursos e oficinas da Cadesc arrumaram em-

manda: “Cidade Tiradentes acabou se transformando no maior celeiro para o mercado de pessoal com essa qualificação. Não se encontra outro local que ofereça a formação que nós damos aqui”.

Entre tantos participantes dos cursos da Cadesc, há casos notáveis, como o de Carlos Roberto dos Santos Júnior. Ele e mais cin-



Os cursos da Cadesc atendem à crescente demanda por especialistas em softwares livres

Projeto

Telecentro Cadesc

Instituição responsável

Comunidade Ativa no Desenvolvimento SocioCultural Educacional de Cidade Tiradentes (Cadesc)

Gestor

João Armindo Coelho Vargas

Parceiros

Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro); Secretaria de Estado da Cultura; Coletivo Digital; Rede Livre.

Abrangência geográfica

Distrito de Cidade Tiradentes, zona Leste da cidade de São Paulo.

Público atendido

Principalmente jovens, entre 12 e 29 anos.

Investimento

De 2003 a 2006: R\$ 70 mil por ano; de 2007 a 2010: R\$ 150 mil por ano. A receita provém de projetos desenvolvidos para órgãos de governo e entidades parceiras.

Mais informações

www.cadesc.org.br



Ressoar Solidário

Mais de 300 mil participantes em shows por várias capitais brasileiras.



Casa do Fazer

100 toneladas de material reciclado por mês. 20 famílias de cooperados.



R

Ressoar nos Bairros

200 mil atendimentos em um ano. 21 etapas em 10 cidades, em 7 estados.



Ressoar Multimeios

700 alunos inscritos a cada etapa. 230 horas de aulas ministradas. 140 alunos formados.



S2B Online

22.000 alunos inscritos.

Conectado com o Mundo

3.000 alunos inscritos. Mais de 500 formados e taxa de aproveitamento de 93%.

INSTITUTO ESSOAR

**É MAIS QUE ESPERANÇA.
É REALIZAÇÃO!**

**Junte-se à nós e seja mais que esperança na vida de muita gente!
Faça parte de nossos projetos.
Vamos tornar a sociedade mais justa e menos desigual.**

Fale conosco - contato@ressoar.org.br

A vez dos gestores escolares

GSE capacita diretores de escolas, que apresentam propostas concretas para a melhoria do aprendizado.



foto: Divulgação

A capacitação tecnológica de gestores escolares leva à melhoria do ensino público. Esse é o norte do projeto da Fundação Lemann.

Como ajudar a melhorar o ensino público no Brasil de forma eficiente e duradoura? A Fundação Lemann debruçou-se sobre essa questão e, em 2004, apresentou uma resposta concreta a esse desafio. Desenvolveu um projeto de aperfeiçoamento profissional dirigida a gestores de escolas públicas, batizado de Gestão para o Sucesso Escolar (GSE). A ideia não seria nenhuma novidade, não fosse um importante diferencial: ao final do curso gratuito de pós-graduação *lato sensu*, de 390 horas, os participantes produzem monografias com propostas de intervenção na instituição onde atuam.

Outro aspecto inovador do GSE é o fato de garantir aos gestores a

apropriação de tecnologias digitais. Apenas cinco encontros são presenciais. O restante do conteúdo é assimilado via sistemas de educação a distância, como aulas e sessões de tutoria remota, fóruns de discussão

Os diretores são estimulados a chamar suas equipes para uma análise das práticas e dos resultados pedagógicos da escola

com outros diretores e acesso *online* a uma rica biblioteca virtual.

Até agora, já participaram 27

idades do estado de São Paulo. Itapeva, Jundiaí e Lençóis Paulista fazem o papel de núcleos regionais, onde as atividades presenciais ocorrem. Em 2009, 11 turmas iniciaram o curso e deverão terminar até o final deste ano. Entre 2009 e 2010, quase 1,5 mil diretores se formaram, ou estão prestes a fazê-lo, com a entrega de suas monografias.

O principal resultado, como era de se esperar, repercutiu nos alunos das escolas dirigidas pelos gestores que cursaram o GSE: eles deram um salto no aprendizado. Isso ficou claro na Prova Brasil de 2005. O desempenho dos estudantes da 4ª série do ensino fundamental das escolas cujos diretores passaram pelo

aprimoramento profissional foi significativamente superior. Enquanto a média deles em matemática foi de 193 pontos, a dos estudantes das outras escolas foi de 184. No caso de português, os resultados foram de 186 e 179, respectivamente.

Apoio à educação

Georgina Barbosa de Camargo, diretora da Escola Municipal professor Aurelino Leal, em Itaquaquetuba (SP), está cursando o GSE. Prestes a concluir as aulas, prepara uma monografia sobre o uso da música como ferramenta para reduzir a indisciplina entre os 657 alunos do ensino fundamental. “Foi uma experiência muito rica”, elogia ela, que também é psicopedagoga. “Nenhuma das minhas perguntas ficou sem resposta. Eu levava questões do meu cotidiano e o retorno vinha praticamente em tempo real”, diz Georgina, para quem o fato de o curso ter sido *online* foi decisivo para a sua participação. Não teria tempo para conciliar o trabalho com um curso convencional.

Para Ilona Becskeházy, diretora executiva do programa, o principal benefício do GSE é provocar uma mudança de comportamento dos gestores. Segundo ela, a tendência é que esses profissionais concentrem-se em aspectos formais e burocráticos cobrados pelas secretarias da educação, deixando para o segundo plano as questões pedagógicas. Com o curso, isso muda. “O foco é o aprendizado efetivo do aluno”, resume Ilona. Os diretores são estimulados a chamar suas equipes para uma análise das práticas e dos resultados pedagógicos da escola. “Também exibimos os dados oficiais de desempenho de

outras escolas da região para que todas possam refletir um pouco sobre a situação e discutir soluções já implantadas”, diz a líder do projeto. Fóruns de debate e a apresentação de proposições ao grupo também fazem parte do programa.

Inicialmente, o GSE foi levado aos estados do Ceará e de Minas Gerais. No entanto, em razão do reduzido tamanho da equipe – formada por duas coordenadoras, seis instrutoras e a diretora-geral – a Fundação Lemann optou por restringir suas atividades no estado de São Paulo, onde está sediada.

O investimento na iniciativa – a cargo da Fundação Lemann – é de R\$ 2,7 mil anuais por gestor. Para sustentar a plataforma de ensino a distância desenvolvida pela Universidade Positivo, são acrescentados R\$ 8 mensais por professor. E mais: acordos com as secretarias estadual e municipais garantem que os diretores se dediquem ao curso dentro do horário de trabalho, sem qualquer ônus para eles. Também está previsto em contrato que, antes do início do GSE, seja feita a capacitação em informática básica e na ferramenta específica do curso.

Os equipamentos exigidos das escolas para que os diretores possam acompanhar as aulas remotas são PCs Pentium III, de no mínimo 500 MHz e 128 Mb de memória RAM, além de um modem de, no mínimo, 56 kbps. A plataforma de ensino a distância baseia-se no sistema operacional Windows e o navegador é o Explorer 6.0. Para garantir que o contato com os gestores não se perca e que eles possam continuar a se atualizar, a Fundação criou o portal Líderes em Gestão Escolar, que traz estudos, pesquisas e

informações sobre o tema. O portal publica trabalhos sobre educação pública e outros materiais de interesse específico do grupo.

Projeto

Gestão Para o Sucesso Escolar (GSE)

Instituição responsável

Fundação Lemann

Gestora

Ilona Becskeházy, diretora executiva do projeto.

Parceiros

Associação dos Municípios do Extremo Noroeste do Estado de São Paulo (Amesp); Desk Conesul Plus; Fundação Bradesco; Fundação da Federação das Entidades Assistenciais de Campinas; Fundação Romi; Innovapack; Positivo Informática; Secretaria de Estado da Educação de São Paulo; secretarias de educação das cidades participantes; Universidade Anhembí Morumbi; Unoeste.

Abrangência geográfica

Estado de São Paulo

Público atendido

974 diretores de escolas das redes de ensino municipal ou estadual formados desde 2004; em 2010, 512 terminaram o curso e as monografias estão em processo de certificação; mais 270 diretores de 27 cidades em curso. Cerca de 300 mil alunos da rede pública no Estado de São Paulo foram beneficiados pelo programa.

Investimento

R\$ 2,7 mil por diretor (despesas do curso ao longo do ano), mais R\$ 8 mensais por diretor (custeio do uso da plataforma de ensino a distância da Universidade Positivo).

Mais informações

www.lideresemgestaoescolar.org.br
www.fundacaolemann.org.br

Defasagem educacional tem solução

O Centro Infanto-juvenil Zona Sul oferece reforço escolar, cursos profissionalizantes e opções de lazer.



Fotos: Divulgação

Aulas de reforço para alunos da rede pública e cursos profissionalizantes complementam habilidades diversas – das artes à costura.

A Vila Cruzeiro, em Porto Alegre (RS), é mais um entre tantos bairros de cidades brasileiras que apresentam uma condição social de ameaça à integridade de seus cerca de 80 mil habitantes, sobretudo os jovens. É que eles vivem sob risco de violência, criminalidade, desemprego, drogadição e analfabetismo. Segundo a prefeitura, o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) da região é 0,4 (quanto mais próximo do zero, mais preocupante). Lá também é alto o contingente de desempregados. Um triste cenário, enfim, mas que logo deve começar a mudar. Desde o primeiro semestre de 2010, funciona ali o Centro Infanto-Juvenil Zona Sul, que dá apoio a alunos da rede pública com defasagem educacional e oferece cursos profissionalizantes. Tudo gratuito, com refeições e vale-transporte incluídos.

Segundo Marta Dieterich Voelcker, superintendente da Fundação Pensamento Digital, a proposta pedagógica do Centro é inovadora. Isso porque os estudantes têm liberdade de montar sua grade de atividades. Mas há obrigações: quem tem mais de 14 anos precisa cursar dois períodos do módulo Desenvolvimento

Acadêmico (reforço escolar) e optar por um curso profissionalizante, entre três modalidades: Manutenção e Configuração de Computadores e Redes, Tecnologias para o Trabalho, Costura Básica – Criação e Confecção. Durante as aulas, os estudantes desenvolvem projetos ou produtos.

Outros cursos complementam habilidades específicas para diferentes perfis. No Tecnologias para a Vida, por exemplo, os alunos produ-

A expectativa é de que os estudantes adquiram domínio do computador para buscar informação e cultura em várias mídias, além de participar de redes sociais.

zem um jornal para distribuir à comunidade. No *Software* Educacional Scratch, eles desenvolvem projetos para apresentar aos familiares, enquanto a oficina Atividades Esportivas oferece aulas de *street dance* e basquete. Há, ainda, aulas de Educação Digital.

Vanessa da Silva Pereira, de 15 anos, escolheu Costura e Rotinas Administrativas – este último faz parte da oficina Tecnologias para o Trabalho. “A gente aprende a ter postura no mercado de trabalho e a administrar uma empresa”, explica a garota. Ela é do grupo de 184 jovens que, desde março, frequentam os cursos do Centro. A maioria (70%) está na rede pública estadual de ensino; 24% na municipal; 6% são bolsistas em escolas privadas. As atividades do centro nem completaram um ano, mas já se nota a melhora na autoestima dos jovens, segundo Marta Voelcker. “É enorme o desafio de engajá-los”, observa ela. A julgar pelo aumento da frequência à biblioteca, que atesta o gosto pela leitura, esse objetivo já está sendo alcançado.

Graças à parceria iniciada em 2009 entre a Secretaria Estadual de Justiça e Desenvolvimento Social do Rio Grande do Sul e a Fundação Pensamento Digital, estão previstos investimentos de R\$ 970 mil durante o ano de 2010, com possibilidade de renovação por mais cinco anos. O valor incluiu a reforma do prédio, o custeio de alimentação e

material pedagógico, e a remuneração da equipe de 22 colaboradores (coordenadores com formação em ciências sociais, informática e pedagogia), psicóloga, assistente social, bibliotecária, nutricionista, sete educadores, além de funcionários para a cozinha e a manutenção.

Potencial empreendedor

Ao planejar suas ações, a Fundação considerou algumas das características da Vila Cruzeiro. Diferentemente de outras regiões vulneráveis da capital gaúcha, o bairro não fica distante dos polos de empregabilidade, o que lhe confere potencial para despertar o espírito empreendedor entre os jovens. Outro fator positivo é que o posto de saúde principal do bairro é um dos mais bem equipados do município, o que favorece a conscientização da população em relação à importância de prevenir doenças e fazer planejamento familiar. Infelizmente, as mortes por tuberculose em razão do HIV são alarmantes – os índices equivalem-se aos do século 18.

A expectativa da Fundação é de que os estudantes adquiram domínio no uso de computador e internet para buscar informação e cultura em várias mídias, participar de redes sociais e criar formas de comunicação. Algumas das atividades já renderam frutos, como o jornal periódico, a revista eletrônica e a pesquisa para o Projeto Juventude na Vila Cruzeiro ao Longo das Décadas. Seja qual for o curso escolhido, a tecnologia é usada como recurso que estimula, apoia, forma e capacita os jovens para o mercado de trabalho.

O Centro Infante-Juvenil Zona Sul é equipado com 83 computadores conectados em rede, com internet via rádio de 1Mbps Full. Tem *data show*, filmadora, três câmeras fotográficas, quatro *notebooks*, aparelho de DVD e videocassete, som Microsystem, câmeras de segurança com circuito interno de TV, uma TV 29", tela de projeção, 14 máquinas de costura, oito ramais VoIP. São utilizados os sistemas Windows XP e Linux, e *softwares* educacionais livres (*scratch*, *tuxMatch* etc.). Neste se-

gundo semestre, passou a ser usado AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) na plataforma Elgg (*software* de código aberto de rede social), para também medir e monitorar o desempenho dos alunos e analisar suas produções e progressos.

Projeto

Centro Infante-Juvenil Zona Sul

Instituição responsável

Fundação Pensamento Digital

Gestora

Sabrina Silveira, coordenadora de Tecnologias e Novos Projetos

Parceiros

Associação Basquete de Porto Alegre; Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre (Procempa); Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC); Instituto Claro.

Abrangência geográfica

Bairro Vila Cruzeiro, em Porto Alegre (RS).

Público atendido

184 jovens em situação de vulnerabilidade social, residentes na Vila Cruzeiro e matriculados na rede pública de ensino.

Investimento

R\$ 970 mil anuais

Mais informações

www.pensamentodigital.org.br



Além das aulas de Educação Digital, os estudantes podem optar por aulas de street dance – motivação extra para a adesão ao projeto.

Contra a exploração infantil

Projeto Byte & CriAção, da Fundação Semear, inicia crianças e adolescentes na informática.



foto: Divulgação

Crianças e adolescentes de 6 a 16 anos aprendem informática, entre outras atividades.

O beija-flor, diz-se, não pode fazer muito quando o incêndio se espalha pela floresta. Mas faz o que pode. Essa parece ser a proposta do trabalho da Fundação Semear em dois bairros periféricos do município de Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul. Foi do tabelião José Flávio Bueno Fischer a ideia de criar uma organização para estruturar as relações de responsabilidade social entre o empresariado do Vale dos Sinos e a comunidade, custeada pelo investimento social privado. Da ideia nasceu, há 14 anos, a instituição comunitária sem fins lucrativos, constituída pela livre adesão de 33 empresas e empresários e com a parceria da Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Novo Hamburgo, Campo Bom e Estância Velha. Da concepção à ação, em outubro de 1998 foi inaugurado o Centro de Vivência Redentora (CVR), onde são atendidas 220 crianças e adolescentes de 6 a 18 anos, em situação de vulnerabilidade social.

A instituição oferece, no contraturno escolar, aulas de balé, dança de rua, artes visuais, arte literária, atividades pedagógicas, educação

social, informática e recreação. Tudo para favorecer o desenvolvimento de habilidades, valores, saberes e experiências que contribuam para a construção de um projeto de vida. E para tentar manter esses jovens afastados do trabalho infantil.

Uma das frequentadoras do CVR é a menina Milena Ferreira da Silva, 12 anos, que cursa o 7º ano do ensino fundamental. “Só sou boa em informática. De estudar, gosto mais ou menos”, conta. No computador da escola, a menina faz lições e escreve histórias. Ela digita com dois dedos e usa o Photoshop sempre que possível.

No contraturno escolar, aulas de dança, artes, atividades pedagógicas e informática.

Formado em História e sempre de olho na área social, o educador Fladimir Pinheiro Porto está na Fundação Semear desde 2008 e é responsável pelo programa de informática. Antes, passou pelo Centro

de Referência e Assistência Social – seu primeiro emprego. Para ele, a informática é uma ferramenta de inclusão que permite produzir um jornal dedicado à cidadania, muito importante em regiões em que, como nos bairros gaúchos, a maioria da população tem baixo poder aquisitivo — a renda familiar gira em torno de um salário mínimo e o nível de desemprego é alto.

O projeto Byte & CriAção, da Fundação Semear, possibilita a inclusão digital da população infantojuvenil, mas sem se restringir aos conceitos da informática. Além do beabá tecnológico, as oficinas, organizadas de acordo com a faixa etária, trazem conteúdos temáticos que enfatizam o conceito de cidadania. Meio ambiente, comunicação, artes, direitos humanos, mercado de trabalho, responsabilidade social, educação e drogadição fazem parte do cardápio de assuntos que contribuem para a formação dos seus participantes – 149 crianças e adolescentes.

Projeto

Byte & CriAção

Instituição responsável

Fundação Semear

Gestora

Ana Paslauski, assessora de desenvolvimento social.

Parceiros

Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Novo Hamburgo, Campo Bom e Estância Velha (RS); Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac).

Abrangência geográfica

Município de Novo Hamburgo, Vila Diehl e bairro São José – Kephaz (RS).

Público atendido

Crianças e adolescentes, de 6 a 16 anos.

Investimento

R\$ 19,6 mil ao ano

Mais informações

www.fundacaosemear.org.br

Virtual Shore™



A Revolução em Desenvolvimento Colaborativo

A Bull, pioneira em "Fábricas de Software", lança o "Virtual Shore™" nova modalidade de desenvolvimento de sistemas que associa a capacidade de industrialização de Centros de Serviços à flexibilidade dos ambientes colaborativos e à riqueza do Software Livre de Código Aberto.
Saiba mais sobre o Virtual Shore em www.bull.com



Architect of an Open World™

Protagonismo juvenil no Nordeste

Aliança com o Adolescente tira partido da informática e muda a realidade de uma região castigada pela seca

A semente do que é hoje o Grupo de Informática, Comunicação e Ação Local (Giral) foi plantada durante a seca que assolou o Nordeste brasileiro, no final dos anos 1990. E o fruto foi o Projeto Aliança com o Adolescente pelo Desenvolvimento Sustentável do Nordeste, que surgiu em 1998, graças a uma parceria entre o Instituto Ayrton Senna, a Fundação F. Kellogg, a Fundação Odebrecht e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

As primeiras ações, com foco no protagonismo juvenil, desenvolveram-se em três áreas, uma das quais é a Bacia do Rio Goitá, em Pernambuco. Ali, mais precisamente em quatro pequenos municípios localizados a 70 quilômetros da capital – Glória do Goitá e Lagoa de Itaenga, (Zona da Mata Norte), Pombos, (Zona da Mata Sul) e Feira Nova (Agreste Setentrional) –, concentram-se atividades de inclusão social a partir da informática.

Em 2001, o Projeto Aliança promoveu uma campanha para coletar computadores descartados, que seriam reconicionados e usados para capacitar jovens dos quatro municípios. Com isso, um total de 40 equipamentos foram enviados a quatro escolas públicas. De lá para cá, mais de três mil jovens receberam forma-

Foram feitos seis programas de rádio, que vão ao ar semanalmente, sobre temas relacionados à juventude, à mulher e ao desenvolvimento local.

ção em informática básica. Desses, 150 participaram do projeto Agentes de Desenvolvimento da Comunicação (ADC). Aprenderam conteúdos relacionados à atuação em rádios e jornais comunitários, tornando-se produtores de vídeos culturais.

Emerson Matias, 18 anos, foi um deles. Ele mora com a mãe em Glória do Goitá e está concluindo o ensino médio. Depois de fazer o curso, continua no Giral, onde ensina outros jovens a produzir audiovisuais. “Tomei gosto quando participei da primeira turma de formação de ADCs do Giral”, conta. Seu entusiasmo acabou empolgando também o irmão de 14 anos. A família tem computador em casa. Um *desktop* (comprado a prazo), que funciona em *dual boot* (aceita dois sistemas operacionais – Windows e Ubuntu), com conexão à internet. Emerson usa o equipamento para garimpar informações, ir atrás de cursos novos. Além, naturalmente, de baixar músicas, documentos, tutoriais e aplicativos. “Sou curioso, daqueles que buscam as coisas e aprendem”, diz. Com a produção de vídeos, sua renda varia entre R\$ 400 a R\$ 500 mensais. “Às vezes chega a um salário mínimo”, completa.

O Giral, fundado em Glória do



Jovens nordestinos se capacitam na área de informática e tornam-se monitores

Fotos: Divulgação



Filhos de agricultores e moradores da zona rural vão às aulas de informática, comunicação e direitos humanos mantidas pelo Giral.

Goitá por um grupo de estudantes, é uma organização não-governamental cujo objetivo é formar adolescentes e jovens, contribuindo para sua inclusão social por meio da informática e da capacitação em comunicação. Os beneficiários diretos do projeto ADC vêm de áreas rurais da Zona da Mata Norte e do Agreste de Pernambuco. São, na maioria, alunos em fase de conclusão do ensino médio nas escolas da rede pública.

Transformação

“Os que participam podem se tornar comunicadores em produção audiovisual, e ainda atuar em rádios, jornais comunitários e informática”, explica Everaldo Costa Santana, coordenador executivo. A partir daí, passam a ser Agentes de Desenvolvimento da Comunicação, responsáveis pela produção de vídeos voltados à valorização das pessoas e das culturas locais. O resultado, segundo Santana, é a construção do que ele chama de processos de transformação social. Na prática, foram feitos seis programas de rádio, que vão ao ar semanalmente, sobre temas relacionados à juventude, à mulher e ao desenvolvimento local.

Segundo Everaldo, mesmo antes de estar formalizado legalmente, o Giral se dedicava à formação

de jovens comunicadores. Foram mapeados os diversos grupos culturais e artistas da região – pesquisa que serviu para a produção de documentários. Em 2005, esses trabalhos conquistaram o 2º lugar no concurso de vídeos da Aliança Empresarial pelo Nordeste, no Recife. Além disso, os vídeos são exibidos em salas de aulas, nos pátios das escolas, nas praças dos bairros e em espaços da zona rural dos quatro municípios da Bacia do Goitá atendidos pelo Giral.

Em 2007, a equipe do Giral foi convidada pelo Núcleo do Pontão de Cultura da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) para, em conjunto com outros grupos, produzir o Cultura no Ponto – um programa de televisão veiculado quinzenalmente na TV Universitária para mostrar as ações dos Pontos de Cultura de Pernambuco.

De acordo com o coordenador executivo do projeto, os jovens de 15 a 21 anos formados pelo Giral são, na maioria, filhos de agricultores e moradores da zona rural. Durante os dez meses de formação, eles frequentam oficinas de comunicação e direitos humanos, informática com *software* livre e pesquisa. A metodologia de ensino é baseada nos princípios de Paulo Freire. Em 2010, o Giral finalizou o

projeto ADC, que durou 32 meses, e começou outros dois: Ponto de Cultura e Telecentros.BR.

Projeto

Agentes de Desenvolvimento da Comunicação

Instituição responsável

Grupo de Informática, Comunicação e Ação Local (Giral)

Gestor

Everaldo Costa Santana, coordenador executivo.

Parceiros

Acreditar – Capital Humano e Transformação Social; Auçuba; Canal Futura; Centro de Recuperação de Computadores (CRC); Faculdade de Olinda (Focca); Fase – Solidariedade e Educação; Fórum Pernambucano de Comunicação; Fundação Kellogg; Fundação de Patrimônio Histórico de Pernambuco; Geração Futuro; ministérios da Comunicação, de Ciência e Tecnologia, do Planejamento; prefeituras de Feira Nova, Lagoa de Itaenga, Glória do Goitá e Pombos; rádios comunitárias Itaenga FM, Goitacaz FM, Feira Nova FM e ONIT; Rede Pernambucana de Inclusão Digital; Serviço de Tecnologia Alternativa.

Abrangência geográfica

Municípios da bacia do rio Goitá: Glória do Goitá, Lagoa de Itaenga, Pombos e Feira Nova (PE).

Público atendido

Anualmente, 50 adolescentes e jovens de 14 a 21 anos.

Investimento

R\$ 460.307,55 durante os dois anos do projeto ADC.

Mais informações

www.giral.org.br

A periferia na tela

Moçada do Cinema na Favela produz audiovisuais sobre o cotidiano nas comunidades de baixa renda



fotos: Robson Regato

A moçada de baixa renda não apenas assiste a filmes como aprende a fazê-los. É o projeto Cinema na Favela & Favela no Cinema.

Ir ao cinema já é um luxo para populações de baixa renda. Fazer cinema, então, está fora do alcance de muito mais cidadãos. Pois em Florianópolis (SC) uma iniciativa criada há cinco anos conseguiu vencer esse desafio. Em sua 20ª edição (o evento acontece quatro vezes por ano), o projeto Cinema na Favela & Favela no Cinema realizou mais de 300 sessões gratuitas de filmes e documentários, assistidos por cerca de 30 mil pessoas. A ideia foi dos integrantes da organização não-governamental (ONG) Grupo Nação Hip Hop.

O mais interessante é que os jovens catarinenses de baixa renda não estão apenas assistindo a mais filmes. Agora, eles também têm a chance de, literalmente, botar a mão na câmera. Dentro do projeto, aprendem a produzir audiovisuais no formato de curtas-metragens, que são exibidos após as sessões de cinema programadas pelo Grupo Nação Hip Hop. “Essa também é uma boa ferramenta de inclusão social”, opina Cláudio Rios, responsável pela ONG e idealizador do projeto. Criado em meados dos

anos 1990, o grupo encontrou na divulgação da cultura de rua um meio de dialogar com jovens carentes entre 15 e 24 anos para, assim, afastá-los do risco de adesão ao crime. O *hip hop* surgiu na Jamaica e se organizou nos Estados Unidos, em meados dos anos 1970. No Brasil, chegou primeiro à periferia de São Paulo, de onde se expandiu por todo o país.

O projeto já realizou mais de 300 sessões gratuitas de filmes e documentários, assistidos por cerca de 30 mil pessoas.

A linguagem audiovisual foi inspirada no projeto Cinema BR em Movimento, desenvolvido pela Petrobras e pelo governo federal. Mas não só. A mostra Favela no Cinema, organizada no Rio de Janeiro por Ivana Bentes, professora e pesquisadora de audiovisual da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), também ajudou a definir o

foco do projeto. “Passamos a exibir filmes mais próximos da realidade dos jovens para criar uma identificação”, conta Rios. Debates sobre direitos humanos e cidadania, de que participam os próprios atores dos filmes, completam o programa.

O Grupo Nação Hip Hop da Grande Florianópolis atua junto a associações e núcleos sociais de uma comunidade com poucas opções de cultura, educação e lazer. “Quando começamos a discutir a viabilidade do *hip hop* no Sul do Brasil, uma região eminentemente de brancos, identificamos uma grande população de negros totalmente marginalizada”, conta Rios. “Cacá Diegues disse ter se sentido em um verdadeiro quilombo quando participou como convidado do nosso projeto”.

A mostra anual Cinema na Favela dura de um a três dias. As atividades são bem variadas – de exibição de filmes a oficinas sobre a sétima arte, dança, circo e *shows* de rap. A ONG dedica três meses do ano para avaliar o que foi feito, estruturar uma nova edição, montar a programação, contatar os produtores dos

filmes, organizar as discussões e convidar as principais atrações. Ao término do circuito, os filmes ficam à disposição de escolas, entidades públicas e lideranças comunitárias. “É o maior projeto de inclusão social da região”, garante Marcos Caneta, um desses líderes e também comissário da polícia civil em São José, situada na área continental de Florianópolis. “A interação com profissionais de sucesso no cinema, muitas vezes negros ou que já estiveram em posição de desigualdade, prova aos jovens a possibilidade de ascensão”, diz ele.

Conteúdo social

As mostras, exibidas em centros comunitários, escolas, universidades públicas e até penitenciárias, são seguidas de debates. Como convidados especiais, diretores, atores, produtores, jornalistas e educadores, entre outros agentes culturais. Os temas – educativos – vão de direitos humanos e prevenção às drogas até educação sexual. Todo o trabalho é desenvolvido na linguagem dos jovens. A intenção é também oferecer oportunidades

de profissionalização por meio da dança, das artes plásticas de rua, do *rap*, do audiovisual e do esporte.

Orçado em cerca de R\$ 150 mil por ano, o projeto tem como principal patrocinador o Governo do Estado de Santa Catarina e é beneficiado pela Lei Rouanet. “Quando começamos, o dinheiro provinha apenas das vendas de camisetas, jaquetas, bonés e outras peças que hoje distribuimos para a comunidade”, lembra Rios.

As propostas e os projetos sociais são selecionados por um grupo de profissionais ligados às áreas de educação e artes ou por professores, coordenadores culturais e educadores ligados às instituições interessadas. Nessa hora, todos têm em mente a mesma preocupação: que o conteúdo sempre priorize debates relacionados às campanhas de esclarecimento, conscientização e educação do público que se queira atingir.

Ainda para este ano, está prevista a inauguração do Espaço Cultural Nação Brasil, que funcionará em um castelo centenário, no centro histórico da cidade de São José, na

Grande Florianópolis. O Cine Clube Nação Favela será um dos núcleos do projeto. Além das sessões gratuitas de filmes seguidas de debates, haverá oficinas de cinema. Estão previstas atividades esportivas e outras formas de arte, como forma de inclusão social.

Projeto

Cinema na Favela & Favela no Cinema

Instituição responsável

Grupo Nação Hip Hop

Gestor

Cláudio Rios, responsável pelo Grupo Nação Hip Hop

Parceiros

Central Única das Favelas (Cufa) e Grupo Liberdade (SC); projetos Nós do Cinema e Nós do Morro (RJ).

Abrangência geográfica

Região continental da Grande Florianópolis

Público atendido

Jovens de baixa renda na faixa de 15 a 24 anos e seus familiares, além de educadores, professores, assistentes sociais, lideranças comunitárias, monitores, estudantes, universitários.

Investimento

Cerca de R\$ 150 mil por ano, além benefícios da Lei Rouanet e da Lei Estadual de Cultura de Santa Catarina.

Mais informações

www.nacaohiphop.com



Tido como o maior projeto de inclusão social da região, o projeto do Grupo Nação Hip Hop também promove debates e oficinas.

Pesquisar não é copiar

Alunos do projeto Escola Conectada aprendem a usar as TICs e melhoram o desempenho



Fotos: Divulgação

No início, o Projeto Escola Conectada atraiu poucos adeptos de uma escola gaúcha. Hoje, atende a educadores de todo o país.

Em 2008, a Escola Municipal de Ensino Fundamental José Mariano Beck, que atende a cerca de mil alunos da periferia de Porto Alegre, recebeu convite do Instituto Ayrton Senna (IAS) para integrar o Projeto Escola Conectada. Dez professores, a diretora e a supervisora toparam. “De março até setembro de 2009, esse grupo se preparou para a nova missão”, conta a professora Luciana Tadewald. Ao final, os educadores formaram suas turmas e cada aluno recebeu um *laptop*. Os jovens aprenderam a criar *e-mails* e *blogs*, e a anexar textos e fotos. Essa alfabetização digital, que acontecia uma vez por semana, foi se aperfeiçoando no laboratório da escola. “Eles não chegavam só para brincar ou jogar. E aprenderam que pesquisar não é copiar”, conta a professora. De quebra, aprimoraram sua

capacidade de leitura e escrita e até a autoestima melhorou.

Cassiane Claudio Cardoso e Roberto Santos Camargo, ambos com 14 anos e no 8º ano do ensino fundamental, sempre estudaram na José Mariano Beck. Nenhum dos dois tem computador em casa. Ela gosta de usar o equipamento para aprender coisas novas e fazer amigos. E reconhece: “No começo, foi um pouco difícil lidar com a máquina”. Mas chegou lá. Manda mensagens para professores, colegas e faz pesquisas no Google. Roberto faz tudo isso e um pouco mais: “Também acompanho campeonatos de futebol pelo Hotmail”, conta.

Tecnologia no ensino

O recurso à informática é cada vez mais comum em projetos de inclusão. O motivo é simples. Se-

gundo a coordenadora da área de educação e tecnologia do Instituto Ayrton Senna, Adriana Martinelli de Carvalho, “não dá mais para falar de educação ignorando as tecnologias de informação e comunicação”. Mas, nos idos de 1999, 2000, quando surgiu o Escola Conectada, o desafio era grande: como aplicar as tecnologias, qual seria o resultado? Foram anos de aprendizado, com a ajuda de especialistas. “A gente não queria partir para superlaboratórios, mas descobrir caminhos junto com as escolas, único meio de inserir a tecnologia nas disciplinas de modo natural”, relata Adriana. Não era fácil mudar paradigmas da tradicional relação professor-aluno, baseada em dar aula e cobrar, dar informação e atribuir notas. Sem falar em questões do tipo: quem vai mandar no laborató-

rio? O especialista em informática, que não é preparado para dar aula?

A inclusão precisava de ingredientes básicos: acesso, manejo técnico e formação. O que se buscava não era aprender a usar a tecnologia, mas usá-la para aprender. O educador não dispunha de nenhum dos três quesitos, segundo a coordenadora do Ayrton Senna.

Hoje, o quadro é diferente. “No

A formação, antes presencial, agora é a distância, e dá origem a grupos de aprendizagem virtual.

entanto, não basta bater na tecla da tecnologia. É preciso saber o que é ensinar. E entender o que o aluno precisa saber”, enfatiza. E sugere que é importante aluno e professor trabalharem em equipe e desenvolver relações interpessoais”. A coordenadora do IAS também propõe o que chama de inversão do currículo da educação, no qual o conteúdo passa a ser o meio, não o fim. E o fim passa a ser a capacidade de refletir por meio dos conteúdos.

O Escola Conectada entrou em

rede em 2004. De lá para cá, muita coisa mudou. Já em 2008, por exemplo, uma avaliação científica com o grupo de controle mostrou que o programa faz diferença. E avançou: hoje, não é mais levado para esta ou aquela escola, mas sim para as instituições de ensino da rede pública em geral, em parceria com as secretarias de Educação. A formação, antes presencial, agora é a distância, e dá origem a grupos de aprendizagem virtual que acabam por desenvolver uma “afetividade *online*”, como costuma dizer Adriana ao se referir ao envolvimento dos participantes.

Atualmente, o Programa Escola Conectada se vale de tecnologias digitais para promover seus métodos de aprendizagem em sala de aula. E age em duas pontas: de um lado, desenvolve nos educadores a competência para a utilização das tecnologias da informação e da comunicação; de outro, promove a formação de uma comunidade de aprendizagem virtual.

Passados dez anos, o projeto do IAS vai sendo adotado como política pública graças às parcerias com secretarias municipais de Educação. É o que acontece em Araxá (MG), Rio das Ostras (RJ) ou, ainda, em

Santana de Parnaíba, São Caetano do Sul e Taboão da Serra (SP). Nem sempre, porém, a iniciativa é de órgãos do governo. Escolas do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco também aderiram ao programa, mas por conta própria. Ao todo, o projeto envolve 25.780 alunos de 79 escolas públicas e 736 educadores.

De acordo com o instituto, os resultados do Escola Conectada apontam melhoria na aprendizagem dos alunos, fortalecimento da autoestima, maior integração entre os participantes, além de aperfeiçoamento da leitura, da escrita e do raciocínio lógico. A plataforma de educação *online* do programa é customizada a partir do Moodle, *software* livre que permite interatividade por meio de *blogs*, *wikis*, fóruns e muito mais. Outras ferramentas possibilitam reuniões *online* e produção de conteúdos em lousa interativa.



A aprendizagem virtual tem ganhos pedagógicos palpáveis: o aluno fica mais motivado.

Projeto

Programa Escola Conectada

Instituição responsável

Instituto Ayrton Senna

Gestora

Adriana Martinelli de Carvalho, coordenadora da área de educação e tecnologia.

Parceiros

Alcatel; HP; Microsoft.

Abrangência geográfica

Estados de MG, PE, RJ, RS e SP e mais a comunidade virtual formada por educadores de todo o país.

Público atendido

25.780 alunos de 79 escolas públicas, com 736 educadores.

Investimento

R\$ 100 mil ao ano

Mais informações

www.escolaconectada.org.br



Em busca de uma identidade

Projeto OCA desperta nos jovens o desejo de maior aproximação com os moradores de suas comunidades



Fotos: Robson Regato

O Projeto OCA vai além da educação formal promovida pela escola pública. Suas oficinas capacitam os alunos para a vida digital.

Angélica Nascimento, 17 anos, achava sua comunidade “esquissita”. Esse adjetivo expressava o seu menosprezo por um povo “mal educado e pouco criativo”, também nas palavras da jovem. Ela mora no Jardim Pantanal, na Zona Leste da Cidade de São Paulo, região habitada por 125 mil pessoas, e que ficou conhecida pelos frequentes alagamentos provocados pelas enchentes do rio Tietê. Nos últimos dois anos, no entanto, Angélica começou a ver esse povo com outros olhos e as críticas deram lugar a contribuições voltadas para a valorização da localidade em que vive desde pequena. Ela atribui essa mudança ao Projeto Organismo Comunicação e Arte (OCA), mantido pelo Instituto Crescer para a Cidadania. “Quem frequenta as oficinas passa por um processo de transformação pessoal”, explica a estudante do 3º ano do ensino médio da escola estadual D. Pedro I.

Transformação é a palavra que também define a experiência de Marcelo da Silva Fernandes Soares, de 17 anos. Dois anos atrás, ele era um menino tímido e pouco aplica-

do aos estudos. Hoje, revelou-se um grande articulador. “O Projeto OCA mostrou o lado bom da comunidade e ressaltou a importância de valorizar a cultura nordestina, que é predominante”, explica. Foi sua mãe quem o conduziu ao programa, ao ver um cartaz de rua anunciando cursos de técnicas de rádio, vídeo, informática e teatro para adolescentes. Tudo grátis. Na hora, ela enxergou novas oportunidades para o desenvolvimento pessoal e profissional

Antes, indiferentes. Hoje, solidários. A informática mudou o olhar da moçada sobre a própria vizinhança.

do filho. A princípio, o jovem resistiu. Mas acabou iniciando o primeiro módulo, chamado ‘experimentador’, em julho de 2008. Marcelo garante que a experiência foi determinante para sua decisão de estudar e trabalhar futuramente nas áreas de comunicação e educação. Agora, ele não perde um Café na OCA, evento mensal onde os participantes do

projeto apresentam seus trabalhos à comunidade. O último encontro reuniu mais de 500 pessoas.

Essas duas histórias ilustram algumas das ações do Projeto OCA, criado em 2007 com o objetivo de capacitar jovens em atividades complementares às oferecidas pela educação formal. O programa já beneficiou 360 filhos de famílias de baixa renda, entre 15 e 19 anos. Todos moradores do Jardim Pantanal. Apresentada às novas tecnologias, a moçada se sente incentivada a desenvolver seus talentos e a valorizar a comunidade. “Falta cuidado com a periferia”, lamenta Luciana Vaz Allan, diretora técnica do Instituto Crescer e responsável pelo programa. “Os participantes, que não se reconheciam como pessoas daquela comunidade, agora conseguem identificar o que a cultura local tem de interessante”, relata ela.

Cadastrado no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente em São Paulo e também no Fundo Criança Adolescente (Funcad), o OCA é muito procurado. Cerca de 80% dos jovens são certificados ao final de cada etapa, que dura seis

meses. “A evasão é decorrência do trabalho ou da mudança de endereço”, explica Luciana.

Mais cumplicidade

O curso é composto de dois módulos. Participam, de cada um, sete facilitadores e um coordenador. Na primeira fase, Ciclo Experimentador, os jovens exploram diferentes recursos tecnológicos (peças radiofônicas – *podcasts*, *blog*, jornal, imagem e vídeo). Também fazem leituras críticas sobre a região e atividades de expressão corporal. “Nosso próximo desafio será a orientação adequada para a produção de texto, pois há um déficit de leitura e de escrita entre os alunos do ensino médio”, constata Luciana. Na segunda fase, Ciclo Semeador, com duração de um ano, aprofundam-se as discussões. Os participantes aproximam-se mais da comunidade e aproveitam as visitas para levantar informações e colocá-las em *blogs*.

Toda a produção é apresentada em um grande encontro mensal, que já faz parte da agenda de eventos do Jardim Pantanal. Nesse dia, além de ficar por dentro das ações desenhadas coletivamente, os moradores recebem um jornal feito pelos alunos do projeto. Vídeos exibem depoimentos sobre as vivências do grupo e, para a descontração geral, um *show* de talentos encerra as atividades. Além das oficinas, o projeto promove debates de assuntos de interesse da comunidade.

O projeto é avaliado em todas as suas fases – desde a identificação do perfil do grupo para introduzir as melhores estratégias de ação até a mensuração dos resultados, ao final de cada semestre. Além do monitoramento dos financiadores, por meio de relatórios trimestrais onde são reportadas as conquistas e os desafios, uma consultoria externa analisa anualmente os efeitos do projeto na comunidade. Ainda este ano, deve-

rá ser lançado o Guia da Tecnologia Social, que permitirá a implementação do programa OCA em outras comunidades.

Fruto da parceria entre a Votorantim Metais, o Instituto Votorantim e o Instituto Crescer para a Cidadania, apoiado pelo Instituto Alana, o projeto trabalha com investimentos privados. O custo de realização é de R\$ 300 mil por ano – R\$ 100 mil bancados pela Votorantim Metais, que participa da gestão, monitoramento, estratégias de sustentabilidade e, mais recentemente, da organização do voluntariado empresarial; e R\$ 200 mil investidos pelo Instituto Alana, que também cede o espaço para a realização de oficinas e encontros comunitários. Desde a criação, em 2007, o projeto já recebeu investimento de R\$ 1 milhão e formou quatro jovens para trabalhar como educadores sociais de outras comunidades, pagando ajuda de custo de R\$ 300 por mês.



Os participantes das oficinas dirigem à comunidade carente um olhar mais compreensivo

Projeto

Organismo Comunicação e Arte (OCA)

Instituição responsável

Instituto Crescer para a Cidadania

Gestora

Luciana Allan, diretora técnica do Instituto.

Parceiros

Instituto Alana, Instituto Votorantim e Votorantim Metais.

Abrangência geográfica

São Paulo (distrito de São Miguel Paulista; região leste de São Paulo; bairro Jardim Helena, no Jardim Pantanal).

Público atendido

200 jovens de 15 a 19 anos, formados em dois anos de projeto, e outros 100 no primeiro semestre de 2010.

Investimento

Desde a criação, em 2007, o projeto recebeu investimentos de R\$ 1 milhão.

Mais informações

www.institutocrescer.org.br

www.ocapantanal.blogspot.com



Garantia de trabalho

Proposta do EnterJovem Plus é selar parcerias com rede pública de ensino e utilizar TICs para capacitar estudantes



Fotos: Divulgação

Programa Enter Jovem Plus visa qualificar alunos da rede pública no mundo digital para torná-los aptos a buscar o primeiro emprego

Um programa que alia setor público, terceiro setor e setor privado, unidos para ampliar as chances de jovens de baixa renda entrarem no mercado formal de trabalho, apresenta resultados que impressionam. Liderado pelo Instituto Empreender, a iniciativa já qualificou, até o início deste ano, cerca de 7,5 mil jovens. Criado como EnterJovem em 2003 e rebatizado de EnterJovem Plus em 2009, tem como meta tornar os jovens autônomos na busca do primeiro emprego. A proposta é qualificar alunos da rede pública de ensino em informática básica, fornecer orientação profissional e ministrar aulas de inglês. Até o final de 2010, serão atendidos mais 4 mil jovens. Outro objetivo do programa é garantir que, ao menos, 1.250 deles

consigam um emprego produtivo por mais de três meses.

Segundo Mariza Soares, diretora geral do projeto, o curso de informática está centrado na temática da empregabilidade. “O jovem aprende a usar um editor de texto ao descobrir como se escreve uma carta comercial, um memorando ou um currículo”, diz, para explicar o que chama de “transversalidade”. E, para ampliar a atualização em informática e inglês, não fica de fora o acesso a redes sociais, como Facebook, Orkut e Twitter e Skype.

Em busca da eficiência

As aulas acontecem em laboratórios das escolas públicas, resultado de convênios firmados com governos estaduais. O Instituto Empreender contribui com a con-

tratação e a capacitação de professores. Também estão sob sua responsabilidade a publicação e a distribuição gratuita do material didático. Terminado o curso, o Instituto faz a orientação profissional dos alunos, durante três meses.

Não é segredo que a principal causa de desemprego entre os jovens é a falta de experiência. Daí a importância de compensar essa lacuna com uma boa orientação. Não faltam dicas, que podem ser preciosas na hora de concorrer a uma vaga neste mundo competitivo: como participar de um processo seletivo? Como se comportar no ambiente de trabalho? “Esse é o momento crítico para a adaptação a uma nova realidade”, comenta a coordenadora Mariza. O apoio vai além: centenas de empresas – res-

taurantes, estabelecimentos varejistas, prestadores de serviço – são convidadas a dar uma oportunidade aos formandos.

Em outra frente de apoio, a IBM distribui gratuitamente o aplicativo Read Compenium para as aulas de inglês. O programa auxilia a identificar erros e acertos de pronúncia

A proposta é qualificar alunos da rede pública de ensino em informática básica, fornecer orientação profissional e ministrar aulas de inglês.

na leitura de textos. Com tantos incentivadores, não é de espantar que o EnterJovem já tenha recebido o Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social, concedido a projetos capazes de contribuir para solucionar problemas sociais e que possam ser reproduzidos em todo o país.

O projeto é bancado por fontes diversas como a United States Agency for International Development (Usaid – sigla em inglês para a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional),

a Chevron Corporation, a Cimento Nassau e o Governo do Estado de Pernambuco. Cada aluno custa R\$ 1,5 mil. Em 2010, o financiamento deve superar os R\$ 3,8 milhões.

Segundo Mariza, o papel das secretarias de Educação estaduais é fundamental para o sucesso do programa. Cada uma convoca reuniões com os gestores das gerências regionais de ensino, que, por sua vez, convidam os diretores das escolas. “Cabe a eles fiscalizar e adequar a equipe que capacita os jovens”, diz a diretora geral do projeto. As escolas cedem os laboratórios de informática, que devem ter, no mínimo, dez computadores por sala e conexão de banda larga.

Algumas metas se sofisticaram, com o tempo. Hoje, cada escola deve garantir a participação de, no mínimo, 5% de alunos portadores de alguma deficiência ou que sejam egressos do sistema penal. No Rio de Janeiro, por exemplo, onde estudos comprovaram que as mulheres têm maior dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, é obrigatório que 65% dos participantes sejam do time feminino.

José Bruno Pereira da Silva, 22 anos, conseguiu o primeiro emprego na loja do Carrefour de Boa Viagem, no Recife (PE), após fre-

quentar por oito meses a oficina do EnterJovem. “Depois que o programa terminou, consegui emprego em menos de dois meses”, conta, orgulhoso. Dois anos mais tarde, foi promovido ao posto de patinador, responsável por supervisionar vários caixas da loja. Embora já tivesse alguma noção de informática antes do curso, ele nunca havia manuseado, por exemplo, aplicativos de planilhas eletrônicas. “Mas o melhor de tudo foi aprender a elaborar um bom currículo e a me portar no ambiente de trabalho. Recomendando aos meus amigos. Muitos já conseguiram emprego depois de assistir às aulas”, relata.

Projeto

Programa EnterJovem Plus

Instituição responsável

Instituto Empreender

Gestora

Mariza Soares, diretora geral do projeto.

Parceiros

Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid); Chevron Corporation; Cimento Nassau; Governo do Estado de Pernambuco (Secretaria Especial de Juventude e Emprego); Governo do Estado do Ceará (Secretaria de Educação); Governo do Estado do Rio de Janeiro (Secretarias do Trabalho e da Educação); Governo do Estado de Sergipe (Secretaria de Estado do Trabalho, da Juventude e da Promoção da Igualdade Social); IBM.

Abrangência geográfica

Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Sergipe.

Público atendido

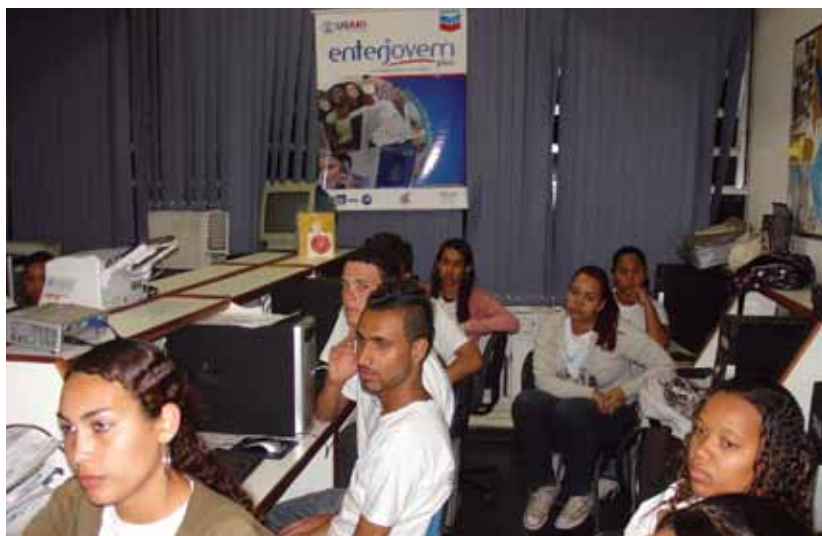
Jovens de baixa renda, com idade entre 16 e 29 anos, matriculados e frequentando regularmente escolas públicas do ensino médio ou que já o tenham concluído, sem experiência em emprego formal.

Investimento

Usaid e Chevron Corporation: US\$ 1,540,000; Cimento Nassau: R\$ 108 mil; Governo de Pernambuco: R\$ 990 mil.

Mais informações

www.enterjovemplus.org.br



Quem participa das oficinas também aprende a ser competitivo no mercado de trabalho

Linha direta com o escritor

No projeto Escrevendo com o Escritor, estudantes da escola pública fazem parceria com autores consagrados.



Fotos: Divulgação

Mais de mil crianças assinam histórias em coautoria com nomes consagrados. Esse é o cerne do projeto Escrevendo com Escritor.

Isso é que é estimular a meninada a produzir os próprios textos! Na festa em homenagem à escritora e ilustradora mineira Ângela Lago, em Cataguazes (MG), mais de mil crianças e jovens realizaram um sonho. Eles passaram o primeiro semestre do ano escrevendo histórias pela internet em parceria com a autora infantil, premiada internacionalmente. Enfim, tiveram a oportunidade de conhecê-la pessoalmente, trocar ideias e esclarecer dúvidas sobre o trabalho desenvolvido nesse período. Além de apresentar peças teatrais adaptadas de um dos livros de Ângela Lago, a criançada a presenteou com desenhos, músicas, livros, bonecos e cartazes.

A solenidade encerrou a 11ª edição do projeto Escrevendo com Escritor, desenvolvido pelo Instituto Francisca de Souza Peixoto. O projeto acontece duas vezes por ano e já atingiu, desde o início, 3.500 pessoas da comunidade e dez mil crianças e jovens, na faixa de dez a 15 anos, pertencentes às classes C e D. Apoiado pela Companhia Industrial de Tecidos Cataguazes,

tem a missão de pôr a tecnologia a serviço da cultura.

O Escrevendo com Escritor funciona assim: um autor de literatura infantil de renome sela uma parceria literária – e interativa – com estudantes de escolas de educação infantil e fundamental. Primeiro, os alunos leem os livros desse autor e pesquisam sua biografia. Em paralelo, mantêm um *blog*, onde criam

Pesquisa aponta: 84,2% dos professores acreditam que o rendimento dos alunos melhorou e 95% acham que aumentou a desenvoltura na leitura e na escrita.

histórias, poesias e poemas em coautoria com o escritor convidado. Toda a produção que resulta dessa interatividade é trabalhada na sala de aula. As atividades culminam com um encontro presencial com o autor, realizado ao final de cada semestre, no Instituto Francisca

de Souza Peixoto. Ali, rolam bate-papos animados e muita troca de experiências. Ao final, claro, acontece uma sessão de autógrafos. Cada edição do programa, financiado pelo Instituto com apoio da lei estadual de incentivo à cultura do Estado de Minas Gerais, está orçada em R\$ 15 mil. Desde 2008, tem como novo parceiro o Programa Nacional de Incentivo à Leitura de Cataguazes. Entre os escritores que já participaram do projeto de escrita colaborativa estão Mauro Sérgio Fernandes, Marcelo Xavier e Ronaldo Simões.

“Mais do que familiarizar alunos e professores com a informática, o programa contribui para que os participantes construam o próprio conhecimento”, explica Andréa Toledo, coordenadora do projeto e especialista em Informática na Educação e em Estudos Literários pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF-MG). O Escrevendo com Escritor é realizado com os recursos da Biblioteca Digital Josué Inácio Peixoto e do laboratório de informática do Instituto Francisca – basicamente, 22 computadores, webcam

e projeto multimídia. O programa, que também capacita professores para o uso do computador em suas atividades didáticas, contempla outros conteúdos curriculares, como educação artística, literatura portuguesa e técnicas de redação. Para avaliar os resultados, os responsáveis pelo projeto analisam os textos e os depoimentos postados no *blog*, verificam se houve aumento na procura de títulos nas bibliotecas da instituição e das escolas e conferem a presença do público que vai assistir às peças teatrais.

Prazer pela leitura

Em 2008, foi realizada uma pesquisa com 253 participantes do projeto – entre alunos, professores, funcionários do Instituto Francisca de Souza Peixoto e supervisores das escolas beneficiadas. À frente do estudo, estiveram professores da UFJF, além de acadêmicos dos cursos de Letras e Pedagogia das Faculdades Integradas de Catagu-

ses e do Sistema de Informação das Faculdades Doctum. Uma das conclusões foi a de que o acesso aos livros e aos escritores despertou o prazer pela leitura. Sem contar que o computador, usado também em atividades lúdicas, contribuiu para atrair a atenção e o interesse sobretudo dos leitores iniciantes. “A aproximação com os autores dos livros dá outra dimensão ao aprendizado por relacionar o universo de quem cria com o de quem lê”, observa Andréa.

A pesquisa também registrou os seguintes resultados sobre o uso da informática na educação: 84,2% dos professores acreditam que o rendimento dos alunos melhorou de maneira geral; 95%, que aumentou a desenvoltura na leitura e na escrita; 75%, que a tecnologia estimula a autoconfiança para o desenvolvimento das tarefas escolares e a participação mais efetiva nos trabalhos em grupo. E mais: 90% dos entrevistados consideraram a

iniciativa ótima, 10% a classificaram como boa e 100% gostariam que seus alunos repetissem a experiência. “O programa é fácil de ser replicado em outras escolas, pois permite que o professor, com base nas práticas utilizadas, crie seus próprios projetos”, diz Andréa.

Projeto

Escrevendo com Escritor

Instituições responsáveis

Instituto Francisca de Souza Peixoto e Companhia Industrial Cataguazes

Gestora

Andrea Toledo, coordenadora.

Abrangência geográfica

Cataguazes (MG)

Público atendido

10 mil crianças e jovens; 3 mil adultos e pessoas da terceira idade.

Investimento

R\$ 15 mil em cada uma das duas edições anuais

Mais informações

www.escrevendocomescritor.com.br



O alto índice de aprovação pelos participantes da iniciativa pode servir de estímulo para a sua implantação em outras escolas

Mídia para quem não tem mídia

Povos indígenas, comunidades quilombolas e artistas populares têm espaço garantido no portal iTeia.



Fotos: Divulgação

A iTeia, uma rede independente de cultura, já reúne 1,5 mil autores virtuais, incluindo índios, quilombos e grupos urbanos.

Em apenas três anos, uma iniciativa do Instituto de InterCidadania tornou possível a construção de uma grande vitrine virtual para associações culturais dispersas por todo o país. A iTeia, uma rede independente de cultura e cidadania, já reúne 869 grupos de produção artística e 450 Pontos de Cultura, do programa Cultura Viva, do Ministério da Cultura (MinC). Essa rede virtual de mais de 1,5 mil autores – com versão em espanhol e em inglês – publica conteúdos digitais e estimula o intercâmbio entre centenas de coletivos de produção cultural, incluindo comunidades indígenas, quilombos, grupos artísticos urbanos e de artes cênicas, sem deixar de lado expressões culturais

específicas, caso do maracatu.

Além de divulgar vídeos, músicas, textos e fotos, o portal oferece suporte técnico e ferramentas para o gerenciamento *online* de tudo o que é publicado. Sem falar em serviços como Achalmagens, AchaNotícias, Agência iTeia, jornal, *newsletter* e extranet. A atualização é permanente. Para se ter uma ideia, todos os dias a rede dispara um *clipping* para três mil pessoas. No Twitter, tem mil seguidores. A iniciativa não tem fins lucrativos, mas permite a exposição de *banners* dos patrocinadores nas páginas dos produtores culturais – uma forma de garantir a sustentabilidade. “A iTeia é a mídia para quem não tem mídia”, resume Pedro Jatobá, secretário executivo

do projeto que, desde o início, propôs integrar os Pontos de Cultura. “Queremos fomentar a produção colaborativa e compartilhada para os coletivos que não têm espaço no mercado tradicional”, acrescenta o militante da inclusão digital.

Jatobá conta que o portal está hospedado dentro da Rede de Servidores Livres, ligada ao projeto Ação Cultura Digital, do MinC. Em agosto, a iTeia dispunha de servidores internos e remotos, totalizando 8 Terabytes de conteúdo armazenado. O acesso a esse manancial é garantido por um *link* de 4 Gbps da Embratel, custeado em conjunto com parceiros do Instituto de InterCidadania, como a SX Brasil e o Interjornal. O secretário executivo explica que o

sistema foi desenvolvido a quatro mãos por equipes do InterCidadania e da KMS, uma empresa do Ceará. Três anos após o lançamento, o *site* está na versão 2.0.

Para o representante da iTeia, o crescimento contínuo dos recursos tecnológicos é decisivo para a sobrevivência da rede. Por isso, há planos de aquisição de servidores externos, no Brasil e no exterior, para descentralizar a carga

trabalham diretamente na iTeia, além de outros 15 colaboradores indiretos. O orçamento anual varia, em função da sazonalidade dos projetos, mas gira em torno dos R\$ 100 mil anuais. O projeto tem um Conselho Nacional, formado por representantes de Pontos de Cultura de todas as regiões do país. “No ano que vem, faremos uma nova eleição”, ressalta.

Para o índio Tupinambá Jaboran-

“Agora trocamos muitas experiências com os Xavantes, do Alto do Xingu”, informa. Antes da exposição do Índios Online na iTeia, os contatos entre as duas comunidades eram feitos a cada quatro anos, em eventos presenciais. Jaborandy conta que alimenta a rede com arquivos de vídeos de celular e de câmeras fotográficas. É lá também que está hospedado o *blog tupinambadeolicenca.blogspot.com.br*. Ele conta que uma oficina de 30 horas realizada pela iTeia em sua comunidade foi fundamental para a adesão ao projeto. “Como diz Nenetí, um dos guardiões da tradição Caririxocó, o computador é, para nós, um arco digital porque nos permite caçar novos projetos e parceiros”, afirma. A tecnologia, de acordo com ele, agora é defendida até pelos mais velhos de seu povo.

Há planos de aquisição de servidores externos, no Brasil e no exterior, para descentralizar a carga de acessos ao portal. Também está prevista a ampliação do link para 10 Gbps.

de acessos ao portal. Também está prevista a ampliação do *link* para 10 Gbps.

O *software* livre foi uma opção natural do projeto. O desenvolvimento usou linguagem PHP, banco de dados +SQ, gerenciado pelo MySQL. Os conteúdos têm licença livre, Creative Commons. E o portal segue o padrão World Wide Web Consortium (W3C), que garante a navegação a portadores de deficiência visual. Nesse caso, a iTeia sugere o uso do navegador Webvox, do sistema operacional Dosvox.

Jatobá conta que oito pessoas

dy, registrado oficialmente com o nome de Sosigenes do Amaral Silva Jr., a iTeia tem grande visibilidade. “Multiplica o poder das redes virtuais como a Índios Online, da qual a minha comunidade faz parte, permitindo um intercâmbio maior com outros tipos de movimento”, afirma o rapaz de 27 anos. Segundo ele, que se ressentia do fato de ter tido o seu primeiro contato com o computador apenas aos 22 anos, as diversas redes sociais atendidas pela iTeia fazem com que o *site* seja visitado por pessoas de todas as classes sociais no país inteiro.



Os contatos entre as comunidades, antes presenciais, hoje podem ser feitos a distância.

Projeto

Rede Independente de Cultura e Cidadania iTeia

Instituição responsável

Instituto InterCidadania
Gestor Sergio Xavier, presidente.

Parceiros

AchaNoticias.com.br; Centro de Desenvolvimento de Tecnologias Livres (PE); Estúdio livre - Cultura Digital; Fundação de Cultura de Pernambuco (Fundarpe); Interjornal (Achix); KMF; Ministério da Cultura (MinC); Petrobras; SX Brasil Comunicação Digital.

Abrangência geográfica

Território nacional

Público atendido

Coletivos de produção cultural

Investimento

Em 2010, cerca de R\$ 100 mil.

Mais informações

www.iteia.org.br

Fim do analfabetismo digital

Graças à tecnologia, surgem novos empreendedores, capacitados por meio de cursos a distância.

O índice médio de exclusão digital no país, em 2006, atingiu altíssimos 54%. Pior ainda era o quadro no município de Maracanaú, a 20 quilômetros da região metropolitana de Fortaleza (CE). Por lá, na mesma época, esse percentual chegou a 78%. Para se ter uma ideia, apenas 1% dos microempreendedores locais acessava a internet, 0,1% tinha um *site* e apenas duas escolas eram aparelhadas com laboratórios de informática. Uma situação lamentável, sobretudo porque 64% dos 201 mil habitantes eram menores de 29 anos. De posse desses dados, o Instituto para o Desenvolvimento Tecnológico e Social (Idear) uniu-se à Prefeitura de Maracanaú e desenvolveu o programa SeLiga!, que entrou em operação em 2006 implantando dois telecentros comunitários. Hoje, são 52 e espera-se chegar a 80 até o final deste ano.

Os telecentros estão prioritaria-

mente nas escolas municipais e em outros equipamentos sociais de bairros carentes. O projeto atende a mais de 26 mil pessoas – oito mil são jovens entre 15 e 29 anos, 14 mil alunos e professores de escolas municipais, além de quatro mil empreendedores e colaboradores. “Cerca de 80% dos usuários são provenientes de famílias cadastra-

Um dos pontos fortes é a metodologia de animação e operação dos telecentros

das em programas de transferência de renda do governo federal”, explica Cláudio Joventino, diretor executivo do Idear e responsável pelo projeto. Segundo ele, um dos pontos fortes é a metodologia de animação e operação dos tele-

centros, que permite um melhor acompanhamento das atividades e a detecção prévia de problemas de utilização baixa ou inadequada.

O SeLiga! oferece 11 oficinas – da iniciação à informática à edição de fotografia. Cursos a distância ou presenciais gratuitos treinam habilidades básicas para o trabalho e qualificam para o empreendedorismo. Há, ainda, três telecentros temáticos: o do Empreendedor, o da Reserva Indígena e o da Cadeia Pública. Atualmente, está sendo implantado o Telecentro do Trabalhador de Caucaia, município vizinho, também na região metropolitana de Fortaleza. Em 2008, por exemplo, o foco foi a capacitação de novos empreendedores – uma iniciativa do SeLiga! com a seção cearense do Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (Sebrae). Outros cursos presenciais merecem destaque,



Onze oficinas do SeLiga! treinam habilidades para o trabalho em cidades cearenses.

fotos: Divulgação



Telecentros instalados dentro de escolas municipais e em órgãos públicos oferecem cursos a distância para formar empreendedores

caso do Aprender a Empreender e do Juntos Somos Fortes. O primeiro, como o nome indica, estimula o empreendedorismo e formou 15 facilitadores; o segundo tem como foco temático o associativismo, ou empreendedorismo coletivo. O projeto também distribuiu *kits* educativos relacionados aos cursos. Desde o início da parceria com o Sebrae, mais de 600 pessoas já foram capacitadas nos cursos presenciais – que, aliás, já rendem frutos: muitos ex-alunos abriram seus próprios negócios – de lojas de bijuterias a lanchonetes.

Quatro outros conjuntos de cursos, todos *online*, tratam de Empreendedorismo (plano de negócio, planejamento financeiro e habilidades para o empreendedor), Trabalho (*marketing* pessoal, elaboração de currículo, atendimento ao cliente e relações humanas), Educação (idiomas, língua portuguesa e matemática), Inclusão Digital (informática básica, Linux, ferramentas de escritório e internet). Dentro de dois anos, o SeLiga! planeja criar o seu Centro de Capacitação e Certificação Profissional, por meio dos chamados itinerários informativos. A proposta é propiciar profissionalização em funções específicas, como as de administrador de redes, manutenção e montagem de

computadores ou *designer* gráfico. Quem completar as 180 horas dos cursos poderá estagiar em uma das empresas parceiras da prefeitura de Maracanaú.

Cerca de 90% dos usuários dos telecentros têm menos de 29 anos, todos pertencentes às classes C e D – 70% da população da cidade é de baixa renda. Em 2008, foram habilitados 1.020 jovens em cursos voltados para o desenvolvimento profissional e 434 jovens e adultos em disciplinas que apoiam e incentivam o empreendedorismo local.

Os telecentros operam em plataforma livre, com o sistema operacional Linux Ubuntu e a suíte para escritório BrOffice. O ambiente Moodle foi adotado para administração dos conteúdos. Cada telecentro tem o seu *blog*, mantido pelos próprios usuários locais no ambiente BlogSpot. Nas atividades educativas com crianças, as ferramentas mais utilizadas são o Tux-Pains e o Gcompris, com o apoio de diversos vídeos e jogos educativos.

A manutenção da estrutura física fica a cargo da prefeitura. Foram investidos R\$ 1 milhão nos últimos três anos, sendo R\$ 250 mil provenientes do Ministério das Comunicações. Nesse total, estão incluídas as doações de equipamentos condicionados do Banco do Brasil e

do Ministério do Planejamento, por meio do programa Computadores para Inclusão, que responde por um terço das máquinas utilizadas. Cerca de 90% dos custos do programa são cobertos pela prefeitura de Maracanaú e 10% vêm da parceria com o Instituto HSBC.



Projeto
SeLiga!

Instituição responsável
Instituto para o Desenvolvimento Tecnológico e Social (Idear)

Gestor
Cláudio Pessoa Joventino, diretor executivo do Idear.

Parceiros
Instituto HSBC Solidariedade; prefeituras de Caucaia e Maracanaú; ministérios da Ciência e Tecnologia, das Comunicações e do Planejamento.

Abrangência geográfica
Municípios de Boa Viagem, Caucaia, Itatira e Maracanaú (CE).

Público atendido
Mais de 26 mil pessoas, desde 2006.

Investimento
R\$ 1 milhão

Mais informações
www.idear.org.br

Parceria com a escola

Talento Digital utiliza recursos multimídia para complementar as aulas dos ensinos fundamental e médio



fotos: Divulgação

O Instituto de Tecnologia ORT, a maior ONG de ensino digital do mundo, também oferece aulas tradicionais da rede pública.

Morador de Guadalupe, bairro da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro (RJ), Gabriel Cutrim, 16 anos, é considerado um talento em informática. Tanto que levou menção honrosa na Olimpíada Brasileira de 2010. Como prêmio, ganhou um curso de uma semana na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), no interior de São Paulo. Anos antes, quando ainda cursava o 5º ano do ensino fundamental na escola municipal Fernando Rodrigues Costa Barros, o garoto já havia sido indicado por seus professores para estudar no Instituto de Tecnologia ORT, sigla para Organização Reconstrução e Trabalho. Fundada em Londres, na Inglaterra, em 1880, a ORT é a maior organização não-governamental de ensino e treinamento tecnológico do mundo. Atua em mais de 50 países, com escolas frequentadas anualmen-

te por cerca de 300 mil alunos. A organização também desenvolve pesquisas educacionais e põe seu conhecimento técnico a serviço de governos, indústrias e outras instituições de ensino.

Incentivo a mais

No Colégio de Ciência e Tecnologia da ORT, além das aulas tradicionais do ensino fundamental, Gabriel tem, no currículo, matérias nas áreas de biotecnologia, comunicação social, eletrônica e informática. O jovem é de poucas palavras, mas já sabe o que quer: “Vou estudar Ciência da Computação”. A julgar pelo seu desempenho, provavelmente chegará lá. Na prova objetiva da primeira fase do vestibular da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, tirou A. Nas aulas de programação, ele curte sobretudo trabalhar com algoritmos para a resolução de

problemas. A mãe é costureira, e o dinheiro, curto. A bolsa lhe rende R\$ 45 mensais, mas, só com condução, gasta R\$ 200 no mesmo período, fora a despesa com almoço. Apesar do aperto financeiro, já há alguns anos tem computador com conexão à internet. Usa o sistema operacional Linux. “É muito parecido com o Unix, sem configurações automáticas”, explica.

A escola municipal Fernando Rodrigues Costa Barros participa, entre outras da rede pública e instituições beneficentes de ensino, do Programa Despertando Talentos e do Projeto Talento Digital. Criado em 2000 pelo Instituto Rogério Steinberg (IRS), o projeto tem a finalidade de fazer inclusão social e digital. Os alunos utilizam o computador e os recursos multimídia não só como ferramentas tecnológicas, mas como instrumento comple-

mentar para o aprendizado em sala de aula. Tudo em consonância com o projeto político-pedagógico da instituição contemplada.

O Talento Digital começou com cerca de 930 alunos e cinco laboratórios de informática em 20 escolas públicas e instituições beneficentes de ensino da Zona Sul do Rio. Já atendeu 13 mil crianças e jovens de comunidades de baixa renda.

A participação nos programas do IRS é fruto do interesse das escolas públicas municipais e de instituições beneficentes, que procuram a organização e informam suas necessidades.

O projeto foi construído gradativamente, a partir de reuniões com as coordenações pedagógicas e com os professores. No início, os laboratórios receberam equipamentos doados por empresas privadas e pessoas físicas que fazem parte da rede social do Rogerio Steinberg. O Instituto chegou a montar 13 laboratórios para atender a mais de 1.200 crianças e jovens por ano. A partir de 2004, com o Programa Nacional de Informática na Educação (ProlInfo), do governo federal, as escolas públicas receberam laboratórios com equipamentos

modernos. Contudo, os professores não estavam capacitados para utilizá-los. Problema resolvido: o IRS programou cursos básicos de informática e multimídia para habilitar esses educadores.

A participação nos programas do IRS é fruto do interesse das próprias escolas públicas municipais e de instituições beneficentes, que procuram a organização e informam

sobre suas necessidades. Atualmente, 11 instituições de ensino de comunidades cariocas fazem parte dos programas do instituto. A seleção é feita em conjunto com as coordenadorias regionais da Secretaria Municipal da Educação. O prazo de atendimento à demanda depende da disponibilidade de professores do IRS e do compromisso firmado com a instituição. O programa é itinerante. A cada ano, os acordos com as escolas são renovados. Segundo Felipe Queiroz, gerente de projeto do IRS, o Desenvolvendo Talentos tem parceiros variados, como

o Estúdio Dalal Aschar, o Conservatório Brasileiro de Música, a escola de futebol do Flamengo e a escola de desenho de Daniel Azulay.

Nos 4º e 5º anos do ensino fundamental, as aulas são incluídas na grade de horários da escola. A partir da segunda fase, o conteúdo pedagógico se utiliza de oficinas, que se realizam no contraturno escolar. Os participantes do Talento Digital que se destacam são indicados para o Programa Desenvolvendo Talentos, na sede do IRS, no bairro do Leblon, zona Sul do Rio. Como o próprio nome sugere, o programa visa cultivar a expressão individual, a criatividade, a sociabilidade, a mentalidade empreendedora e até mesmo o espírito do voluntariado. E não ficam de fora atividades que miram a inserção no mercado de trabalho, como orientação profissional e apoio à escolaridade.



Os alunos utilizam o computador para complementar o aprendizado em sala de aula

Projeto

Talento Digital

Instituição responsável

Instituto Rogerio Steinberg

Gestores

Felipe Queiroz, gerente de projeto do IRS; Alda Maria Souza Santos, coordenadora de informática.

Parceiros

Não há

Abrangência geográfica

Comunidades do Cantagalo, Cerro Corá, Cruzada São Sebastião, Ladeira dos Tabajaras, Morros Dona Marta e dos Cabritos, Recanto Familiar, Rocinha e Vidigal, na zona Sul do município do Rio de Janeiro (RJ).

Público atendido

Alunos de baixa renda, de 8 a 18 anos.

Investimento

R\$ 81.789,86, em 2009.

Mais informações

www.irs.org.br

O jovem trabalhador se aprimora

Depois de passar pela qualificação no Projovem, conseguir um emprego fica mais fácil.



fotos: Divulgação

O Projovem Trabalhador, do MTE, pretende atender, até o final de 2010, um milhão de brasileiros, e inserir 30% deles no mercado.

Em todo o país, pipocam projetos de inclusão digital focados no jovem, a maioria com atuação em âmbito municipal ou estadual. Poucos têm fôlego para uma ação integrada em vários estados simultaneamente. Por isso ganhou amplitude nacional, lastreado na lei 11.692/2008, o Projovem Trabalhador. O programa une o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), governos de estados, de municípios, centenas de organizações sem fins lucrativos e cerca de 60 mil empresas que se propõem a contratar rapazes e moças que passam por um curso de 350 horas, no qual são recebidos formação social, digital e profissional.

O projeto persegue a meta de chegar ao final de 2010 contabilizando o atendimento a um milhão de brasileiros, entre 18 e 29 anos, cuja renda *per capita* seja de até meio salário mínimo, e que estejam cursando ou tenham concluído o ensino fundamental ou o ensino médio. Também tem como compromisso inserir no mercado de trabalho no mínimo 30% desses jovens, a partir de 75% do curso concluído. As cifras são gigantescas. Martha

Del Bello, presidente da organização não-governamental Oxigênio, que faz uma parte da capacitação dos jovens no país, conta que o orçamento do MTE destinado à ação foi, no ano passado, de R\$ 250 milhões. A contrapartida dos parceiros da sociedade civil chegou, no mesmo ano, a R\$ 25 milhões. A contribuição da Oxigênio foi de R\$ 2,5 milhões, investidos no treinamento e no paga-

As aulas incluem alfabetização digital, educação ambiental, direitos constitucionais, trabalhistas e previdenciários, qualidade de vida.

mento dos profissionais que ministram as aulas aos jovens. Em 2010, a Oxigênio deve chegar a um exército de cerca de dez mil monitores que receberam treinamento ao longo de trinta dias, oito horas por dia.

“Os monitores assumem ao menos duas turmas com até trinta

jovens, durante um curso que se estende por 24 semanas. O salário segue padrões do mercado, de acordo com cada região”, conta Martha. Esses professores ministram aulas de alfabetização digital, educação ambiental, direitos constitucionais, trabalhistas e previdenciários, qualidade de vida. Além disso, os jovens recebem uma qualificação profissional que varia conforme a vocação econômica da região. São inúmeras as opções: administração, agricultura, beleza e estética, madeira e móveis, pesca, telemática, turismo, vestuário, entre outros.

A maior parte do investimento do programa – a parcela de R\$ 250 milhões do MTE — é destinada diretamente ao jovem, que recebe uma bolsa auxílio de R\$ 100 mensais, limitada a seis parcelas. “Em São Paulo, onde há maior demanda por mão de obra qualificada, alcançamos o índice de 73% de colocação desses jovens; em outros estados com menos opções de trabalho o índice varia entre 13% e 28%”, conta Martha.

Segundo a presidente da Oxigênio, o programa já está a pleno va-

por em quinze estados brasileiros e deverá atingir todo o país até o final do ano: “Em 2011, gostaríamos de dobrar o número de jovens atendidos e contamos com a adesão das escolas técnicas ao projeto”. Até aqui, garante Martha, parte da força da iniciativa tem sido o apoio decisivo que vem recebendo de estados, municípios, empresas, organizações sem fins lucrativos e escolas locais, que cedem suas salas para as aulas. “Os agentes sociais mobilizam os jovens e os indicam para o programa”, conta ela. A cada dois meses, um conselho formado pela Oxigênio, representantes do MTE e das superintendências regionais do trabalho analisa o andamento das ações e sugere correções de rumo, quando há algum problema.

A alta adesão de empresas – que cedem espaços ou empregam os formados – é um dos pontos altos do projeto. “Quando soubemos dessa ação de alto impacto, enxergamos a oportunidade de participar, pois está alinhada com a missão da empresa que é a de ajudar as pessoas e os negócios a realizar seu pleno potencial, por meio da tecnologia da infor-

mação”, afirma o diretor de assuntos corporativos da Microsoft do Brasil, Rodolfo Fucher.

TI é essencial

Para o executivo, para a inserção no mercado de trabalho, o conhecimento de TI é tão importante quanto o domínio do Português. “Há vagas, mas faltam pessoas qualificadas”, ressalta. A Microsoft fornece o curso de introdução à informática, por meio da internet. O conteúdo de 350 páginas pode ser baixado tanto por usuários da plataforma Microsoft, como por usuários de plataformas de *software* livre, informa o diretor.

José Ramos de Moraes é um dos jovens formados pelo programa, antes de ser transformado em política pública, quando ainda se chamava Primeiro Emprego. Hoje, aos 31 anos e assistente pedagógico da Oxigênio, ele alimenta a corrente de formação de novas levas de jovens: “Eu tinha 24 anos quando fiz o curso e fui contratado antes mesmo de sua conclusão”. A oportunidade que Moraes teve foi crucial para sua carreira, pois àquela época sequer sabia ligar um computador e jamais

havia tido um emprego formal. Seis anos depois, não apenas conseguiu empregar-se, como também se formou como assistente social na Universidade de Guarulhos, de São Paulo. Entusiasmado, o ele acredita que seu exemplo será um estímulo a mais aos jovens a quem ministrará o curso de inclusão profissional.

Projeto

Treinamento dos monitores do Projovem Trabalhador
Instituição responsável
ONG Oxigênio

Gestora

Martha Del Bello, presidente da Oxigênio.

Parceiros

Banco do Brasil, estados, municípios com população a partir de vinte mil habitantes e Distrito Federal, Microsoft, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), 60 mil empresas empregadoras de jovens, ONGs com atuação local.

Abrangência geográfica

Território nacional

Público atendido

Em 2010, a meta é chegar a 10 mil monitores, os quais capacitarão um milhão de jovens entre 16 e 29 anos.

Investimento

R\$ 2,5 milhões, em 2009.

Mais informações

www.oxigenio.org.br
www.mte.gov.br



A ONG Oxigênio está por trás do projeto, que valoriza a apropriação tecnológica como forma de capacitação para o trabalho.

Computador combina com tradição

Coco de Umbigada pesquisa, preserva e difunde raízes culturais por meio de ferramentas tecnológicas.

No bairro de Guadalupe, em Olinda, município da região metropolitana de Recife, uma brincadeira popular centenária, que tira partido da zabumba dos mestres percussionistas, inspirou um trabalho de celebração e registro da cultura de matriz africana: a sambada de coco. O evento acontece todo primeiro sábado do mês, no terreiro da mãe Beth de Oxum, e atrai um público que, desde o início, em 1998, só faz crescer.

A repercussão dessa grande festa levou à criação, seis anos mais tarde, de um Ponto de Cultura equipado com tecnologia digital. A iniciativa foi do Ministério da Cultura (MinC), que cedeu um *kit* de equipamentos de informática e ilha de edição para registros audiovisuais, enquanto o Ministério das Comunicações possibilitou o acesso à banda larga por meio do programa

Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac).

Logo no começo das atividades desse centro cultural, uma turma de 64 jovens passou a frequentar oficinas profissionalizantes e culturais. Hoje, o Ponto de Cultura Coco de Umbigada é uma referência em

O Ponto de Cultura já gravou dez CDs de vários grupos nordestinos de cultura de matriz africana, entre terreiros e quilombos.

Pernambuco. Oferece cursos de alfabetização digital para a comunidade, além de aulas para a apropriação de tecnologias audiovisuais, como fotografia e vídeo para celular. Ali funcionam um telecentro (de

segunda-feira a sábado, das oito da manhã às sete da noite), uma rádio livre, um cineclube e diversas oficinas de saberes não formais, como os dos mestres griôs, considerados os guardiões das manifestações culturais dos afrodescendentes.

Sorte da população local, que tem dupla razão para comemorar: de um lado, conseguiu a própria (e indispensável) inserção no mundo digital. De outro, manteve a principal vocação do Ponto de Cultura Coco de Umbigada: resgatar, recriar e difundir a sambada de coco e ritmos afins. Em uma ação itinerante, o Ponto gravou dez CDs de vários grupos nordestinos de cultura de matriz africana, entre terreiros e quilombos. “A intenção é preservar a memória do nosso povo, a partir do nosso olhar e do nosso jeito”, conta, na sua fala apressada, a coordenadora desse centro cultural, a mãe Beth de Oxum, de 48 anos. “Queremos mostrar outra realidade brasileira, que está muito além daquela que passa na tevê”, explica.

Embora tenha se iniciado tardiamente na tecnologia, ela, que passou a maior parte da vida sem computador e para quem o termo “*software livre*” soava incompreensível, conseguiu montar a base das redes de produção cultural na internet. Hoje totalmente familiarizada com o mundo digital, ressalta a importância do registro em áudio e vídeo das expressões culturais de sua terra e da troca de ideias com outros grupos e terreiros. É que o Ponto de Cultura Coco de Umbigada articula atividades em outras praças, participa na internet da Rede Mocambo, tem um *blog* e produz áudios das manifestações



A sambada de coco, ritmo popular pernambucano, deu origem aos cursos digitais.



fotos: Divulgação

O Centro Cultural Coco de Umbigada não apenas difunde a arte dos mestres percussionistas. Ali, um telecentro atende à comunidade.

populares locais.

O telecentro é equipado com dez computadores doados pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). Outras oito máquinas, que já pertenceram ao centro, foram repassadas para comunidades de perfil semelhante. Gente de todas as idades e diferentes níveis de instrução encontram ali um ambiente ideal para adquirir novos conhecimentos. Até adultos em processo de alfabetização na escola municipal Maria da Glória Advincula podem aprender simultaneamente o beabá tecnológico.

“São quatro turmas de 15 alunos cada”, detalha Beth de Oxum. Ela é um exemplo de liderança da era analógica que pensa o futuro do país pela dimensão digital: “O computador é uma ferramenta grandiosa, que nos possibilita desenvolver outro tipo de sociedade. Vamos tocar nossos tambores e abrir as portas da tecnologia com propósitos pedagógicos. Não dá para ficar apenas no Orkut”.

O orçamento do Ponto varia de acordo com prêmios, editais e arrecadação dos shows feitos pelo Gru-

po Coco de Umbigada. Em 2010, o espaço amou R\$ 180 mil, vindos dos governos estadual e federal. Para 2011, já estão previstos R\$ 75 mil, referentes ao Prêmio Arete de Eventos em Rede, além de R\$ 60 mil do governo de Pernambuco. A verba é destinada à manutenção do centro e dos equipamentos, e a bolsas para quatro monitores e alguns mestres griôs de percussão.

Com apenas 19 anos, Daniel Luís Albuquerque da Silva é o atual responsável pela área técnica do Ponto de Cultura. Frequentador do espaço desde os 14 anos, é ele quem discorre sobre os softwares livres usados no local, como o Ardour, para gravação em áudio, ou o Cinelerra, para edição de vídeo. Segundo Silva, o Ponto de Cultura foi decisivo para a estruturação de sua vida. “Quando conheci o projeto, percebi que poderíamos divulgar nossa produção cultural a partir de gravações em software livre e fazê-la chegar ao mundo inteiro”, diz. O jovem resume assim sua trajetória: “Comecei com o tambor e cheguei ao tambor digital”.



Projeto

Centro Cultural Coco de Umbigada

Instituição responsável

Ponto de Cultura Coco de Umbigada

Gestora

Mãe Beth de Oxum, vocalista e coordenadora do Centro Cultural.

Parceiros

Centro Marista de Recondicionamento de Computadores; Escola Municipal Maria da Glória Advincula; Ministérios das Comunicações e da Cultura; Prefeitura de Olinda; Rede Mocambo; Terreiro Ilê Axé Oyotogum.

Abrangência geográfica

Comunidade de Guadalupe, em Olinda (PE), bairro de baixo índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e entorno.

Público atendido

Cerca de 300 jovens e adultos por dia.

Investimentos

Em 2010, o projeto recebeu R\$ 60 mil do governo de Pernambuco (Fundarpe); e, do Ministério da Cultura, R\$ 40 mil pelo Projeto Cultura Digital; R\$ 50 mil pelo programa Ponto de Mídias Livres; R\$ 30 mil pelo Prêmio Escola Viva.

Mais informações

<http://sambadadecoco.blogspot.com>

Memórias preservadas

Núcleo de Produção de Vídeo registra a tradição de uma comunidade que valoriza as suas raízes



fotos: Divulgação

Todas as ricas manifestações musicais da pacata Milho Verde, na pobre região do Vale do Jequitinhonha, ganham registro audiovisual.

As expressões artísticas de um povo não podem morrer. E a missão de ajudar a perpetuá-las cabe aos Pontos de Cultura, distribuídos por várias cidades brasileiras, incluindo lugares como Milho Verde, um distrito com cerca de mil habitantes que pertence ao município de Serro, no Alto Jequitinhonha, a 242 km de Belo Horizonte e a apenas 40 km de Diamantina (MG). Duas das manifestações populares da região, que o Ponto de Cultura Cordão Cultural por Milho Verde procura disseminar Brasil a fora, são o catopês (um tipo de congada e de culto a Nossa Senhora do Rosário pelos negros quilombolas do Baú, comunidade local) e os cantos vissungos (entoados pelos escravos durante o trabalho de mineração de diamantes e em cortejos fúnebres). “Milho Verde é um lugar pobre do ponto de

vista econômico, mas muito rico em termos culturais”, diz Bruno Emiliano, coordenador do Ponto de Cultura. Hoje, o guardião dos vissungos no povoado é Ivo Silvério da Rocha.

Memória preservada

Para registrar toda essa riqueza musical, o Ponto de Cultura, apoiado pelo Instituto Milho Verde, criou, no início de 2009, o Núcleo de Produção em Vídeo. Antes disso, o Espaço de Criação Audiovisual já havia produzido sete vídeos sobre a vida da comunidade. E todos foram exibidos no início das sessões do Cine do Campo, mantido pelo Ponto de Cultura. O trabalho se destacou pela qualidade e fez jus ao pagamento de uma bolsa para um dos quatro integrantes da equipe de criação, João de Fátima. Aos 22 anos, o jovem, que concluiu o ensino médio e

ganha a vida como ajudante de pedreiro, pintor ou prestando serviços nas casas de Milho Verde, gosta de trabalhar com a câmera e fica feliz da vida em assistir às imagens que ajuda a criar. Ele já faz planos: “Meu sonho é me dedicar só à produção de vídeos e, quem sabe, virar locutor para aproveitar a boa voz”.

Também em 2009, o Ponto de Cultura e a escola estadual Leopoldo Pereira elaboraram o projeto de criação do cineclube e do acervo em vídeo das manifestações culturais da região. Esse trabalho foi contemplado em outro edital, o Agente Escola Viva, com três bolsas para os alunos dos ensinos fundamental e médio. No entanto, em razão das eleições deste ano, o dinheiro dos editais, repassado pelo Ministério da Cultura (MinC), acabou atrasando. Mesmo assim os integrantes do Nú-

cleo começaram a fazer produções, utilizando os equipamentos do Ponto de Cultura. No início de agosto, eles finalizaram seu primeiro vídeo, mostrando a fabricação do tijolo de adobe, uma forma rudimentar de alvenaria, que utiliza terra crua, água e palha (ou outras fibras naturais). Essa técnica artesanal é parte das

comunidade tão pequena quanto a nossa pudesse receber um apoio como esse? Isso mostra que uma mudança muito importante está em curso no país”, comenta.

O projeto também pretende formar, entre os alunos da escola, 20 técnicos em gravação, direção e edição de vídeo e áudio. Além da capa-

do Encontro Cultural, realizado todos os anos no mês de julho, desde 2000. Antes restritas a uma única semana, as atividades artísticas e artesanais do lugarejo passaram a acontecer o ano inteiro, a partir de 2006. Graças à atuação do Ponto de Cultura Cordão Cultural por Milho Verde. Não se pense, porém, que esse centro de divulgação das tradições locais se resume ao puro registro das expressões populares. Paralelamente, todas as ações de fortalecimento da cultura local têm em mira a inclusão digital da população. Mais do que ensinar os conceitos da informática, essa iniciativa busca criar meios para que as pessoas de baixa renda consigam transformar sua realidade, colocando o Vale do Jequitinhonha e adjacências – uma das regiões mais pobres do Brasil – no mapa da inclusão social.

A comunidade poderá até mesmo ir muito além do registro audiovisual de suas atividades mais importantes. Os habitantes vão exercitar a criatividade, produzindo roteiros e histórias.

tradições locais que a comunidade faz questão de manter. “Nossa ideia é exibir os vídeos na escola e levar os próprios personagens para conversar com os alunos”, conta Bruno. Uma maneira de manter aceso o interesse pela cultura do povoado.

A previsão é de produzir 14 vídeos. Mas esse número deve crescer, uma vez que o trabalho começou antes mesmo da chegada dos recursos financeiros. Para o coordenador Emiliano, os Pontos de Cultura e o programa Cultura Viva, do MinC, entre outras iniciativas do gênero, são essenciais para que as expressões populares se fortaleçam. “Quem poderia imaginar que uma

citação profissional, essa turma inicial atuará como multiplicadora de tudo o que aprendeu, favorecendo a iniciação de outros colegas e moradores da região em novos ofícios. A comunidade da pequena Milho Verde poderá até mesmo ir muito além do registro audiovisual de suas atividades mais importantes. Os habitantes vão exercitar a criatividade, produzindo roteiros e histórias. “A linguagem do vídeo é muito próxima dos jovens e é a melhor forma de engajá-los nas atividades culturais”, pondera Emiliano.

Essas e outras ações de resgate da memória de um povo simples ultrapassaram – e muito – os limites



A fabricação artesanal de tijolos, em alta ainda hoje, eterniza-se nos vídeos.

Projeto

Núcleo de Produção de Vídeo

Instituição responsável

Ponto de Cultura Cordão Cultural por Milho Verde

Gestores

Bruno Emiliano, coordenador; Kátia André, professora de história da Escola Estadual Leopoldo Pereira..

Parceiros

Escola Estadual Leopoldo Pereira; Fundo Estadual de Cultura; Ministério da Cultura (MinC).

Abrangência geográfica

Comunidade de Milho Verde e região (MG).

Público atendido

Estudantes dos últimos anos dos ensinos fundamental e médio, jovens da comunidade e população em geral.

Investimento

R\$ 60 mil durante 12 meses, para aquisição de equipamentos (uma câmera profissional HDV; dois computadores para edição e projetores) e pagamento dos bolsistas com recursos do MinC.

Mais informações

www.institutomilhoverde.org.br

Os morros entram no mapa

Jovens da periferia se apropriam de ferramentas de georeferenciamento e se tornam repórteres do Wikimapa



fotos: Divulgação

Munida de celulares de última geração, a moçada dos morros cariocas mapeia suas ruas, vielas e estabelecimentos comerciais.

Rafaela Gonçalves, grávida de sete meses do segundo filho, caminhava pelo Morro Comunidade Santa Marta, no Rio de Janeiro, quando se deparou com um anúncio pendurado na associação de moradores da região. Era uma gincana que propunha um desafio: mapear o maior número possível de ruas, vielas e estabelecimentos de cinco comunidades cariocas de baixa renda. O vencedor seria premiado com um curso superior de jornalismo em uma universidade privada. Estudante da 3ª ano do ensino médio da escola estadual México, em Botafogo, a garota não pensou duas vezes: inscreveu-se, passou na prova e foi uma das cinco selecionadas para ser “wiki repórter” – o nome deriva do projeto Wikimapa, desenvolvido pelo Programa Rede Jovem – Comunitas.

Munida de um celular Nokia N95 de terceira geração, equipado com GPS, internet e câmera de foto e vídeo, a jovem de 22 anos dedicou mais de seis horas por dia à tarefa, buscando informações e fazendo registros audiovisuais. “Se não fossem as Unidades de Polícia

Pacificadora (UPPs) instaladas nos morros cariocas, não seria possível fazer o mapeamento”, conta Rafaela. Em seis meses, conseguiu levantar cem ruas. Tanto esforço, porém, não foi suficiente para vencer a gincana. Ficou em terceiro lugar. Apesar disso, o projeto foi um divisor de águas em sua vida: “Já estive em São Paulo para participar de uma conferência internacional e pude compartilhar minha experiência com várias pessoas”, diz.

O mapeamento de ruas de cinco comunidades cariocas integrou o morro e o asfalto, facilitando a localização de endereços.

“O principal objetivo do projeto Wikimapa é estimular a integração entre o morro e o asfalto para desmistificar a favela como um polo de violência e marginalidade”, explica Patrícia Azevedo, coordenadora estratégica do Programa Rede Jovem – Comunitas. O projeto benefi-

cia cerca de 150 mil moradores de cinco comunidades de baixa renda cariocas, afetadas pelo alto índice de criminalidade e pelo tráfico de drogas: os Complexos do Alemão e da Maré, a Cidade de Deus e os Morros Pavão-Pavãozinho e Dona Marta. Cada região é representada por uma *wiki* repórter. Um dos próximos passos será capacitar também os moradores e os representantes de instituições comunitárias locais, formando multiplicadores do conhecimento em benefício próprio e da comunidade.

Para avaliar os efeitos do programa na vida dos habitantes de cada região, são feitos relatórios que indicam o nível de consciência dos moradores sobre o espaço em que vivem e a frequência com que usam a ferramenta Wikimapa. Segundo Patrícia, as reivindicações dos moradores levaram a Light, empresa de fornecimento de energia elétrica no Rio de Janeiro, a instalar relógios de medição de luz no Morro Santa Marta. A utilidade do mapeamento tem sido reconhecida até mesmo por prestadores de serviços essenciais, caso dos Correios

e Telégrafos e do Samu (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência). Agora, ficou mais fácil e rápido identificar ruas e outros logradouros para a entrega de correspondências e – mais importante ainda – para o socorro médico.

Prêmio internacional

O sistema Wikimapa integra-se a outras ferramentas sociais para a hospedagem de fotos e vídeos, além de serviços de *microblogs*, como o twitter.com/wikimapa. Assim, os novos mapeamentos são facilmente notificados para os seguidores dessas redes sociais em tempo real. Interessados de qualquer parte do Brasil e do mundo, com ou sem um celular equipado com GPS e conexão à internet, podem participar do projeto, mapeando novos locais e editando pontos já mapeados. O *download* do aplicativo é gratuito. Basta acessar o *site* do projeto.

O piloto do programa, que levou um ano para ser desenvolvido, teve financiamento de R\$ 180 mil do Instituto Oi Futuro. Atualmente, o patrocinador é a Nike, que destinou R\$ 150 mil para o desenvolvimento

técnico de outros sistemas operacionais que permitirão a oferta de novos serviços aos que utilizam a ferramenta. Hoje, estão cadastrados 600 usuários, mais de mil estabelecimentos e 80 mil ruas. O projeto ganhou visibilidade internacional ao ser premiado no início do ano pelo Mobile Premier Award, na categoria mudança social. “Instituições sociais da Índia e da África estão interessadas em importar o programa”, revela Patrícia. Ela enfatiza a contribuição maciça das rádios comunitárias, que têm divulgado a iniciativa em mais de 140 meios de comunicação nacionais e estrangeiros.

Foi a socióloga Ruth Cardoso quem idealizou o Programa Rede Jovem, no âmbito dos programas da Comunidade Solidária. As atividades, apoiadas por instituições comunitárias de base, tiveram início em 2000 com a implantação e o gerenciamento de telecentros. Os integrantes acreditam na tecnologia como ferramenta para enfrentar questões sociais e entendem que a inclusão digital não passa somente pelo computador e pela internet, mas também pela telefonia móvel.

Projeto

Wikimapa – Localização ao Alcance de Todos

Instituição responsável

Programa Rede Jovem – Comunitas

Gestora

Patrícia Azevedo, coordenadora estratégica do Programa Rede Jovem.

Parceiros

Central Única das Favelas (Cufa); Cidade de Deus; Luta pela Paz (Complexo da Maré); Espaço Criança Esperança (Morro do Pavão-Pavãozinho).

Abrangência geográfica

Rio de Janeiro (RJ)

Público atendido

Moradores dos Complexos do Alemão e da Maré, da Cidade de Deus, dos Morros Pavão-Pavãozinho e Santa Marta, de todas as idades, com foco na juventude de baixa renda.

Investimento

R\$ 150 mil anuais para manutenção, mobilização e mapeamento de cinco comunidades.

Mais informações

www.wikimapa.org.br

www.redejuvem.org.br



Equipados com GPS, internet e câmera, os celulares fazem registros que também facilitam o trabalho dos prestadores de serviços.

Olhar além da tecnologia

Nas oficinas do Multimídia, a linguagem digital associa a construção do pensamento ao conhecimento técnico.

O distrito paulistano do Morumbi é uma síntese dos muitos Brasis que existem. Esse bairro, localizado na zona Sudoeste da cidade de São Paulo, acentua os contrastes entre o Brasil rico e desenvolvido e o Brasil marcado pela pobreza e pelo atraso. Ao mesmo tempo que concentra uma das maiores rendas médias salariais de chefes de família da capital, também abriga comunidades não urbanizadas, como as do Real Parque e do Jardim Panorama. Essas regiões compõem a área de atuação do Projeto Casulo. No Real Parque, existem 1.110 famílias, a maioria das quais (63%) tem renda mensal entre um e três salários mínimos. Os dados, de junho de 2008, são do Relatório Síntese de Caracterização, da Empresa Diagonal Urbana – uma empresa de consultoria e gerenciamento social. Já a União de Moradores do Jardim Panorama contabiliza 460 famílias morando na favela.

Mário de Souza Góis, 16 anos, 2º ano do ensino médio da escola estadual Oswaldo Aranha, localizada no Brooklin, está em um dos programas do Casulo, a oficina Olhando Além. Aprendeu muito mais do que informática básica. Agora já sabe usar CorelDraw e Photoshop, faz *sites* e produz vídeos. Junto com

A ideia é que crianças e jovens se tornem protagonistas de ações que levem ao reconhecimento de seus direitos e deveres.

um grupo, montou um seriado de ação policial que foi mandado para o YouTube. Filho único, sua mãe trabalha como empregada doméstica. Além de celular, Mário tem um *notebook* Acer. Para se conectar, confessa que “pega carona em conexões WiFi alheias”. No segundo

semestre de 2010, procurava um curso técnico de informática gratuito. Talvez o de *hardware* do Senai. “Preciso trabalhar para ajudar em casa”, justifica. Se puder, vai fazer faculdade.

O Projeto Casulo foi criado pelo Instituto de Cidadania Empresarial (ICE). “A maior parte dos fundadores mora justamente no Morumbi”, conta Sandra Guarnieri, gerente geral do Casulo. Desde o final de 2009, o programa se tornou uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip). Em 2008, um convênio com a prefeitura de São Paulo garantiu cerca de R\$ 300 mil anuais ao projeto, valor que representa cerca de um terço do orçamento anual de R\$ 1,2 milhão da organização. Há outros R\$ 300 mil do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que custeiam boa parte do projeto multimídia da instituição.

A demanda por ações como as



Atividades lúdicas fazem parte da programação do Projeto Casulo, que busca dar à criançada autonomia no uso da informática.

Fotos: Divulgação



Oficinas diversas desenvolvem a criatividade e o raciocínio lógico dos pequenos carentes com idade entre dez e 13 anos

praticadas pelo Casulo é enorme. Resultado: o projeto, elaborado para beneficiar 300 pessoas por ano, atende a 500 crianças e jovens.

No Casulo, a educação multimídia parte de uma proposta ampliada na qual o domínio da linguagem digital pressupõe a construção do pensamento associada ao conhecimento técnico. “O espaço multimídia dispõe de 25 computadores em rede, funciona de segunda a sexta e aos sábados é aberto à comunidade”, informa Nilton Clécio, coordenador de projetos. O trabalho se propõe a desenvolver nos jovens competência e autonomia no uso da informática e de outras tecnologias. Mas não só isso: as atividades conferem aos alunos habilidades que os ajudam a definir metas para seu futuro pessoal e profissional. A ideia é que eles não apenas entrem no mercado de trabalho, mas permaneçam empregados.

Direito de todos

A proposta do projeto considera que o domínio das tecnologias digitais, o acesso à informação e a possibilidade de comunicar-se em alta velocidade são direitos sociais. Dar a comunidades de baixa renda – e

principalmente aos jovens – condições de acesso a Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) significa abrir diversas portas para suas vidas. Ao passar da condição de excluídos para a de incluídos, tanto do ponto de vista social quanto do digital, essas pessoas adquirem mais oportunidades de trabalho. De quebra, passam a ter uma compreensão mais abrangente da sociedade, o que lhes permite construir sua própria cidadania.

Para isso, o Casulo mantém várias oficinas. A Mídia Lúdica, para crianças de dez a 13 anos, visa o desenvolvimento do raciocínio lógico e da criatividade por meio de ferramentas e jogos. A Olhando Além, destinada a jovens de 14 a 17 anos, dá aos jovens instrumentos para que façam uso crítico de meios de comunicação. A ideia é que se tornem protagonistas de ações que levem ao reconhecimento de seus direitos e deveres. A Informática para o Trabalho, frequentada pela moçada entre 15 e 21 anos, tem aulas sobre *softwares* administrativos utilizados no mercado e orienta a busca de emprego por meios digitais. Os resultados são animadores, segundo pesquisas feitas pelo Ca-

sulo. Na oficina Mídia Lúdica, 62% das crianças melhoraram o desempenho em contas de todos os fatores aritméticos; 75% passaram a encarar a matemática como uma matéria “normal”, em vez de “muito difícil”, de acordo com definições dos próprios alunos. Entre os que cursaram Informática para o Trabalho, 61% conseguiram se inserir no mercado formal de trabalho.



Projeto
Multimídia

Instituição responsável
Projeto Casulo

Gestor
Nilton Clécio, coordenador de projetos.

Parceiros
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; Instituto de Cidadania Empresarial; Microsoft.

Abrangência geográfica
Comunidades do Real Parque e do Jardim Panorama e bairros contíguos, na zona Sudoeste da cidade de São Paulo (SP).

Público atendido
500 crianças e jovens de 10 a 21 anos, moradores do Real Parque, do Jardim Panorama e de bairros próximos.

Investimento
R\$ 288 mil por semestre

Mais informações
www.projetocasulo.org.br/como-atuamos/educacao/multimidia.php

Foco em pequenas comunidades

Rede de telecentros Gemas da Terra leva educação digital a jovens e propicia a inclusão de idosos



Fotos: Divulgação

Grças aos telecentros mantidos pela ONG Gemas da Terra, a rede mundial chegou a cidades mineiras desprovidas de serviços básicos.

Os cerca de 800 habitantes de São Gonçalo do Rio das Pedras, pequena área urbana com situada no distrito de Serro (MG), só tiveram acesso à internet no ano passado. Mas a *web* já faz o maior sucesso por lá. Desde que a rede mundial chegou, jovens na faixa de 15 a 25 anos têm se dedicado a resgatar a memória da cidade por meio de entrevistas com os mais idosos, gravadas em vídeo e publicadas em *blogs*. “O estado coloca laboratório nas escolas públicas – e só. Sem outra alternativa, os adolescentes usam os telecentros”, diz Márcia Nepomuceno, integrante da Associação Comunitária Sempre Viva, que acolheu o projeto Gemas da Terra na região.

A Gemas da Terra é uma rede de telecentros em comunidades rurais, mantida pela organização não-governamental do mesmo nome, que tem também uma divisão nos Esta-

dos Unidos – a Gems of the Earth Network or Gotenet – com a missão de levantar fundos internacionais e apoio da comunidade brasileira naquele país. Ambas surgiram por iniciativa de um brasileiro, Marco Figueiredo, engenheiro de computação na Nasa, a agência espacial estadunidense. “Depois de estudar o espectro de ações de inclusão digital no Brasil, descobri que as pequenas comunidades rurais não tinham uma organização representativa e adotei esse foco para o trabalho”, conta ele.

Parceria pró-ativa

Os telecentros estão em São Gonçalo do Rio das Pedras e Milho Verde (distritos de Serro), Tombadoro (Datas), Conselheiro Mata (Diamantina) e Rodeador (Monjolo). Nasceram de uma parceria entre a Gemas da Terra e a Associação Pró-Fundação Universitária do

Vale do Jequitinhonha (Funivale). O Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac), do Ministério das Comunicações, providenciou a conexão à internet via satélite. A Unesco contribuiu com US\$ 10 mil para a compra de equipamentos. As associações comunitárias dos locais escolhidos cederam os espaços e pagam as despesas de manutenção. Os monitores são voluntários. E há assembleias para eleição dos conselhos fiscais e deliberativos, estes responsáveis pela contratação dos gestores. O sistema se estende à própria Gemas da Terra: os presidentes dos conselhos deliberativos dos telecentros associados elegem o conselho deliberativo da Gemas da Terra. E essa instância escolhe o diretor-executivo, que vai contratar a equipe de gestão da entidade. “A ideia é dar continuidade de gestão e proporcionar a renovação demo-

crática da direção da organização”, explica Marco.

Os alvos da entidade, que pretende distribuir seus telecentros por todo o país, são distritos ou povoados com até 2,5 mil moradores – perfil que se aplica, segundo suas estimativas, a mais de dez mil comunidades do Brasil, onde cerca de 80% da população vivem em áreas

As unidades não funcionam apenas como escolas. São também oficinas de trabalho, centros de negócios, de entretenimento.

urbanas. Por isso, os telecentros não funcionam apenas como escolas. São também oficinas de trabalho, centros de negócios, locais de entretenimento e espaços para o exercício da cidadania. Por meio do ensino a distância, possibilitam o diploma universitário aos jovens da região. É o caso de Isaura Aparecida Ferreira, voluntária da ONG há oito anos, que cursa agora o terceiro período de pedagogia na Universidade Aberta do Brasil. “Sem o telecentro, seria impossível estudar, pois não tenho internet em casa”, explica a

professora de educação infantil. Ela também aprende técnicas de edição de vídeo para divulgar a culinária regional, sua especialidade, uma temática que se soma aos mais de cem *videoblogs* a respeito dos mais variados temas publicados pelo site do Gemas da Terra. “O vídeo é a ferramenta ideal para a comunidade rural, que é muito mais voltada para a comunicação visual”, explica o diretor executivo da ONG.

Os idosos aposentados, que respondem por grande parte da receita da região e também são atendidos pelos telecentros, são os que mais resistem a aderir às novas tecnologias. Por enquanto, em razão da dificuldade para ler e escrever, muitos deles só se envolvem no projeto como personagens e não como usuários. “Só a aplicação do áudio e do vídeo interativo será capaz de vencer essa barreira”, observa Figueiredo.

Para expandir a rede de telecentros no Vale do Jequitinhonha, cerca de 103 voluntários das comunidades e da rede Gemas da Terra identificaram 57 regiões interessadas em implantar telecentros. “Nossa meta é ampliar para 15 mil unidades”, conta o diretor. Para isso, está sendo avaliada uma parceria com o Ministério do Desenvolvimento

Agrário, que entrará com internet gratuita, equipamentos e pagamento da equipe responsável pelo treinamento. A Gemas da Terra se encarregará da metodologia, enquanto às comunidades caberá providenciar o espaço físico e os recursos para apoiar o projeto que, aliás, se baseia no Comunicadores Comunitários, programa desenvolvido pela Universidade de Miami, já implantado na República Dominicana.

O projeto pretende se expandir não só no Brasil, mas em outros países da América Latina, diz Figueiredo. Por aqui, a ideia fundamental é tornar os telecentros autossustentáveis nas regiões rurais para que as próprias comunidades identifiquem suas demandas e as soluções possíveis com o uso da tecnologia.



Os espaços de informática funcionam como escolas e também como oficinas de trabalho

Projeto

Gemas da Terra

Instituição responsável

Rede Gemas da Terra de Telecentros Rurais

Gestor

Marco Figueiredo, diretor executivo.

Parceiros

Fundação Dresher; Loyola University Maryland (Estados Unidos); Ministério das Comunicações (Programa Gesac); Ministério do Desenvolvimento Agrário (Programa Territórios Digitais); ONG Comunidades Catalisadoras; ONG Funivale; Prodabel; Unesco; Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

Abrangência geográfica

Conselheiro Mata (Diamantina), Monjolos (Rodeador), em MG; região Alto Jequitinhonha, São Gonçalo do Rio das Pedras e Milho Verde (Serro), Tombadouro (Datas), todos distritos de Minas Gerais.

Público atendido

Jovens, idosos, estudantes da rede pública, deficientes visuais, comunidade de pescadores.

Investimento

US\$ 25 mil da Unesco; US\$ 15 mil da Fundação Dresher.

Mais informações

www.gemasdaterra.org.br
www.gemoftheearth.org
www.gemasdaterra.ning.com



Resistência indígena

O portal Índios OnLine conecta aldeias, promove o diálogo entre etnias e apoia ações políticas dos povos nativos.



fotos: Sebastián Gerlic

Nações indígenas de 28 etnias em 14 estados brasileiros já estão plugadas na internet

Rede Índios Online (IOL). O nome diz tudo: nações indígenas conectadas, na *web*. Tudo começou em 2004, quando índios de sete etnias – Kiriri, Tupinambá, Pataxó-Hãhãhãe, Tumbalalá, na Bahia; Xucuru-Kariri, Kariri-Xocó, em Alagoas; e Pankararu, em Pernambuco – resolveram criar o próprio portal. Desde então, a Rede Índios Online (Rede IOL) não para de crescer. Em agosto de 2010, 1.050 indígenas pertencentes a 28 etnias em 14 estados brasileiros já haviam tido alguma forma de participação. Também contabiliza 3.400 postagens no portal, entre textos, fotos e áudios, com mais de 13.600 comentários e dois milhões de visitas. O balanço é feito por Sebastián Gerlic, da organização não-governamental Thydewa, responsável por estimular a rede.

Os primeiros recursos para a compra de equipamentos destinados às sete aldeias vieram da iniciativa privada. Na Bahia, o programa

Faz Cultura foi o grande apoiador do projeto. No entanto, mesmo com instalações prontas, os índios já capacitados e toda a infraestrutura montada para que a rede começasse a operar, houve um impasse: a

Graças a uma parceria com o Instituto Oi Futuro, foi possível entregar, até julho, 60 celulares a integrantes de várias etnias. Mais de 200 vídeos foram gravados.

longa espera pela implantação das antenas por parte do Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac), do Ministério das Comunicações. A luta para que os candidatos a “índios *online*” não permanecessem na condição de “índios *offline*” pode ser acompanhada no

portal da Rede IOL, que publicou toda a correspondência entre os indígenas e as autoridades.

No mesmo ano de criação da Rede IOL, em 2004, o projeto se tornou um Ponto de Cultura. “Com esse recurso, demos manutenção aos sete ‘pontinhos’, conectando-os via satélite pelo Gesac”, explica Sebastián. Em 2009, teve início um grande salto tecnológico: graças a uma parceria com o Instituto Oi Futuro, foi possível entregar, até julho de 2010, 60 celulares a integrantes de várias etnias. Nesse mesmo período, mais de 200 vídeos já haviam sido gravados com os telefones móveis e postados na rede. “Agora, os indígenas podem registrar uma situação conflituosa e mandar diretamente do celular para o portal”, complementa Sebastián. Eles escolhem a operadora de sua preferência e pagam a própria conta. Só às vezes, no caso de uma missão específica, por exemplo, é que os pulsos são pagos com dinheiro do projeto. Não raro, os vídeos vão para a rede exatamente na forma como são captados.

Também em 2010, para comemorar o Dia do Índio, em 19 de abril, estreou na sede do Instituto Oi Futuro, em Ipanema, no Rio de Janeiro, o curta-metragem *Índigenas Digitais*. Com 26 minutos, o documentário exhibe cenas dos índios utilizando câmeras, celulares e computadores em diferentes situações. O curta tem momentos dramáticos, como quando mostra os buracos de balas na casa para onde haviam sido transferidas algumas famílias da etnia Pataxó Hãhãhãe, em Água Vermelha, no município de Pau Brasil (BA), depois que a Justiça lhes deu ganho de causa para que retornassem à sua

terra, grilada por um fazendeiro. De madrugada, foram atacados por capangas do latifundiário e submetidos a um intenso tiroteio. Logo depois, na mesma manhã em que houve a agressão, foram gravadas as cenas mostrando os indígenas ainda sob o efeito da forte emoção provocada pela violência.

Etnojornalistas

Nos primeiros minutos do documentário, a cacique Jamapoty, da etnia Tupinambá, cuja aldeia fica em Itapoá, em Ilhéus (BA), explica o papel da tecnologia em suas vidas: “Já não existe mais mata pra gente caçar. Já não existe mais peixe no rio pra gente pescar. Então a gente vai agora dizer ao mundo que os brancos destruíram todo nosso habitat, deixando a gente sem nada. (...) O modo de vida dos índios tanto na saúde, na educação, no seu território, não tem sido respeitado. Então é por isso que queremos um celular, até um computador. Para dizer ao mundo lá fora como queremos a nossa vida”.

Na Rede IOL, os indígenas assumem papéis de etnojournalistas e ci-

berativistas. “Eles protagonizam sua própria cultura, história, costumes e tradições”, ressalta Gerlic. Em 2009, a Rede IOL tornou-se autônoma. A gestão passou a ser feita por um grupo executivo composto por oito representantes de algumas das etnias. A ONG Thydewa – cujo nome tem inspiração Pankararu e significa ‘esperança da terra’ – deixou de ser a coordenadora do projeto e assumiu o papel de parceira estratégica.

O reconhecimento à importância do portal não é nada desprezível – são mais de 15 láureas, entre elas o Prêmio Direitos Humanos na categoria promoção da Igualdade Racial, outorgado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (2007); o Parcerias, conferido pela Aliança Interage e pelo Instituto Ação Empresarial pela Cidadania (2008), devido à parceria com a Oi; e o Prêmio ARede 2008, da Momento Editorial. Do Ministério da Cultura, vieram o Prêmio Ludi-cidade (2008), pelo trabalho com a juventude; o Prêmio Mídia Livre (2009); o Estórias de Ponto; o Prêmio Ponto de Valor e o Prêmio Cultural Digital (2010).



Projeto

Rede Índios On-Line

Instituição responsável

Rede Índios On-Line

Gestores

Alex Pankararu; Graciela Guarani; Irembé Potiguar; Jaborandy Tupinambá; Luciano Pankararu.

Parceiro estratégico

ONG Thydewa

Outros parceiros

Fazcultura (Governo da Bahia); Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac); Ministério da Cultura (MinC); Oi Futuro; Serpro; Supermercado Bom Preço.

Abrangência geográfica

Vários estados brasileiros, principalmente do Norte e do Nordeste.

Público atendido

25 etnias indígenas

Investimento

Em 2004: R\$ 140 mil (Supermercados Bom Preço, por meio de incentivos do Fazcultura); de 2005 a 2010: R\$ 1 milhão (24% do MinC; 24% do Gesac; 24% do Oi Futuro; 24% da ONG Thydewa e 4% de outras parcerias que estão sendo iniciadas).

Mais informações

www.indiosonline.org.br



A tecnologia contribui para que as comunidades chamem a atenção do mundo para os conflitos pela posse da terra, entre outros.

Populações ribeirinhas conectadas

Cultura Digital do Tapajós e Vivo Educa tiram jovens do isolamento e favorecem ações de saúde e educação

Lá vem o barco Abaré, percorrendo as águas cristalinas do rio Tapajós (PA). A comunidade ribeirinha respira aliviada. É que a embarcação, também chamada de “ambulância”, traz praticamente tudo o que é necessário para o atendimento médico dessa gente. Até mesmo equipamentos para pequenas cirurgias. O hospital flutuante, uma iniciativa do Projeto Saúde e Alegria (PSA), financiada pela organização não-governamental (ONG) holandesa Terre des Homes, atende a mais de 15 mil habitantes das 73 localidades situadas nas duas margens do afluente do Amazonas. Também são assistidas as populações que se formaram à beira do próprio Amazonas e do Arapiuns. No total, 30 mil pessoas de 143 lugares se beneficiam.

Criada pelo médico Eugênio Scanavino Netto e pela arteeducadora Márcia Gama, em 1984, a ONG PSA desenvolve um projeto de educação integral com ênfase na saúde. Atividades culturais e orientação sobre a importância de

preservar a floresta também fazem parte da programação. O conjunto da obra credenciou o PSA a se tornar um Pontão de Cultura Digital. Com isso, iniciativas anteriores, como o Grão Circo Mocarongo e a Rede Mocarongo de Comunicação, apoiados por um outro projeto, o Puraqué, saíram fortalecidas. E,

Graças às novas facilidades de comunicação, o monitoramento de indicadores de saúde e educação deu um salto extraordinário de qualidade.

como uma coisa puxa a outra, a parceria levou à Feira de Cultura Digital de Santarém deste ano, que levou a mais de 800 estudantes de escolas de Santarém, Belterra, Juriti e Aveiro conhecimentos em *softwares* livres. O evento também divulgou manifestações culturais típicas da região Norte, como o ca-

rimbó e os cordões de pássaros.

Sem falar no lançamento de novos talentos, como o cantor João Didier, que até gravou um CD. Como acontece com praticamente todas as famílias da comunidade de Capixauã, à beira da lagoa do mesmo nome, João trabalha no roçado de mandioca e já era conhecido nas comunidades vizinhas por suas composições. Mas agora, graças ao programa do Saúde e Alegria veiculado todos os sábados na Rádio Rural de Santarém, principal emissora AM do Oeste do Pará, sua voz vai mais longe. Catarina Cerdeira Melo, 57 anos, agricultora do mesmo lugar onde mora Didier, também é cantora de sucesso na região. “É uma alegria ouvir minha voz na rádio comunitária”, conta. O sistema rádio-poste, ou rádio-corneta, que transmite a programação local, funciona com dois alto-falantes instalados em árvores ou postes.

Santarém, conhecida como Pérola do Tapajós e uma das grandes atrações turísticas do estado do Pará, tem telefonia fixa via satélite nada eficiente. Distante 850 quilômetros de Belém, essa que é a principal cidade do Oeste do Pará não consegue se conectar ao mundo com facilidade. “Graças às novas facilidades de comunicação, ampliadas pela internet, o monitoramento de indicadores de saúde e educação deu um salto extraordinário de qualidade”, diz Paulo Lima, coordenador do núcleo de educação, cultura e comunicação.

Foi por volta de 2002 que a ONG estudou a possibilidade de levar tecnologias de informação e comunicação às populações locais. E isso foi feito com a ajuda do programa



Atividades culturais e ambientais fazem parte da programação

Fotos: Divulgação



A antena da estação radiobase instalada pelo Instituto Vivo vai pôr fim ao isolamento em que vivem comunidades à beira dos rios

Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac), que instalou, em três municípios de comunidades-polos, 12 telecentros, movidos a energia fotovoltaica.

Conexão para todos

Com seus *laptops*, a moçada assegura a comunicação, cria *blogs*, faz pesquisas e estuda. Para os beneficiários do Bolsa Família, o aparato tecnológico foi uma mão na roda. Eles já não precisam mais das oito a 12 horas de viagem de barco (que não opera todos os dias), nem gastam de R\$ 20 a R\$ 25 de pernoite para receber auxílio do governo, como antes. Para obter o benefício, basta recorrer ao sistema internet *banking*, que pode ser acessado pelo celular.

Depois do rádio e dos computadores, foi a vez do celular. A ONG Saúde e Alegria apresentou seu trabalho ao Instituto Vivo, mas a decisão de instalar em Belterra uma estação radiobase (ERB), que faz a conexão entre os telefones celulares e a companhia telefônica, só foi tomada depois que o pessoal do Instituto, ciceroneado pela organi-

zação, visitou várias comunidades. Assim, foi possível conhecer a realidade dessas regiões e o isolamento em que se encontravam. A conexão 3G viabilizou um projeto de arranjo educativo local, o que só aconteceu depois do investimento na ERB em Belterra. Enfim, o sinal chegou à outra margem do rio Tapajós, atendendo a populações que, na maioria, não dispunham de telefonia celular.

Belterra é uma das várias ações do Projeto Vivo Educa. Segundo o coordenador Luís Fernando Guggenberger, para integrar a comunidade à *web* foram criados 36 grupos com uma só finalidade: desenvolver projetos inovadores. “Era preciso educar para o uso da rede”, explica. Nesse aspecto, a região Amazônica é a que mais precisa de investimento, segundo o executivo. A próxima meta é dotar de comunicação em 3G, para voz e internet, 80 comunidades da região. A antena da ERB central, no meio da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, com 60 metros de altura, está em fase de instalação. A previsão é de que comece a operar até o final deste ano.

Projetos

Pontão de Cultura Digital do Tapajós e Vivo Educa

Instituições responsáveis

Saúde e Alegria; Instituto Vivo.

Gestores

Paulo Emiliano Lima, coordenador da ONG Saúde e Alegria; Luis Fernando Guggenberger, coordenador do Projeto Vivo Educa

Parceiros

Governo federal; governo do Estado do Pará; prefeitura de Santarém; Projeto Puraqué.

Abrangência geográfica

Comunidades ribeirinhas e à margem das estradas nos municípios de Santarém, Aveiro, Belterra e Juriti, no Oeste do Pará.

Público atendido

Comunidades e estudantes das redes públicas dos municípios atendidos, com foco nas populações jovens (14 a 24 anos).

Investimento

De 2008 a meados de 2010, R\$ 700 mil do Ministério da Cultura; R\$ 18 mil/ano da prefeitura de Santarém; conexão à internet de 2 Mbps, 15 micros, ar-condicionado e demais equipamentos do Infocentro, fornecidos pelo governo do estado do Pará.

Mais informações

www.saudeealegria.org.br
www.vivo.com.br

Força ao software livre

Pontão Nós Digitais forma especialistas em tecnologias abertas e estimula o uso irrestrito da informática



fotos: Divulgação

Além de dar cursos de informática, o Pontão de Cultura Nós Digitais consolida o uso preferencial de softwares livres em São Paulo.

Até que ponto a capacitação em programas abertos leva à fidelização ao software livre? Segundo o arquiteto e urbanista Daniel Marostegan e Carneiro, coordenador do Pontão de Cultura Nós Digitais, 60% do trabalho realizado no estado de São Paulo resultou em grupos que, de fato, se consolidaram como usuários das plataformas não-proprietárias. Ligado à organização não-governamental (ONG) Teia Casa de Criação, de São Carlos (SP), o Pontão Nós Digitais já formou cem ativistas em 47 núcleos de atividades culturais em São Paulo, incluídos pontos, grupos e outros movimentos sociais. Mais de 30 desses núcleos aderiram ao *software* livre.

Pode parecer pouco – em todo o estado, existem hoje cerca de 700 Pontos de Cultura, estima Carneiro. Ele explica: “Quando fizemos o projeto para o Ministério da Cultura, em 2006, havia apenas 150 Pontos e o objetivo era atingir um terço dessas unidades com oficinas de *software* livre aplicado a administração e gerenciamento de redes no sistema operacional GNU/Linux”. O coor-

denador também chama a atenção para o caráter multiplicador da formação: “Só o Ponto de Cultura Caiçara, de Cananeia, no litoral Sul, responde por outros 20”, conta.

O Nós Digitais não se limita apenas aos cursos e ao acompanhamento que é feito depois. Em outubro de 2009, o Pontão também organizou o 1º Fórum Paulista de Cultura Digital, em São Carlos (SP). “Foi uma boa oportunidade para a

O Pontão já formou cem ativistas em 47 núcleos de atividades culturais em São Paulo, incluídos pontos, grupos e outros movimentos sociais.

troca de experiências”, lembra Carneiro. Durante o Fórum, foi implantado o Laboratório de Cultura Digital, onde as aulas de *software* livre foram complementadas.

A iniciativa deu muito certo, na opinião de William Ferro, arte-educador do Ponto de Cultura Memórias

do Olhar, mantido pela ONG Reino da Garotada, em Poá, na Grande São Paulo: “Já havíamos tentado nos apropriar da linguagem livre de diversas formas, mas nunca conseguimos autonomia no uso da tecnologia. O Nós Digitais foi um divisor de águas nessa história. A equipe foi até o Ponto de Cultura e continuou dando uma força depois, *online*, sempre que precisamos de ajuda”.

A partir dessa inclusão nas plataformas abertas, o Memórias do Olhar acabou realizando uma oficina de redes em *software* livre, com a participação de outros pontos de cultura da cidade de São Paulo. E marcou presença em encontros como o Fórum Paulista de Cultura Digital, em São Carlos, e na oficina colaborativa de edição de vídeo, que aconteceu na cidade de Cananeia. Ferro recorda de suas primeiras reuniões, em que ficava bem antenado, procurando se informar com quem sabia mais. Hoje, reconhece que já conhece o suficiente para ajudar “um monte de gente”. “Acredito na importância de uma ação colaborativa e na troca de conhecimentos para promover a

transformação social”, conclui.

Em fevereiro de 2010, o Nós Digitais encerrou o primeiro ano do projeto apresentado pela ONG Teia Casa de Criação ao Ministério da Cultura (MinC). A prorrogação por mais dois anos já foi aprovada mas, até o início de setembro os recursos ainda não haviam sido liberado. Nem por isso a equipe interrompeu as atividades. Ao contrário, continuou a dar suporte aos Pontos de Cultura e ainda tomou outras três medidas. A primeira foi transmitir, em tempo real, em áudio e vídeo, os encontros mensais da Comissão Paulista e da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura. “Isso tem permitido o aumento constante do número de participantes nas reuniões por meio de *chats*, o que ajuda na circulação de informações e nas articulações do movimento”, explica Carneiro.

Espaço interativo

A segunda iniciativa foi a criação do Coletivo de Registro Colaborativo, para documentar as atividades do programa Cultura Livre em todo o estado de São Paulo. Segundo o

coordenador do Nós Digitais, essa decisão preencheu uma grande lacuna porque muita coisa acaba sendo esquecida. Daí a importância de registrar tudo o que está sendo realizado pelo grupo em vídeos, *blogs* e artigos. Infelizmente, porém, ainda não existe um local onde armazenar esses conteúdos para acesso de qualquer interessado.

Talvez a terceira dessas medidas venha solucionar esse problema: a criação de um espaço interativo e autônomo na internet com o cadastro dos Pontos de Cultura. “Ninguém sabe, por exemplo, quantos e quais desses núcleos utilizam plataformas livres – uma informação crucial para planejar novas ações”, comenta Carneiro. Foram os próprios participantes da Rede Nacional de Pontos de Cultura que sugeriram a implantação do Cadastre seu Ponto, que ficará sob a responsabilidade do Nós Digitais.

A expectativa em relação aos benefícios que esse novo canal no *site* poderá trazer ao projeto é grande. Os idealizadores acreditam que será possível desenhar um panorama abrangente da produção cultural

brasileira. E mais: as ações da Rede Nacional de Pontos de Cultura, ao que tudo indica, poderão ganhar mais reconhecimento, o que vai favorecer o intercâmbio de ideias e a ampla divulgação das atividades em todo o território nacional.

Projeto

Pontão de Cultura Nós Digitais

Instituição responsável

Teia Casa de Criação

Gestor

Daniel Marostegan e Carneiro, coordenador do projeto.

Parceiro

Ministério da Cultura

Abrangência geográfica

Estado de São Paulo

Público atendido

Jovens e adultos ativistas dos Pontos de Cultura, dos telecentros Casa Brasil e dos movimentos sociais interessados em trabalhar com software livre.

Investimento

De janeiro de 2009 a fevereiro de 2010: R\$ 415.992 (R\$ 332.792 do repasse do MinC e R\$ 83.200 de contrapartida da Teia - Casa de Criação).

Mais informações

www.nosdigitais.teia.org.br



Reuniões organizadas pelo projeto, e transmitidas em tempo real, possibilitam debates entre ativistas de vários Pontos de Cultura.

Voz ativa e visão do mundo

Telelibras, produzido e apresentado por portadores de diversas deficiências, tem 25 mil acessos mensais.



fotos: Divulgação

Deficientes visuais encontram seu lugar ao sol no mercado de trabalho. Mérito do Projeto Telelibras, desenvolvido pela Vez da Voz.

A cantora e compositora Sara Bentes nasceu com deficiência visual provocada por glaucoma. Apesar de ter baixa visão em um dos olhos, ainda enxergava cores e sombras. Em março deste ano, porém, após uma cirurgia mal-sucedida, ficou totalmente cega. Nem por isso interrompeu sua rotina semanal: todas as sextas-feiras, ela toma o ônibus em Volta Redonda (RJ), onde reside, rumo a Campinas (SP), para gravar mais uma edição do Telelibras, o primeiro telejornal inclusivo da internet, transmitido no site da organização não-governamental Vez da Voz.

No programa, Sara acumula as funções de apresentadora e repórter. E, para garantir que o público, formado por portadores de todos os tipos de deficiência – intelectual, física, visual e auditiva – entenda com clareza as notícias, tem sempre ao seu lado, no vídeo, um intérpre-

te de libras, a linguagem dos sinais para surdos e mudos. O programa também dispõe de recursos de audiodescrição para os cegos, com tradução de imagens em palavras. “Não tenho problemas, mas sim desafios. Tento sempre criar maneiras diferentes de perceber o mundo”, costuma dizer. De tão familiarizada com a língua dos sinais, ela já consegue se comunicar em libras.

Práticas inclusivas

De acordo com o Censo de 2000 – e esse é o dado mais recente –, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), havia no Brasil cerca de 24 milhões de pessoas portadoras de deficiência. Infelizmente, ainda falta muito para inserir socialmente todo esse contingente. “Já existe uma lei exigindo que todos os canais transmitam de uma a duas horas por dia programas com recursos de audiodescri-

ção e linguagem de libras”, diz Cláudia Cotes, fundadora e presidente da Vez da Voz.

A previsão é de que a nova norma passe a vigorar a partir do segundo semestre de 2011. Segundo Cláudia, que também é fonoaudióloga, todo surdo consegue falar quando estimulado – são os chamados surdos oralizados. “O problema é que um bom aparelho custa quase o preço de um carro”, explica. Ela passou a se dedicar à causa dos deficientes com a morte do irmão, portador de síndrome de Down, em 2004.

O projeto Telelibras, desenvolvido pela Vez da Voz, é inovador. Porque criou uma prática inclusiva que garante o acesso à informação, à educação e às artes a portadores de todos os tipos de deficiência. Os programas, apresentados em braile, libras, cores para baixa visão e letras grandes, mostram que

a interação entre pessoas com ou sem deficiência é possível. Os temas procuram valorizar o lúdico e acabar com o preconceito. Jornalistas e apresentadores portadores de deficiências ou não dividem a tela com surdos ou intérpretes de libras e narram o que acontece no Brasil e no mundo. As gravações externas também são feitas por

Os programas são apresentados em braile, linguagem de libras, cores para baixa visão e textos com letras grandes.

portadores de deficiências – síndrome de Down, cegos, baixa visão, surdos, cadeirantes. Eles dão dicas de cultura, lazer, educação e, claro, trazem à tona problemas relacionados a acessibilidade. Os vídeos são atualizados semanalmente e o *download* é gratuito.

O Telelibras opera com uma equipe de 23 profissionais, entre deficientes e não deficientes. Eles ainda não são remunerados, mas o patrocínio de R\$ 200 mil da empresa Medley permitirá que logo os colaboradores passem a receber

salários mensais que vão variar de R\$ 500 a R\$ 900. A Vez da Voz se sustenta hoje com os recursos obtidos por meio de palestras, traduções, cursos, gravações e treinamentos. Em 2007, a verba inicial era de R\$ 22 mil. Hoje, consegue arrecadar R\$ 70 mil. “Ensinamos o deficiente a ser ativo e cidadão. Não fazemos *marketing*, mas o reconhecimento é inevitável pela qualidade e pelo ineditismo do nosso trabalho”, diz Cláudia.

Inicialmente, o site tinha três mil acessos mensais. Hoje, esse número chega a 25 mil, um salto que dá a medida do sucesso. Além disso, o programa está hospedado em vários portais, desde o da prefeitura de São Paulo (Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência) até os portais da rede aberta de televisão. Sem falar que o modelo Telelibras virou referência para gravações de vídeos educativos em libras para os serviços do INSS e de saúde do governo federal e também para o treinamento de funcionários públicos na linguagem dos sinais. É o caso dos que trabalham na Caixa Econômica, que se valem do *site* Vez da Voz para estudar esse meio de comunicação. A próxima meta é ter um canal de TV na *web* em formato inclusivo, com legenda, libras,

audiodescrição e muitos deficientes como responsáveis pelo conteúdo. Para isso, os apresentadores passam por treinamento rigoroso. Há um obstáculo, ainda, a ser vencido: a falta de uma sede para produzir os programas, ministrar cursos e gravar CDs. Há dois anos, a ONG aguarda o espaço prometido pela prefeitura de São Paulo.

O projeto teve início com a produção de um *kit* composto de dois livros, nas linguagens braile e libras, e um CD com histórias e músicas para crianças cegas e surdas chamado *A Vez da Voz*. Acabou virando um programa de ação social integrada do qual já participaram mais de 150 voluntários. O lançamento foi feito em 12 centros comerciais espalhados pelo país. Enquanto isso, os cinemas exibiam o curta-metragem *O Som do Silêncio* e os restaurantes das praças de alimentação produziam cardápios em braile. O sucesso do projeto resultou na criação da ONG Vez da Voz.



Pessoas com necessidades especiais de todo tipo já atuam como comunicadores

Projeto

Telelibras

Instituição responsável

Vez da Voz

Gestora

Cláudia Cotes, fundadora e presidente da Instituição.

Parceiros

Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD); Fundação Dorina Nowill; Turma do Bem; prefeitura de São Paulo.

Abrangência geográfica

Território nacional

Público atendido

O portal recebe 30 mil acessos por mês

Investimento

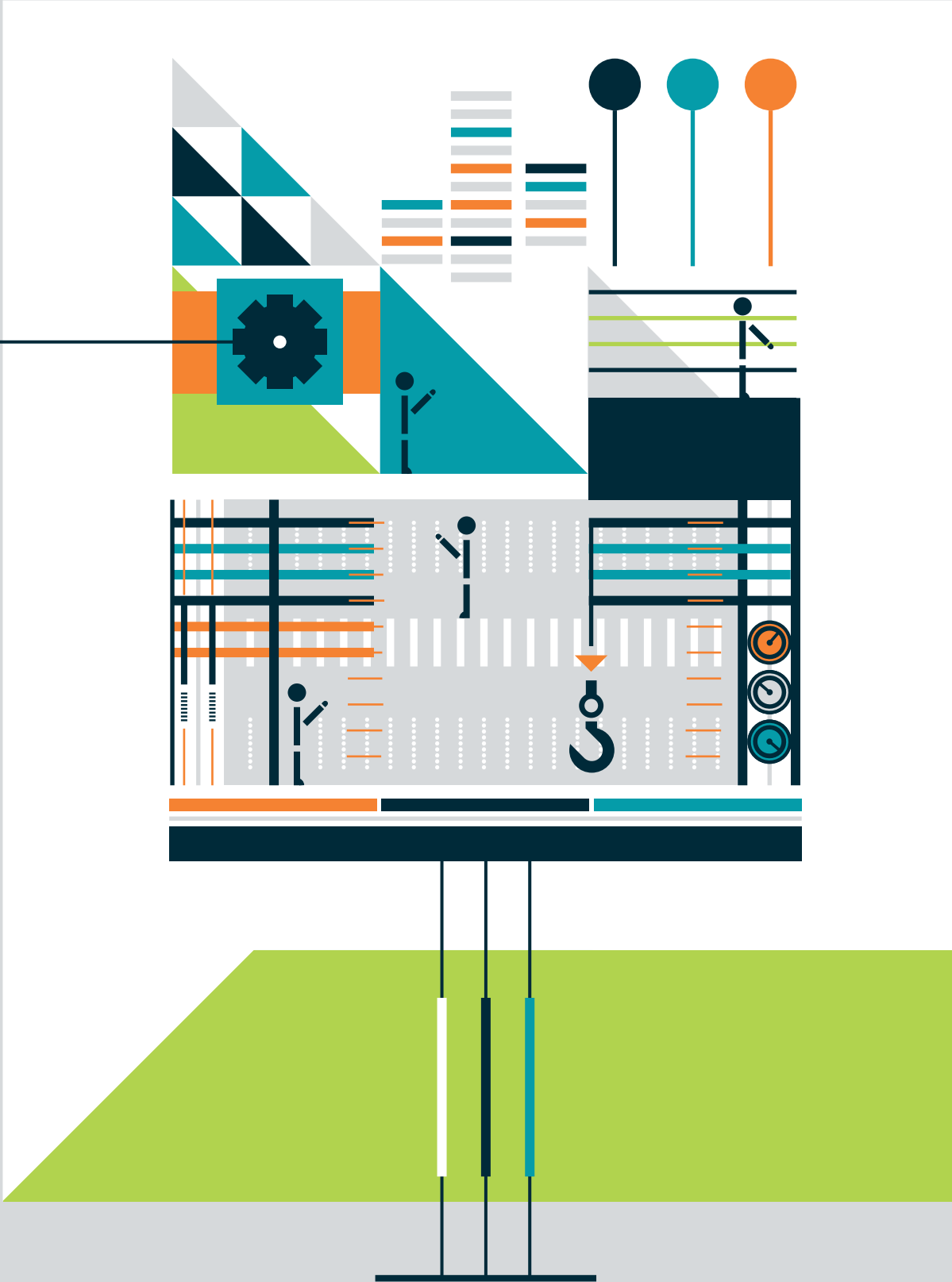
R\$ 200 mil por ano

Mais informações

www.vezdavoiz.com.br

Setor Privado





Enxada e mouse nas mãos

Café na Escola leva laboratórios de informática e formação em TICs a filhos de pequenos produtores



foto: Divulgação

O Projeto Criança do Café na Escola desvenda os mistérios digitais para filhos de pequenos produtores e trabalhadores rurais

Até os 16 anos, Geraldo Villela Luiz, estudante da 2º ano do ensino médio da escola estadual José Gomes de Moraes Filho, em Albertina (MG), não havia tido o menor contato com um computador. Frequentar a *lan house* próxima à sua casa, por R\$ 2,50 a hora, estava totalmente fora do orçamento. Há um ano, as coisas mudaram. Após a jornada de trabalho de nove horas na lavoura de café, o jovem passou a assistir às aulas semanais de informática, no laboratório instalado em sua escola. Agora, ele tem perfil no Orkut, faz pesquisas pela internet e acredita na possibilidade de realizar seu grande sonho: tornar-se um profissional da área médica.

Geraldo integra o Projeto Criança do Café na Escola, mantido por importadores, exportadores e prefeituras, com o objetivo de atender

a filhos de pequenos produtores de café e de trabalhadores rurais. Cada empresa exportadora mapeia uma região de atuação e, em parceria com o importador, investe na montagem de um laboratório em uma escola de ensino público de relevância para a comunidade. A escola recebe dez computadores com processadores de última geração, interligados em rede e conectados à internet. Também faz parte do pacote o conteúdo pedagógico e o acompanhamento dos alunos.

Envolvimento

“É fundamental que os fornecedores dos equipamentos e dos mobiliários sejam locais, para estreitar o envolvimento com a escola. Envolvermos a diretoria das instituições de ensino em todo o processo até a realização pedido”, diz Karen dos

Reis Neto Ariano, gerente geral dos Projetos Sociais do Cefacé.

A prefeitura entra com a adequação da sala para receber os computadores, limpeza e manutenção dos equipamentos. Quando termina a obra de cada laboratório é feita uma inauguração oficial com a participação de toda a comunidade. Nessa ocasião, é assinado o contrato de doação em que a prefeitura assume o compromisso formal de fornecer o professor ou instrutor e garantir que a sala seja utilizada para fins educacionais. “Como os produtores querem que seus filhos usem os laboratórios em vez de ir a *lan houses*, existe a pressão da própria comunidade para que esse compromisso seja cumprido”, explica Karen.

“Desde a instalação do primeiro laboratório, em Santo Antônio do Pi-

nhal (SP), notamos a sede de crianças e adultos por conhecimento”, relata Juliana Maria Campanhan Buton, coordenadora pedagógica do projeto. Seu trabalho inclui visita aos colégios, planejamento anual do programa e avaliação dos relatórios enviados regularmente pelos professores. Cerca de 83% dos

De clique em clique, estudantes que também trabalham na terra descobrem um mundo de informações disponíveis na internet.

docentes registraram mudanças no comportamento dos alunos, que passaram a se interessar mais pela aprendizagem. “O estudante da zona rural tem pouco estímulo, mas o computador gerou curiosidade, tornou as aulas mais interativas e diminuiu a evasão escolar”, afirma a pedagoga.

Além de melhorar a educação, com alfabetização mais eficiente, acesso à leitura e reforço de matemática e língua portuguesa, a informática permite ao professor ampliar seus conhecimentos. Nas aulas semanais, os alunos adquirem conhecimentos básicos e avançados dos programas Word, Excel, PPT, e de internet, entre outros.

O acesso dos cafeicultores (e não só dos estudantes) à sala de informática das escolas estimulou o surgimento de outros programas. Como o Produtor Informado, criado, em 2006, para os agricultores. O projeto, além de promover a inclusão digital, possibilitou o aprendizado de novas técnicas de agricultura. Uma vez por mês um agricultor é convidado para falar sobre temas que agreguem formação aos menos experientes. A ideia é motivar o trabalhador rural a gerir sua propriedade e conscientizá-lo da importância da tecnologia em

toda a cadeia produtiva. Essas ações contribuem para inserir o homem do campo no mundo global da cafeicultura. Ganham as lavouras, que, mais bem tratadas, passam a produzir grãos de melhor qualidade.

A fala simples de Olivaldo Teixeira, pequeno produtor de café, dá

bem a medida do quanto a tecnologia ajuda a melhorar a atividade agrícola: “Na roça, a gente acha que sabe tudo, mas, quando entramos em contato com o mundo da internet, percebemos que nosso saber é só intuição. Os exportadores, então, investem na gente, pois, no final das contas, querem um produto melhor”. Desde julho do ano passado, Teixeira frequenta o laboratório de informática todas as segundas-feiras – ele e mais nove companheiros de lavoura.

“O trabalho com o produtor é bem mais difícil – e não só em razão do baixo nível de escolaridade”, analisa Juliana. Quem está acostumado a lidar com a enxada tem um certo receio de estragar o computador, o que dificulta o aprendizado, diz ela. Mas não há chance para desânimo. Se, em uma turma de dez, seis não conseguem atingir o planejado, o monitor é orientado a retomar o conteúdo.

Desde a implantação do projeto, em 2004, já foram investidos R\$ 3,8 milhões para montar cem laboratórios de informática nas principais escolas da rede pública de ensino. Hoje são atendidos municípios dos seis estados brasileiros em que o café é a agricultura de subsistência. Esses recursos são igualmente

compartilhados entre o Cecafé, a empresa produtora local e seu parceiro importador. Para a infraestrutura de funcionamento, que inclui instalações, compra de equipamentos e material didático, pequenas reformas e inauguração da sala digital, são aplicados R\$ 25 mil.

A experiência bem-sucedida em Albertina levou à expansão dos projetos Criança do Café na Escola e Produtor Informado para mais quatro cidades da região Sudeste – Muzambinho, Poços de Caldas e Andradas (MG) e Santo Antônio do Pinhal (SP).



Projetos

Criança do Café na Escola; Produtor Informado.

Instituição responsável

Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé)

Gestora

Karen dos Reis Neto Ariano, gerente geral de Projetos Sociais.

Parceiros

Associação Comercial de Santos; Alfenas Café; Armajaro; Atlântica Cafés; Branco Peres Agribusiness; Centro do Comércio de Café de Minas Gerais; Centro do Comércio de Café de Vitória; Comexim; Cooperativa Regional de Cafeicultores de Guaxupé; Costa Café; Exportadora de Café de Guaxupé.

Abrangência geográfica

Andradas (MG); Caconde (SP); Elói Mendes (MG); Nova Resende (MG); Poços de Caldas (MG); Santo Antônio do Jardim (SP).

Público atendido

Criança do Café na Escola: cerca de 34 mil alunos da rede pública dos ensinos fundamental e médio (em alguns casos, participa a comunidade do entorno da escola) e Apaes. Produtor Informado: pequenos produtores de café e trabalhadores rurais, no total de 290 alunos.

Investimento

R\$ 3,8 milhões, desde 2004.

Mais informações

www.cecafe.com.br

Ferramenta para o cotidiano

Seguindo a pedagogia de Paulo Freire, Cidadania Digital trabalha o uso de softwares em favor das pessoas.

Com apenas 16 anos e cursando o 2º ano do ensino médio, tudo o que Renata Ferreira quer, daqui a algum tempo, é ser contratada como estagiária pela Belgo Bekaert Arames, empresa localizada na cidade de Osasco, Grande São Paulo. Hoje, ela espera pela vaga atuando no RH da empresa como jovem aprendiz, oportunidade conquistada por meio do programa Cidadania Digital.

O programa, capitaneado pela Fundação ArcelorMittal Brasil, em parceria com a organização não-governamental Comitê para a Democratização da Informática (CDI), foi implantado na escola estadual Glória Azedia Bonetti, onde Renata estuda. Quando se tornar estagiária, ela trabalhará meio período, com renda mensal de pouco mais de um salário mínimo, e terá os mesmos direitos de todos os funcionários da empresa. Por ter com-

putador conectado à internet em casa, a estudante se considera privilegiada em relação à maioria dos colegas de classe, que não dispõem de um micro. Aliás, ter acesso à tecnologia possivelmente facilitou seu desempenho no programa: “Na internet, não tem nada que eu não saiba fazer”. E o que ela faz, entre outras coisas, é baixar filmes, seriados, livros. No RH da Belgo Bekaert Arames, lidará com planilhas. “Nada muito difícil”, avalia.

A escola, localizada no centro de Osasco, tem cerca de 1.250 alunos em três turnos, distribuídos entre os níveis fundamental e médio. Por ser uma das contempladas pelo Cidadania Digital, abriga, no contraturno escolar, o CDI Comunidade Independência. “Como a demanda pelos cursos é grande, damos preferência aos alunos do ensino médio”, informa Joselma de Ataíde, gerente

de Educação da Fundação ArcelorMittal Brasil e educadora do CDI Comunidade Independência. A seleção dos jovens é feita com a ajuda

São oferecidos cursos de auxiliar administrativo, técnica de vendas e recepcionista, com a finalidade de preparação para o mercado de trabalho.

dos educadores da escola.

Grande parte dos cursos tem carga horária média de 60 horas/aula, cada uma com duração de 90 minutos, duas vezes por semana. Ao todo, levam de quatro a cinco meses. Os alunos participam de capacitações presenciais, com acom-



Pessoas de baixa renda, em São Paulo e Minas, agora participam do mundo tecnológico. O apoio vem do Projeto Cidadania Digital.

fotos: Divulgação



Embora gente de todas as idades possa frequentar os cursos, alunos do ensino médio têm preferência, já que as vagas são limitadas.

panhamento diário do CDI em conjunto com os coordenadores dos CDIs Comunidade. Os educadores do programa são capacitados no método Paulo Freire, que consiste na aplicação do conhecimento alinhado à realidade da comunidade. Entre os cursos oferecidos, o carro-chefe é o de Informática e Cidadania, no qual os alunos aprendem a usar aplicativos como editores de texto, planilhas e apresentações, além da internet.

O valor da educação

“No passo-a-passo, os jovens se apropriam da tecnologia para mudar a realidade onde vivem”, afirma Joselma. No Comunidade Independência, também são oferecidos cursos de auxiliar administrativo, técnica de vendas e recepcionista, com a finalidade de preparação para o mercado de trabalho. Na turma de 30 alunos em que estava Renata, além dela, mais um foi escolhido para aprendiz pela empresa.

“A educação não resolve todos os problemas do mundo, mas, sem educação, nada será resolvido”, diz a psicóloga Zulmira Braga, gerente de educação da Fundação Arce-

lorMittal Brasil. Segundo ela, se o brasileiro desse, a assuntos educacionais, o mesmo valor que dá ao futebol, a situação no país estaria muito melhor. Nos projetos de responsabilidade social da instituição, as prioridades não são definidas de cima para baixo. “Todas as nossas iniciativas são negociadas com a comunidade. Sem esse pacto, não dariam certo”, continua. A Fundação só atua onde tem unidades implantadas. Em Cariacica (ES), onde a ArcelorMittal desenvolveu o programa Mobilização pela Educação, a proposta foi integrar as famílias na educação dos filhos. “Pais, empresas e cidadãos em geral têm de começar a contribuir para que o quadro da educação mude”, sugere a gerente.

“Nossos projetos são contínuos e têm o objetivo de fazer alguma transformação, nem que seja para favorecer um único menino”, diz Zulmira Braga. Ela explica que a escolha do CDI para executar o Cidadania Digital se deveu ao fato de o CDI trabalhar com a metodologia Paulo Freire, ou seja, o uso de *softwares* em favor das pessoas. O beneficiário do projeto da Fundação ArcelorMittal Brasil não apenas é

capacitado para usar o computador, mas passa a usar a tecnologia para resolver seus problemas cotidianos.

Projeto

Cidadania Digital

Instituição responsável

Fundação ArcelorMittal Brasil

Gestora

Zulmira Braga, gerente de Educação da Fundação ArcelorMittal Brasil.

Parceiros

ArcelorMittal Monlevade; Associação Comunitária Amigos de Nova Contagem; Belgo Bekaert Arames; Comitê para a Democratização da Informática (CDI); Diretoria Regional de Ensino de Osasco; prefeitura de João Monlevade (MG).

Abrangência geográfica

Contagem (MG), João Monlevade (MG) e Osasco (SP).

Público atendido

Pessoas de todas as idades e de baixa renda.

Investimento

A previsão para 2010 é de R\$ 64 mil.

Mais informações

www.fundacaoarcelormittalbr.org.br
www.cdi.org.br/group/cdicomunidadeindependencia;
www.eicindependenciacomunidade.blogspot.com



Violência é coisa do passado

Acesso aos Centros de Inclusão Digital aumenta a autoestima da população de baixa renda e combate a violência



Foto: Egberto Nogueira

A Fundação Bradesco se vale do projeto Centros de Inclusão Digital (CIDs) para abrir novas oportunidades para os jovens carentes

A história do município paulista de Osasco mais parece um filme de banguê-banguê. Melhor, parecia. Prova disso está na manchete do jornal local *Ecolândia*, de fevereiro deste ano: “Dos ‘justiceiros’ ao baixo índice de criminalidade”, foi o título da reportagem, que informou: “Matadores de aluguel fizeram a violência crescer nos anos 1980 (...). Hoje, o município registra queda nos índices de criminalidade”. Waldenir Félix Ribeiro, 22 anos, nascido e criado no bairro Jardim Conceição, confirma que a violência não poupava nem mesmo as escolas. “A Progresso Armando Gabin, em que estudei, chegou a ser a pior do estado”, conta. “Tanto que o nosso cemitério era uma desova de corpos”, diz. Hoje, o quadro é bem

diferente. “O acesso à tecnologia digital ajudou a mudar aquela realidade”, afirma Ribeiro, que atua como monitor do Centro de Inclusão Digital (CID) do bairro, programa da Fundação Bradesco. Ele se refere a cursos de informática, crochê, tricô e dança de rua, mantidos por entidades locais, como a Associação Camila e o Centro Social Nossa Senhora das Graças, que retira-

O acesso à tecnologia aumenta a autoestima da população de baixa renda e a torna apta a enfrentar os desafios da vida profissional

ram muitos jovens das ruas e lhes mostraram novas possibilidades de aprendizado.

Os CIDs hoje somam 110 unidades, implantadas nas cinco regiões do país. Só no primeiro trimestre de 2010, atenderam a 390 mil pessoas – um público heterogêneo, formado por gente de todas as idades. Um salto em relação aos 8 mil brasileiros que começaram a frequentar esses centros em 2004. Segundo Ribeiro, além da iniciação ao uso do computador, os CIDs desenvolvem atividades tão diversas quanto o plantio de árvores e oficinas de capacitação. “Tudo isso ajuda a melhorar a autoestima dos moradores do Jardim Conceição, umas 3.500 famílias”, avalia. O Jardim Conceição é um dos bairros populares atendidos pe-

los CID. Localizado próximo ao Rodanel, na Zona Sul da cidade, foi escolhido pela Fundação Bradesco por apresentar baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). “A instituição dedica-se à educação das classes D e E, cuja renda média *per capita* não passa de R\$ 400”, reforça o superintendente Nivaldo Marcusso, que esclarece que a escola virtual supre a demanda por vagas nas escolas Bradesco. Em outras palavras, não fosse o ensino a distância, muitas crianças talvez tivessem deixado de estudar.

Foi em 1966 que a Fundação começou a desenvolver seu projeto de educação não assistencial, embrião dos futuros CIDs. Ao favorecer o acesso de comunidades carentes às tecnologias digitais, a instituição também criou um espaço para a discussão de questões da comunidade. Formou-se, assim, uma rede de comunicação, englobando escolas públicas e entidades privadas sem fins lucrativos, com um interesse comum: contribuir para a solução de problemas sociais. O projeto foi criado em parceria entre a Fundação Bradesco, a Intel e o Massachusetts Institute of Technology (MIT).

Mobilidade social

Como tantos estudantes das escolas Bradesco – e graças à parceria entre a Intel, fabricante de *chips*, e a Fundação –, Ribeiro integra o Programa Intel Computer Clubhouse Network de Osasco, o segundo clube da Intel no país. Criado em 1999, o projeto é uma iniciativa extracurricular cuja finalidade é proporcionar a jovens de comunidades carentes o acesso a equipamentos de alta tecnologia e *softwares* profissionais. Orientados por monitores, que estimulam a autoconfiança e o entusiasmo pelo aprendizado, esses alunos vão desenvolvendo suas habilidades. Assim, tornam-se mais preparados para encarar novas oportunidades. O programa é

o desdobramento de um programa do Boston Museum of Science, feito em colaboração com o Massachusetts (MIT) Media Lab.

“Antes do Clubhouse, eu nunca tinha usado um computador. Depois que aprendi a lidar com a máquina, fui convidado para ser instrutor de informática no CID de Novo Osasco, mediador do programa Intel Aprender”, conta Ribeiro. Ele também se tornou instrutor voluntário do CID Paraisópolis, e, desde 2008, é assistente de coordenação do Clubhouse. Hoje, o jovem cursa Computação Gráfica no Alpha Channel, escola profissionalizante reconhecida pelo Ministério da Educação, cujo material é preparado com o apoio de engenheiros aeronáuticos formados pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA).

Equipamento é o que não falta nos CIDs, segundo Marcusso. Só nos últimos quatro anos, o Bradesco doou mais de 50 mil computadores, que foram reconfigurados pela Fundação e enviados aos centros criados nos entornos das escolas Bradesco. “Os CIDs não se limitam a oferecer tecnologia”, enfatiza. “Nosso negócio é educação, o caminho que leva à mobilidade social e à empregabilidade”. De acordo com Marcusso, o investimento

inicial de um CID é da ordem de R\$ 30 mil. E a continuidade dos centros depende das lideranças locais.

Projeto

Centros de Inclusão Digital (CIDs)

Instituição responsável

Fundação Bradesco

Gestores

Nivaldo Marcusso, superintendente executivo; Mirian Linhares, diretora da escola virtual e CIDs.

Parceiros

Associações de bairro; associações de proteção aos jovens em situações de risco; empresas; escolas públicas; igrejas; ONGs; prefeituras.

Parceiros institucionais

British Telecom; Cisco; E-Learning for Kids; Embratel; Intel; Lego Education no Brasil; Microsoft; Museu de Ciências de Boston; Unicef.

Abrangência geográfica

Território nacional

Público atendido

Heterogêneo: 389,7 mil pessoas, de 2004 ao primeiro trimestre de 2010.

Investimento

Variável, a depender das demandas locais.

Mais informações

www.cid.org.br



foto: Maurino Borges

Monitores orientam as aulas e estimulam a autoconfiança dos alunos

Soluções muito especiais

Programa do CPqD qualifica pessoas com necessidades específicas e ajuda a abrir as portas do mercado de trabalho



foto: Divulgação

Por meio das tecnologias de informação, o Programa Qualificar para Incluir prepara pessoas deficientes para a vida profissional.

Se existissem mais Marinas, haveria menos barreiras a isolar os portadores de deficiências. Simplesmente porque Marina Batista, aos 26 anos, 15% de capacidade respiratória e praticamente sem qualquer movimento, decidiu seguir em frente. “E por que não?”, perguntou-se. Graças à sua obstinação, e com ajuda da mãe, ela foi longe – e quer ir ainda além, porque acha que “aprender vicia”.

“É uma moça brilhante”, elogia Gino Luiz Rossi, gerente de RH do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD) e gestor do programa Qualificar para Incluir, da Fundação

CPqD. O objetivo dessa iniciativa é capacitar pessoas com necessidades especiais para que ingressem no mercado de trabalho.

Adaptação

Marina foi a primeira deficiente em uma escola que não tinha rampas, no interior de São Paulo. Apesar das suas limitações, adaptou-se ao percurso acidentado e fez o curso de *webdesign* na Faculdade de Campinas (Facamp). Foi quando soube do projeto Qualificar para Incluir. Seleccionada, passou a ensinar novos alunos da Skill Quality Intelligence (SQI), empresa especializada na capacitação de pessoas com

deficiência, contratada pelo CPqD. “A SQI elabora dinâmicas comportamentais e aulas técnicas, além de acompanhar e avaliar as competências adquiridas pela metodologia construtivista”, explica Rossi. Os cursos duram, em média, um ano. Em 2009, foram 316 horas de aulas, ministradas para quatro turmas.

Outra história de sucesso é a de Paulo Henrique Souza Oliveira. Agora com 17 anos, aprontou todas. Caiu de bicicleta, despencou de uma laje, machucou-se jogando futebol. Mas, ao fraturar a placa de crescimento do fêmur, teve de fazer uma cirurgia e ficou cerca de um ano imobilizado. Foi a mãe quem

tomou conhecimento do programa e inscreveu o filho. “Hoje, graças à fisioterapia, estou melhor”, conta ele. Antes do tratamento, não conseguia ficar em pé, nem caminhar longas distâncias. “Agora, ando sem

juvens aprendizes. “Formar uma sala só de deficientes seria segregação, eles ficariam isolados em seu próprio meio”, justifica o gestor do Qualificar. A ideia é fazê-los interagir. Assim, estarão preparados para a

cluir formou sua primeira turma. A sala foi devidamente preparada pela Fundação CPqD: mesas ajustáveis às necessidades dos alunos, amplo espaço para a locomoção de cadeirantes, banheiros próximos, um microcomputador para cada um, canhão multimídia e lousa antirreflexo. “Aprendemos muito mais do que apenas lidar com uma máquina”, conta Marina. “E a maioria também se forma com altíssima autoestima”, completa Gino Rossi.

Incentivadas a se tornarem produtivas, pessoas com diferentes deficiências se capacitam para exercer as mais diversas funções.

mancar, o fêmur dói menos, mas ainda incomoda no frio”, diz. Oliveira mora em Barão Geraldo, bairro onde se localiza a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Ele trabalha das 8 às 17 horas na Samsung, instalada na Rodovia D. Pedro. Atua na operação de testes de aparelhos, setor onde deve ficar até aprimorar seus conhecimentos em programação. Da empresa, segue para o colégio, onde assiste aulas até as 22h30. Em novembro, o rapaz conclui a formação no programa da Fundação CPqD. “Uma experiência única. Se pudesse, repetiria a dose”, diz. “Muitos cursos de informática só ficam na teoria, são pouco estimulantes. O Qualificar é completo, ensina a aplicar o conhecimento na prática”, resume Oliveira. Sua próxima meta é o vestibular para Engenharia de Computação.

O programa foi criado em 2008 e a primeira turma se formou em 16 de dezembro de 2009. Em novembro do mesmo ano, o CPqD iniciou o processo de inscrições para a segunda turma. Dos 200 inscritos, foram selecionados 80 alunos, que concluirão a capacitação em abril de 2011. Dessa turma de 80, 64 têm alguma deficiência (visual parcial, auditiva, motora) e 16 são

realidade que encontrarão em seus futuros empregos.

As empresas são obrigadas pela Lei de Cotas (nº 8.213/91, regulamentada por decreto em 1999) a contratar um número de empregados com deficiências que seja proporcional ao total de funcionários – de 2% até 5%, partindo de um contingente de 200 até mais de 1.001 trabalhadores. Segundo Rossi, várias organizações ainda estão se adequando à exigência. Esse foi o motivo que levou a Fundação CPqD a elaborar o projeto de capacitação. A expectativa é de favorecer a inserção de profissionais da área de Telecomunicações e Tecnologias da Informação (TICs) no mercado de trabalho. “O CPqD contribui efetivamente para a formação e a inclusão profissional de deficientes”, garante o gestor. “Essa iniciativa não tem similar no país.”

O programa, inteiramente custeado pelo CPqD, é aprovado pela Gerência Regional do Trabalho e Emprego de Campinas (SP). A cidade e região têm 731 empresas com potencial para contratar 1.910 pessoas com deficiências. Contudo, somente 59% dessas vagas tinham sido preenchidas até dezembro de 2009, quando o Qualificar para In-

O projeto Qualificar para Incluir é gerenciado pelo departamento de RH do CPqD, com participação das subáreas de responsabilidade social e capacitação. Embora o programa atenda sobretudo a moradores da periferia de Campinas e região, não foi possível contar com transporte público. “Fazemos tudo”, enfatiza Rossi. A clientela é de pessoas com deficiência, que estão cursando ou já têm o 2º grau completo, independentemente da condição socioeconômica e cultural.



Projeto

Programa Qualificar para Incluir

Instituição responsável

Fundação CPqD

Gestor

Gino Luiz Rossi, gerente de Recursos Humanos.

Abrangência geográfica

Campinas e região (SP)

Público atendido

Pessoas com deficiência, 80 por turma.

Investimento

R\$ 240 mil ao ano

Mais informações

www.cpqd.com.br

Arte e tecnologia para educar

Projeto Garoto Cidadão oferece a alunos da rede pública diversas oficinas no contraturno escolar

Ele foge à regra, pois, diferentemente da maioria dos garotos da sua idade, gosta de química e física. Mas atividades culturais também atraem sua atenção. Por isso, Leonardo de Jesus Andrade, 16 anos, 2º ano do ensino médio na escola estadual Clodomiro Vasconcelos, em Itaguaí (RJ), reserva duas tardes por semana para o Projeto Garoto Cidadão (PGC), da Fundação CSN, ligada à Companhia Siderúrgica Nacional. Lá, ele curte especialmente os cursos de teatro e circo.

Aulas de informática também fazem parte do programa. Não é nada fácil, conta, ainda mais por-

que são muitos alunos e poucos computadores. “Consigo acessar duas vezes por mês, às vezes só uma”, diz. Com a ferramenta, gosta de usar o *movie maker* para criar vídeos, mas também para pesquisar e digitar textos. Além das aulas de informática do PGC, tem acesso ao laboratório da escola uma vez por semana. Leonardo não tem computador em casa, e seu projeto de vida é ter condições de chegar à universidade para estudar química ou física, claro.

O PGC foi implantado em Volta Redonda (RJ) no ano de 1999, em parceria com o poder público. Funciona em cidades onde a CSN

tem unidades de negócios, como Itaguaí (RJ), Arcos e Congonhas (MG), Araucária (PR) e Mogi das Cruzes (SP). Até o final de 2010, a previsão é de que chegue a Jaboa-tão (PE), Camaçari (BA) e Maracanaú (CE). Todas as crianças entre 6 e 16 anos podem participar, no contraturno das aulas, de oficinas de artes cênicas, dança, música, teatro e informática. A condição obrigatória é que estejam regularmente matriculadas na rede pública de ensino. Tudo foi pensado para facilitar a adesão ao programa – do transporte ao lanche, passando pelos uniformes.

As atividades de informática são



Fotos: Divulgação

Crianças entre 6 e 16 anos participam de aulas de artes cênicas, dança, música e informática, que complementam o currículo escolar.



O Projeto Garoto Cidadão dirige um olhar especial aos pequenos vulneráveis à ação marginal. Fora da escola também aprendem.

complementares ao programa. “O laboratório é um espaço para explorar o computador nas várias facetas

dades, os participantes mostram progressos no desenvolvimento social, educacional e emocional. Um

Cultura do Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Congonhas (MG) e faz parceria com as prefeituras, que podem custear o transporte ou o pagamento de profissionais.

A melhor maneira de entreter (e educar) meninos e meninas em situação de risco social é atrair a turma para atividades culturais

da cultura – texto, roteiro, coreografia, desenho, por exemplo”, explica Fábio Silvestre, coordenador geral do projeto, responsável pela gestão financeira, de pessoal e também pela articulação em rede do PGC. O número de máquinas varia bastante: são oito em Itaguaí, 15 em Mogi das Cruzes, 20 nas duas unidades do projeto em Araucária, 37 em Congonhas. Há mais computadores onde a CSN tem sede própria, as máquinas da fundação são ligadas à rede da CSN, a conexão dos equipamentos dos jovens é feita por provedores locais.

As famílias não ficam de fora. Periodicamente, são chamadas para reuniões. Uma maneira de integrá-las ao projeto. Está dando certo: envolvidos em tantas ativi-

grande empurrão para saírem, enfim, da situação de vulnerabilidade social em que se encontram. Atualmente, o Garoto Cidadão atende a 1.340 crianças e adolescentes por ano, e, até o final deste ano, pretende aumentar esse contingente para 2.090.

O Projeto Garoto Cidadão tem um diferencial importante: a centralidade das ações deve ser focada nas crianças. “É a moçada que tem de contar sua própria experiência”, diz Silvestre. Por isso, neste ano, foi instituído o Conselho da Criança, cuja finalidade é garantir ao projeto uma gestão democrática e participativa de fato. “O jovem tem de ser o agente, o sujeito de direito e de fato”, acentua Silvestre. O PGC é realizado com apoio da Lei do Incentivo à

Projeto
Garoto Cidadão

Instituição responsável
Fundação CSN

Gestor
Fábio Silvestre

Parceiros
Prefeituras de Araucária (PR); Arcos e Congonhas (MG); Itaguaí e Volta Redonda (RJ); Mogi das Cruzes (SP).

Abrangência geográfica
Território nacional

Público atendido
Desde 1999, 3.500 crianças e adolescentes de seis a 16 anos, em situação de vulnerabilidade social. O objetivo é chegar a 5 mil em 2011.

Investimento
Não declarado

Mais informações
www.garotocidadao.org.br
www.fundacaocsn.org.br



Escolas dentro das empresas

Projeto Formare prepara mão de obra especializada na fabricação de peças industriais e apoia o trabalho voluntário



Fotos: Divulgação

O Projeto Formare aperfeiçoa, no próprio local de trabalho, os profissionais da indústria, habilitando-os para um upgrade.

O boca a boca ainda é um poderoso meio de informação e comunicação. Não fosse assim, Karolyne Guerra Pereira não tomaria conhecimento da escola de capacitação profissional mantida pela Magneti Marelli (empresa do grupo Fiat) em Mauá, município da região metropolitana de São Paulo. A escola faz parte do projeto Formare, iniciativa da Fundação Iochpe que abrange 83 escolas instaladas em 50 empresas, situadas em 61 municípios de 12 estados brasileiros – além de uma instituição na Argentina. Aluna do 2º ano do ensino médio da escola estadual João Paulo II, Karolyne soube da abertura de inscrições para o curso do projeto por uma prima da mãe que trabalha na empresa. Foi lá, tirou boas notas nas provas de português, matemática e conhecimentos gerais, e ainda se saiu bem na dinâmica de grupo.

Karolyne começou o curso dentro da Magneti Marelli em 1º de março, com previsão de conclusão na última semana de novembro. Teve aulas de comunicação, relacionamento, tecnologia de montagem, ajustagem mecânica, instrumentos

de medidas, fundamentação numérica, inglês, educação física. “Adoro tudo!”, conta. Mas tem predileção especial por instrumentos de medição. Elogia o ambiente da indústria e confessa que nunca na vida tinha pensado em trabalhar no ramo. A experiência acabou por embaralhar um pouco a decisão sobre seu futuro profissional. Antes, pensava na faculdade de Fisioterapia. Agora, cogita atuar em uma área bem di-

Em 22 anos, o programa já beneficiou oito mil jovens que concluíram o ensino médio em 12 estados brasileiros.

ferente, talvez Recursos Humanos, “algo que lide com gente”, como diz.

O que contribuiu bastante para abrir os horizontes da jovem foi a convivência com voluntários da empresa, como Rodrigo Quinez, que há 11 anos trabalha nessa fábrica de componentes e sistemas automotivos. Formado em Admi-

nistração, com pós-graduação em gestão de pessoas, ele jamais tinha pensado em dar aulas de ferramentaria, o que faz desde 2004, duas horas por semana. “Gostei tanto que quero lecionar no Senai”, diz. Sobre a preparação dos jovens na própria Magneti Marelli, conta que, no começo, eles estranham um pouco. Já no segundo módulo, de ajustagem de ferramentas, ficam empolgados quando pegam em uma lima, em uma serra, e fazem perguntas sem parar. No final do curso, os participantes podem fazer estágio na empresa, o que interessa a 80%, 85% deles.

O objetivo do projeto Formare, uma iniciativa da Fundação Iochpe, é prover capacitação profissional a pessoas de baixa renda, entre 16 e 18 anos, e colocá-las no mercado de trabalho. De acordo com a instituição, em 22 anos de história, o Formare beneficiou oito mil jovens em todo o Brasil. Atualmente, capacita 1.620 por ano. Avaliações externas, realizadas com os egressos do projeto, indicam dados muito positivos: 80% dos que fizeram o curso estão trabalhando; 77%

progrediram na empresa em que trabalham; 88% têm alto índice de produtividade em equipe; 97% afirmam que o programa os motivou a procurar outros tipos de curso; 95% garantem que a escola Formare os ajudou a acreditar mais em si mesmos; 90% apresentam alto índice de responsabilidade.

Cursos abertos

“A formatação do curso foi evoluindo ao longo do curso”, explica Zita Pimentel, coordenadora pedagógica do projeto Formare. Contudo, deixa claro, os cursos de modo algum substituem o papel do Estado na educação. Como a formação é dada diretamente por voluntários como Rodrigo Quinez, da Magneti Marelli, a Fundação lochpe estruturou um programa de Educação a Distância (EAD) para capacitar os voluntários na função de educadores. As aulas, que duram de dez a 12 meses, utilizam ferramentas e mecanismos de interatividade *online*, desenvolvidos pela própria fundação e destinados especifica-

mente à formação do voluntariado. O acompanhamento – virtual e presencial –, que inclui também a avaliação por meio de notas, fica a cargo da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Para abrir um canal de comunicação direta com os participantes do projeto, a Fundação lochpe criou um perfil no Orkut. Mas também marca presença, no YouTube, onde os vídeos ajudam a divulgação.

Os alunos vêm de instituições de ensino médio da rede pública, próximos aos locais onde os cursos são oferecidos. As empresas privadas que aderem ao Formare contribuem mensalmente para o Fundo de Desenvolvimento da Metodologia Formare. Em média, o investimento de cada uma é de R\$ 140 mil anuais, o que inclui os benefícios oferecidos aos alunos, como bolsa-auxílio, transporte, alimentação, uniforme, assistência médica e seguro de vida. Em média, a implantação de uma Escola Formare dentro de uma empresa leva de quatro a cinco meses. A cada ano, é selecionada uma

nova turma de 20 jovens. Além de tratar de práticas empresariais específicas, o ensino inclui capacitação em ferramentas tecnológicas. O uso dessas tecnologias varia de escola para escola, de acordo com o curso desenvolvido. Mas todos têm uma disciplina de informática. As aulas abordam desde noções básicas para atividades administrativas (pacote Office e outros programas) até o uso de *softwares* específicos da empresa, como programação Controle Numérico Computadorizado (CNC) em automação mecânica e controle logístico, ou Computer Aided Design (CAD), sistema computacional para o projeto de peças.



Voluntários recebem formação especial para atuar como monitores e educadores



Projeto

Projeto Formare

Instituição responsável

Fundação lochpe

Gestora

Beth Callia, coordenadora geral.

Parceiros

Ache; Alstom; Amsted Maxion; Bardella; Behr; Bosch; Conpacel; Consórcio Modular; Continental; Coteminas; Delphi; DHL; Duratex; Eaton; Elektro; Equipav; Ericsson; Federal Mogul; Fumagalli; GJP; Grupo Ultra; Gerra; Intermarine; International Papel; Knorr-Bremse; Lear; Magneti Marelli; Mahle; Mangels; Maxion; Mextra; Milenia; MWM International; Neumayer; Pelzer; Peugeot Citroen; Plascar; Santos Brasil; Shaeffler; Silubrin; Suzano; SYL; Teksid; Terra Viva; ThyssenKrupp; Videolar; Voith; ZF Sachs.

Parceiros institucionais

AEA; Autodata; Curriculum.com; Mitutoyo; Ponto e Letra; Roemer Hunting; SAE Brasil; Sindipeças; Veris.

Abrangência geográfica

Nacional

Público atendido

Em 2010, 1.620 jovens de baixa renda, com idades entre 16 e 18 anos.

Investimento

Cerca de R\$ 2 milhões, em 2009.

Mais informações

www.formare.org.br

Pedagogia e gestão online

Projetos Comunidade Virtual e Brasil Hoje aperfeiçoam práticas de ensino e atualizam dados sociais e educacionais



Fotos: Divulgação

A Fundação Itaú Social investe na formação continuada de professores e gestores em educação por meio de cursos virtuais

A Olimpíada de Língua Portuguesa – Escrevendo o Futuro é uma iniciativa educacional brasileira liderada pela Fundação Itaú Social e pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), que ganhou reconhecimento internacional. Em 2009, foi vencedora, por exemplo, do prêmio Corporate Citizen of the Americas Award, concedido pela Fundação pelas Américas, órgão da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Em 2008, conquistou também o status de política pública, ao constar do Plano de Desenvolvimento da Educação, do Ministério da Educação (MEC). Hoje, a Olimpíada é adotada em 5.488 cidades, ou 99% dos municípios do país, envolvendo 7 milhões de alunos. Parte desse sucesso deve-se à internet. Os professores interessados em participar têm acesso a metodo-

logia de ensino e material didático *online*. Dispõem, também, de uma comunidade virtual que reúne diversos agentes de educação. O *site* concentra mais de 32 mil usuários e oferece, além de oficinas temáticas a distância, notícias, artigos, fóruns e *blogs* que permitem a discussão de técnicas para aprimorar a leitura e a escrita em sala de aula.

Transformação social

A Olimpíada integra as ações do projeto Comunidade Virtual, desenvolvida em *software* livre. A primeira versão usava a plataforma de colaboração Twiki, logo substituída pelo gerenciador de conteúdo Joomla. Isabel Cristina Santana, gerente da Fundação Itaú Social, garante que o projeto não tem foco na inclusão digital. Mas, admite, a tecnologia multiplica o alcance com qualidade e agilidade. “Nossa vocação é contribuir para a transformação social

do país por meio da educação. Os meios digitais facilitam o trabalho do educador na medida em que ampliam o acesso a um conteúdo didático e permitem a interação entre pares”, explica a gestora do projeto.

A Fundação já destinou R\$ 400 mil para a iniciativa. Dentro dessa verba, está também o financiamento de outra ferramenta para apoiar os gestores da educação: o banco de dados Brasil Hoje, criado em 2007, cuja distribuição por meio de CDs já ultrapassou sete mil cópias. O conteúdo também foi disseminado, via internet, para outros 1,8 mil usuários. Secretários da educação e diretores de escolas encontram, no Brasil Hoje, informações originadas em diversas bases de dados sobre os municípios brasileiros. “O objetivo é proporcionar uma visão mais acurada da realidade socioeconômica de cada cidade e possibilitar a comparação com outras

localidades”, explica Isabel. O Brasil Hoje traz mais de 5 mil indicadores dos municípios brasileiros em formato amigável. A atualização é feita automaticamente, via *web*, a partir de informações dos sistemas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do Programa das Nações Unidas

em C++ e usa o banco de dados MySQL. A tecnologia é baseada em Windows, mas, na prática, o aplicativo do usuário final pode ser instalado em Linux desde que se utilize o emulador Wine.

Ambos os projetos ganharam adeptos, como a professora Marisa de Freitas, da Secretaria de Educação de Santos (SP), responsável pela formação continuada de do-

municipal, considera o Brasil Hoje uma grande ferramenta de apoio: “Aqui, usamos o Siges, um sistema que nos fornece indicadores educacionais do município. Agora, com o CD, podemos integrar todas essas informações”. Para Margareth, dados como taxa de mortalidade, índice de desenvolvimento infantil (IDI), o total de domicílios sem luz elétrica ou com água tratada são fundamentais para enriquecer qualquer análise voltada à educação. Em sua opinião, o CD Brasil Hoje é fácil de usar. Mas o grande mérito é que possibilita aos gestores da educação fundamental melhor suas propostas, de forma que as políticas públicas sejam mais coerentes com a realidade de cada comunidade.

O site, com mais de 32 mil usuários, oferece oficinas temáticas a distância, notícias, artigos, fóruns e blogs que permitem a discussão de técnicas para aprimorar a leitura e a escrita em sala de aula.

para o Desenvolvimento (PNUD), da Unicef – órgão das Nações Unidas para a infância –, dos Sistemas Integrados de Acompanhamento Financeiro (Siaf) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea/MDS).

O sistema é constantemente renovado. Hoje, está na versão 7.1 e é composto por três aplicações. A primeira, no servidor *web*, permite a atualização dos dados para o usuário final; outra, no Cenpec, faz o tratamento dos dados; e a terceira é rodada no computador do usuário final. O programa foi desenvolvido

centes da rede de ensino municipal. Este ano ela participou de uma das oficinas oferecidas ao longo de seis semanas na Comunidade Virtual Escrevendo o Futuro. Então, passou a acessar o portal pelo menos três vezes por semana. “Além do aprofundamento da teoria do gênero que o curso me deu, há um espaço interessante para a troca de experiências”, afirma a educadora, que frequenta os *chats* da comunidade.

Também residente em Santos, a professora Margareth Buchmann, responsável pela formação continuada de diretores da rede pública



Via *web*, docentes da rede pública de ensino também podem assistir às aulas a distância.

Projetos

Comunidade Virtual Escrevendo o Futuro; CD Brasil Hoje.

Instituição responsável

Fundação Itaú Social

Gestor

Isabel Cristina Santana, gerente.

Parceiros da Comunidade Virtual

Escrevendo o Futuro
Canal Futura; Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec); Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed); Ministério da Educação (MEC); União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

Parceiros do CD Brasil Hoje

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea/MDS); Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Sistemas Integrados de Acompanhamento Financeiro (SIAF); Unicef.

Abrangência geográfica

Território nacional

Público atendido

Professores e gestores de estabelecimentos de ensino.

Investimento

R\$ 4,00 mil para os dois projetos

Mais informações

www.escrevendo.cenpec.org.br



Alfabetização digital no campo

Caia na Rede inicia jovens agricultores no uso das tecnologias e apoia qualificação profissional

Maurílio de Jesus, 20 anos, é um dos tantos minifundiários dedicados à produção de alimentos na região do Baixo Sul da Bahia, também conhecida como Costa do Dendê. Com a família – pai, mãe e irmãos –, concentra-se na cultura temporária da mandioca nos três hectares de sua propriedade, situada na Serra do Sal, município de Valença, subregião de Salvador. Ultimamente, porém, ele passa a maior parte do tempo a 200 quilômetros de sua residência, na Casa Familiar Rural de Presidente Tancredo Neves, no município de mesmo nome.

O jovem agricultor não pensa em migrar para a cidade. Seu grande interesse, agora, é aumentar a produtividade da plantação e ficar por dentro de novas técnicas relacionadas a atividades agropecuárias. O cultivo de banana e cacau ele já domina. No momento, se debruça sobre defumados e embutidos. Tudo isso ele aprendeu na Casa Familiar, que participa do projeto Caia na Rede – uma iniciativa da Fundação Odebrecht, em parceria com a Dell,

a Microsoft e a Oi. Jesus pretende ir ainda mais longe para tirar partido da terra, de onde sai o seu sustento e o da família. Essa disposição é uma prova de que a iniciativa da Odebrecht está alcançando seu objetivo: proporcionar conhecimentos e aptidões básicas de computação, tão necessários à conquista de novas oportunidades.

Participantes conseguem aplicar, na lida com a terra, o que descobriram por meio dos recursos digitais.

Embora tenha concluído o ensino médio – condição, aliás, para participar do Caia na Rede –, ele nunca tinha estado frente a frente com um computador. Por isso, primeiro teve de se familiarizar com a máquina e treinar digitação de textos. Hoje, já navega na internet. “Na Casa Familiar, uso o computador todo dia, para fazer pesquisas sobre agropecuária,

para me divertir e mandar *e-mails*”, conta. Quando está em casa, isso só é possível uma ou duas vezes por semana, pois precisa se deslocar até Tancredo Neves para ir a uma *lan house*.

O jovem só tem elogios para a Casa Familiar. Não à toa. Esse tipo de escola, que dá formação específica a pessoas que vivem no campo, é uma boa oportunidade para que pequenos proprietários rurais adquiram conhecimentos úteis. Nos cursos, aprendem a fazer planilhas e montar apresentações em PPT. E o melhor de tudo é que conseguem aplicar, na lida com a terra, o que descobriram por meio dos recursos digitais. “A mandioca é um cultivo anual. Então, com a ajuda do computador, faço planejamento durante seis meses, desde a preparação da área a ser cultivada até a venda da produção”, conta Jesus. “E também posso calcular a receita líquida que terei”, acrescenta. Nada disso seria possível se o moço nunca tivesse saído da casa de sua família, que nem energia



Filhos de pequenos agricultores do Sul da Bahia aprendem com os recursos da internet a aumentar a produtividade de suas terras

Fotos: Divulgação



Eles caíram mesmo na rede, como sugere o nome do projeto mantido pela Odebrecht. É a tecnologia mudando a vida dos minifundiários

elétrica tem. Para ouvir músicas e notícias, só apelando para um velho rádio a bateria. Agora inserido no mundo digital, o baiano da Costa do Dendê não abre mão de seus dois celulares pré-pagos. Ele acha que as promoções oferecidas pelas operadoras compensam: “Usar novas tecnologias faz bem à gente”.

Fixar o homem no campo

O Projeto de Alfabetização Digital Caia na Rede foi criado em 2005 pela Construtora Norberto Odebrecht. A ideia era melhorar a qualificação dos trabalhadores da construção civil e das comunidades próximas à obra da PRA-1, plataforma fixa da Petrobrás para exploração de petróleo no Recôncavo Baiano. Nos computadores do centro de treinamento, foram capacitadas 1,9 mil pessoas em informática básica. Em 2008, o programa chegou à obra da Usina Hidrelétrica São Salvador (TO), que iniciou 1,2 mil trabalhadores e moradores do entorno no uso da tecnologia. No ano seguinte, a Norberto Odebrecht reformulou o projeto para ampliá-lo por meio de parcerias. Em maio de 2009, a Construtora Norberto Odebrecht, a Dell, a Microsoft e a Oi assinaram o Acordo de Cooperação na Casa Familiar Rural de Presidente Tancredo Neves.

Na região, há 11 municípios com

270 mil habitantes. Grande parte é jovem, segundo Clóvis Faleiro, coordenador do Caia na Rede na Fundação Odebrecht. “A educação local deixa a desejar, a região está à margem da tecnologia, que nem chega ao interior ou à zona rural”, diz ele. Somam-se a isso as dificuldades de conexão à internet. Enquanto os parceiros providenciam computadores, *softwares* e *links*, a formação de monitores e educadores em Pedagogia da Alternância fica a cargo da Fundação. Nesse grupo de pessoas dispostas a ajudar, estão engenheiros agrícolas, veterinários e biólogos, entre outros profissionais voluntários. O curso dura três anos, ao longo dos quais o aluno aprende fruticultura, cultura de mandioca, análise do solo e da água e técnicas de irrigação. O Projeto Caia na Rede também reforça conteúdos de português e matemática, utilizando o método Paulo Freire. “Acreditamos que essa é a nossa forma de contribuir para a fixação do homem no campo”, afirma o coordenador.

Firmado o acordo entre as empresas, a meta seguinte foi implantar o Caia na Rede em 43 obras da construtora no Brasil e nos projetos educacionais apoiados pela Fundação Odebrecht no Baixo Sul da Bahia. Em 2009, o Projeto chegou a 18,3 mil pessoas atendidas.

Projeto

Projeto de Inclusão Digital Caia na Rede

Instituições responsáveis

Odebrecht Engenharia e Construção e Fundação Odebrecht.

Gestores

Clovis Faleiro, relações institucionais da Fundação Odebrecht; Emilio Munaro, diretor de cidadania corporativa da Microsoft; João Cumerlato, responsável de TI da Odebrecht Engenharia e Construção.

Parceiros

Dell; Microsoft; Odebrecht; Oi.

Abrangência geográfica

Baixo Sul da Bahia

Público atendido

18.299 pessoas, desde 2005

Investimentos

A Microsoft doou 800 licenças do Windows Vista e 800 licenças do Office 2007 e forneceu o Curso de Alfabetização Digital, totalizando um investimento de R\$ 1,2 milhão; a Dell cedeu 215 computadores para a Fundação Odebrecht, dos quais 151 foram para o Baixo Sul da Bahia, totalizando um investimento de R\$ 500 mil; a Fundação Odebrecht aportou em 2009, entre investimentos e custeio, R\$ 55 mil para a aquisição de equipamentos, infraestrutura e recursos humanos; a Oi garantiu por 12 meses a conectividade nos projetos, investindo R\$ 120 mil.

Mais informações

www.fundacaodebrecht.org.br

Novas oportunidades no Jari

Em região de alto risco social, o Interação Digital trabalha por inclusão e qualificação profissional.



fotos: Divulgação

A Fundação Orsa mudou a vida de populações amazônicas. Isoladas anos atrás, hoje estão integradas via internet a todo o Brasil.

Superação é o presente. Sonhar em ir adiante, um projeto de vida. Essas são as convicções que movem Rafael Brito de Souza, auxiliar administrativo na NDR Empreendimentos Florestais, prestadora de serviços ao Grupo Orsa, em Monte Dourado (PA). À noite, ele cursa o 3º ano do ensino médio. E adianta: pretende ir para a universidade, em Macapá, distante 250 quilômetros da palafita onde mora com os pais e sete irmãos.

Desde agosto de 2009, o jovem frequenta o Centro Interativo de Tecnologia (CIT), licenciado pela Microsoft à Fundação Orsa. Na ida, leva uma hora para ir de caiaque e ônibus até o CIT do distrito de Monte Dourado, onde fica a sede do grupo no Jari, município de Almeirim (PA). Na volta, faz todo o percurso de ônibus em pé. Nada demais não fosse a prótese na perna, amputada quando ele nasceu. “Às

vezes, incomoda”, admite. Mas isso não o impede de andar de bicicleta. Tampouco a má-formação na mão esquerda é empecilho para o rapaz digitar. “Se passar no Enem, quero ir para Macapá”, planeja. E cita o conhecido “sou brasileiro, não desisto nunca” para reafirmar seu propósito de seguir em frente, apesar das dificuldades. Segundo Rafael, o CIT contribui bastante para melhorar sua qualidade de vida. Ainda mais em uma região como o Vale do Jari, onde grassam drogas e alcoolismo.

Investimento social

O Projeto Interação Digital foi iniciado em 2008, com a implantação de dois CITs. Este ano, há nove unidades em funcionamento e a previsão é de que outras cinco estejam prontas até o final de 2010. O objetivo é ampliar, por meio da tecnologia, as condições de acesso à

informação para formar e qualificar as comunidades atendidas.

O pedagogo Lee Oswald Siqueira, há 12 anos na Fundação Orsa, é o responsável pelo Interação Digital. Trabalhar no Jari não é fácil. Como não é em qualquer região “em estado de guerra”. É praticamente assim que se encontra a localidade desde o retumbante fracasso da Fordlândia. Nessa gleba de terra, bem no meio da Amazônia, o americano Henry Ford, um dos expoentes da indústria automobilística no século 20, tentou produzir látex em escala industrial, principal matéria-prima para a borracha usada nos pneus de seus carros. Hoje, a situação por lá, que já era grave, ficou pior, com o fechamento dos garimpos.

A Orsa chegou ao lugarejo em 2000, apoiada em um estudo de viabilidade feito pela Fundação Getúlio Vargas. O retrato das condições em que vivia a população era

dramático: desnutrição, doenças, trabalho e prostituição infantil dominavam a cena, como resultado da ausência do poder público. Era preciso agir. As mudanças iniciais começaram a surgir com a metodologia Delis – Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável. Baseada em dois pilares – articulação e mobilização –, sua proposta é, basicamente, ajudar as populações

Os centros são espaços com dez a 20 computadores conectados à internet via satélite, que ficam abertos das 7 às 19 horas.

locais a se desenvolverem e a se tornarem capazes de suprir as próprias necessidades.

Como nos tempos da Fordlândia, no Jari há muita mata e pouca gente, apesar das 96 comunidades ribeirinhas. No começo, lembra Lee Oswald, o CIT se resumia a dois computadores instalados em cima de um caminhão para “qualificar” homens, mulheres e crianças. Hoje, esses centros são espaços com dez a 20 computadores conectados à internet via satélite, que ficam abertos das 7 às 19 horas. A alfa-

betização digital está a cargo de voluntários da Orsa. A capacitação em vendas, empreendedorismo e informática é a meta de 90% dos cursos a distância. O parceiro é a empresa Dr. Micro, de São José dos Campos (SP). Segundo o educador, dos 150 jovens formados pelos CITs no Vale do Jari, 90 estão no mercado de trabalho – 70% são empregados e 30%, donos do próprio negócio.

Para atender a outras populações amazônicas, surgiram mais quatro CITs em municípios como Vitória do Jari e Laranjal do Jari (AP), Almeirim e Monte Dourado (PA). Cada centro, instalado em áreas próximas a postos de saúde, está equipado com dez a 15 máquinas para atender fornecedores e prestadores de serviços dos maiores empreendimentos locais – Grupo Orsa e Vale.

O investimento social da Orsa provém do chamado Recurso Socialmente, contribuição fixa de 1% do faturamento bruto das empresas do grupo. Estas, independentemente dos resultados financeiros, fazem o repasse ao fundo. A Fundação inicialmente se voltou para a formação integral de crianças e adolescentes. Mas acabou por se especializar no desenvolvimento de tecnologias sociais em várias áreas – educação, saúde, geração de em-

prego e renda e garantia de direitos humanos. Hoje, também desenvolve ações que visam o fortalecimento de políticas públicas. Tudo pela autonomia e pela integração das comunidades, sobretudo nas esferas produtiva e social.

O modelo de atuação em rede da Fundação Orsa envolve colaboradores, financiadores e comunidades locais, além de universidades, órgãos governamentais, empresas e a sociedade civil organizada. São mais de 200 instituições parceiras de ações em todo o Brasil, entre organizações não-governamentais, órgãos dos três níveis de governo, associações de classe e outras empresas. O objetivo da fundação é criar programas e projetos eficientes, que possam ser replicados, tenham grande alcance e tragam benefícios à sociedade. No caso dos CITs, estão abertos à comunidade e conectados a escolas, igrejas, associações de amigos de bairro e sindicatos. Atendem, assim, a todos os públicos de acordo com suas necessidades.



Em plena mata, crianças iniciam seus primeiros passos no mundo da informática.

Projeto

Interação Digital

Instituição responsável

Fundação Orsa

Gestor

Lee Oswald Siqueira

Parceiros

Associação Telecentros de Informação e Negócios; Brascin; Dr. Micro – Sistema de Ensino; Grupo Orsa; Microsoft; Ministério das Minas de Energia.

Abrangência geográfica

Campinas, Carapicuíba, Itaberá, Itapeva, Nova Campinas e Suzano (SP); Monte Dourado (PA); Vitória do Jari (AM).

Público atendido

3,2 mil crianças, jovens e adultos por ano, em todas as unidades.

Investimento

R\$ 428 mil (orçamento para 2010)

Mais informações

www.fundorsa@fundacaoorsa.org.br
www.interacaodigital.org.br



Atendimento integrado à criança

Redeca propicia o acompanhamento global de menores, pelos órgãos públicos municipais.



fotos: Divulgação

A internet facilita o acompanhamento da criança e do adolescente, conforme prevê o ECA.

Sem articulação e mobilização dos poderes públicos e do Judiciário, de outras entidades e das comunidades locais, simplesmente não é possível colocar em prática o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ou dar a devida assistência ao adolescente que comete pequenas infrações. Essa é a opinião de Giany Pvoa, secretária de Assistência Social da prefeitura de Várzea Paulista, que fica na região de Jundiaí (SP). A cidade é uma das pioneiras na utilização do Redeca – Sistema de Informação das Redes pelo ECA, cujo módulo básico foi construído em parceria pela Fundação Telefônica e oito municípios paulistas (Araçatuba, Bebedouro, Diadema, Guarujá, Itapeccerica da Serra, Mogi das Cruzes, São Carlos e Várzea Paulista).

Na prática, o Redeca tem como proposta facilitar o atendimento da criança e do adolescente e a gestão

das políticas públicas voltadas à infância e juventude por meio do fortalecimento das redes locais. Ou seja, fazer a Saúde dialogar com a Educação, a família com a escola, a Assistência Social com a Cultura. Para isso, a Fundação Telefônica e as prefeituras investiram R\$ 315 mil no projeto. Em dois anos, um grupo de técnicos — composto por representantes da operadora e de mais 400 organizações locais — desenvolveu uma ferramenta para acompanhar o histórico de saúde e de educação de cada criança de uma comunidade, por meio de registros integrados.

Hoje o sistema está disponível gratuitamente na internet, para ser baixado, customizado e usado por qualquer município. Além de agilizar o atendimento, o Redeca evita multiplicidade de cadastros, facilita a consulta a vagas em escolas ou hospitais e permite análises da demanda. O mais importante: tem códigos

abertos, o que possibilita alterar as funcionalidades, de acordo com as necessidades de cada local. Para cidades com até cem mil habitantes, é preciso um servidor com pelo menos 1Gb. O sistema operacional pode ser tanto o Windows quanto o Linux e são aceitos os navegadores Internet Explorer e Firefox. Para conhecer melhor o sistema, é possível entrar com uma senha-teste de administrador em um *link* no portal Próménino.

Em Várzea Paulista, em um primeiro momento, à Secretaria de Assistência Social associaram-se as de Educação e Saúde, o Poder Judiciário, o Conselho Tutelar, a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaie) e a Casa Transitória (abrigo conveniado com a prefeitura). “Nós nos juntamos para desenhar um projeto de rede social porque, sem isso, não teríamos como ter uma rede eletrônica”, explica a secretária. A montagem do projeto levou dois anos e meio de trabalho junto com a Fundação Telefônica. Colocar em operação a versão local do Redeca (Entrando na Rede), “não é tão simples, nem automático”, ensina Giany. “Cada cidade tem sua própria história. Várzea Paulista é praticamente um bairro de Jundiaí”, afirma. A localidade se limita a um território de 35 quilômetros quadrados cuja população passou de 8 mil habitantes em 1970, para 100 mil em 1990, a maioria formada por jovens e migrantes vindos do Nordeste e regiões pobres do próprio Sudeste. É a típica cidade-dormitório.

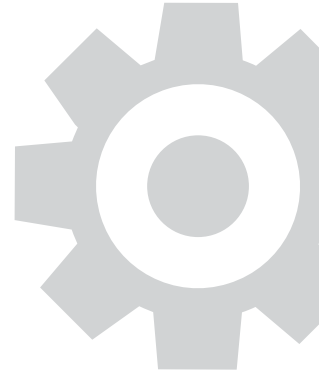
Foi nesse cenário que o Entrando na Rede começou a funcionar. Hoje, são 80 pontos de rede, e o número de entidades aumentou para cerca de 15. Na rede também está o

Novos Rumos, projeto da prefeitura de Várzea Paulista para atender crianças e adolescentes usuários de drogas. “Nós desenvolvemos medidas socioeducativas para menores infratores, como liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade, que levaram a Fundação Casa a reconhecer nosso trabalho como referência”, conta Gianly. Mas a experiência do Entrando em Rede também se refletiu nas principais políticas sociais da prefeitura: as secretarias de Assistência Social, Edu-

Com informações desencontradas, o atendimento acaba sendo fracionado”, aponta ele.

Essa preocupação levou a Fundação a usar a competência de negócios da Telefônica para a área social. “Rede e compartilhamento de informações foram o mote que, ainda em 1999, geraram o então avô do Redeca atual”, conta Mindlin. Segundo a Fundação, a integração das informações em rede é gradual, segundo o nível de complexidade dos municípios. O Redeca está

demandas prioritárias para novos desenvolvimentos do programa e estimula os participantes a contribuir. Com isso, procura manter a comunidade sempre aquecida.



Qualquer município pode implantar o sistema. Basta baixar o aplicativo gratuitamente, no Portal do Software Público Brasileiro.

cação e Saúde passaram a fazer um atendimento articulado.

Um tento para o Redeca, que, baseado no princípio do ECA de atendimento integral à criança e ao adolescente, de fato tem de ser feito “por toda a sociedade”, de acordo com o presidente da Fundação Telefônica, Sérgio Mindlin. Afinal, uma entidade sozinha não consegue implantar o sistema, e existe um conjunto de organizações que trabalham com crianças e adolescentes sem saber o que cada uma faz. “Mesmo que tenha família, uma criança em situação de rua pode estar cada dia em um lugar diferente.

disponível para *download* no Portal do Software Público Brasileiro e tem um serviço de suporte técnico para implantação gratuito. Para a implantação do sistema é importante a mobilização e integração dos atores do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente - SGDCA.

Nas seis cidades onde o Redeca está em funcionamento, foram atendidas 129,2 mil crianças (31% das quais no Guarujá) e se articularam em rede 323 organizações governamentais e não governamentais (36% em São Carlos). O Redeca está sempre em evolução. A Fundação Telefônica administra a organização das

Projeto

Sistema de Informação das Redes pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Redeca)

Instituições responsáveis

Fundação Telefônica; prefeituras de Bebedouro (Rede Criança e Adolescente), Guarujá (Rede Cardume), São Carlos (Infância e Juventude em Rede) e Várzea Paulista (Entrando na Rede).

Gestora

Gabriella Bighetti, gerente de Projetos da Fundação Telefônica.

Parceiros

Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social; International Institute for Child Rights and Development; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação); Prattein Consultoria em Educação e Desenvolvimento Social; SzIT Solutions.

Abrangência geográfica

Território nacional

Público atendido

Cerca de 130 mil crianças e adolescentes e 330 organizações governamentais e não-governamentais.

Investimento

Na fase de desenvolvimento, o custo total do software foi de R\$ 314,16 mil - a Fundação Telefônica investiu R\$ 174,44 mil e as cidades, R\$ 139,7 mil. Nas etapas de implantação e acompanhamento, a Fundação Telefônica destinou cerca de R\$ 32 mil, em 2009, e R\$ 50 mil para novos desenvolvimentos do sistema, em 2010. Os municípios destinam recursos para a compra de equipamentos e a contratação de pessoal especializado.

Mais informações

www.promenino.org.br
www.softwarepublico.gov.br



Bem articulados, setores da sociedade civil põem em prática a assistência aos menores.

Escolas públicas interligadas

Rede Jovem Comunica investe em novas tecnologias para impulsionar desenvolvimento de estudantes da periferia

Recursos não faltam para Jessica Araújo Nascimento realizar seu trabalho. Ela é responsável pela presença, na internet, do projeto Rede Jovem Comunica — uma das ações do Núcleo de Comunicação Comunitária São Miguel no Ar (NCCS), patrocinado pela Fundação Tide Setubal. O projeto dispõe de duas ilhas de edição, seis micros com Linux (distribuição Ubuntu), duas câmeras de vídeo em alta definição, quatro câmeras fotográficas digitais e três mesas de áudio. O principal objetivo é estabelecer uma rede de comunicação entre escolas públicas. Atualmente, essa rede é formada por cinco instituições: duas municipais, que têm laboratórios com 25 micros cada; e três estaduais, onde há 15 PCs em cada laboratório. “Usamos recursos da educomunicação para que os participantes da Rede Jovem Comunica se apropriem das tecnologias de comunicação e informática”, diz José Luiz Adeve, coordenador do Núcleo.

Estagiária contratada pelo Nú-

cleo, aos 19 anos Jessica faz curso pré-vestibular pago, no bairro de Itaquera, zona Leste de São Paulo. Ela começou a participar das oficinas do projeto em 2007. Paralelamente, fez um curso técnico

aprendeu a trabalhar em grupo: “Eu era muito tímida. Agora consigo me comunicar com as pessoas”.

Em 2007, antes da formação Rede Jovem Comunica, já era produzido o jornal bimestral *Voz do La-*

Os principais resultados foram a melhoria do desempenho escolar, sobretudo em língua portuguesa, e a aproximação entre educadores e educandos.

de informática. “Procurei o Núcleo porque estava interessada na bolsa”, admite. Seu trabalho consiste em divulgar as atividades do Núcleo por meio do blog, do YouTube e de redes sociais, como o Twitter e o Orkut. Além disso, Jessica coordena, nas escolas da rede, atividades como oficinas de montagem e postagem de *blogs*, produção de pautas para TV, rádio e jornal. “Não sei o que seria de mim sem o Núcleo. Agarrei a oportunidade com os dez dedos”, diz a moça. Integrante do grupo dos primeiros 30 jovens do projeto, nas oficinas do Núcleo ela

penna, com tiragem de 5 mil exemplares. As edições, sempre muito aguardadas pelos moradores do Jardim Lapenna, onde se localiza a sede do Núcleo, abordam temas de interesse geral, como as enchentes, comuns na região. “A ausência de políticas públicas é evidente. Morar aqui é remar contra a maré”, observa Adeve. No bairro, não existe uma única banca de jornal. “Antes do projeto, as pessoas se falavam, mas não se comunicavam”, conta o coordenador do Núcleo. Daí a importância de um programa com foco em comunicação.

Os primeiros passos do que viria a ser o Rede Jovem Comunica não foram fáceis. Uma das dificuldades foi selecionar os participantes do projeto. De cara, houve 150 interessados. No entanto, só 50 poderiam ser contemplados. Renda e vulnerabilidade social foram critérios importantes. O primeiro ano foi de reflexão sobre o espaço geográfico onde vivem os jovens que formaram as turmas iniciais. “São Miguel não pertencia a São Paulo”, lembra Adeve.

O projeto se desenvolveu em quatro etapas: Cultura Digital e Cidadania (para produção de texto e letramento); O que a minha escola



fotos: Divulgação

Os jovens da comunidade hoje podem difundir sua produção musical pela internet



São Miguel Paulista está no ar. É o Projeto Rede Jovem Comunica o responsável por divulgar o que acontece no bairro paulistano.

tem? (aprendizado da convivência na diversidade, construção de *blogs*, qualificação da navegação na *web*); Falar e ouvir – memória individual e coletiva (abordagem das singularidades e características locais, e sua difusão por meio do rádio); Rede de comunicação/Sociedade em rede para transformação (vivência da solidariedade e produção de conhecimento com compartilhamento). Agora o projeto está no estágio de construção da rede, o mais extenso, que vai até julho de 2011.

Melhor desempenho escolar

Os principais resultados do Rede Jovem Comunica, de acordo com a Fundação Tide Setúbal, foram a melhoria do desempenho escolar dos jovens integrantes do projeto, sobretudo em língua portuguesa, e a aproximação entre educadores e educandos. O alcance do programa está circunscrito a 140 alunos

e 40 professores da rede pública. Os jovens das escolas de São Miguel Paulista integram o Grupo Jovem Comunica, voltado a conhecer e produzir comunicação por meio de diferentes linguagens. Mais 420 alunos da escola estadual Schiniquichi Agari participam do Projeto Rádio Ação.

Muitos aspectos do projeto merecem destaque. Mas, segundo a Fundação Tide Setúbal, entre os mais significativos para a comunidade, estão a programação de rádio e TV – criada e produzida pelas cinco escolas e veiculadas na internet; a troca de experiências possibilitada pela interatividade; a ampla divulgação de soluções tecnológicas, em conjunto com empresas que desenvolvem ações de responsabilidade social; e a utilização do projeto para educação a distância, com linguagem e estética próprias, identificadas com o público dos ensinos médio e fundamental.

Projeto

Rede Jovem Comunica

Instituição responsável

Fundação Tide Setúbal

Gestor

José Luiz Adeve, coordenador do Núcleo de Comunicação Comunitária São Miguel no Ar.

Parceiros

Escolas estaduais Eng. Pedro Viriato Parigot, Reverendo Urbano de Oliveira Pinto e Shiquichi Agari; escolas municipais Antonio Carlos de Andrada e Silva e Dom Paulo Rolim; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho.

Abrangência geográfica

São Miguel Paulista e região.

Público atendido

Atualmente, 580 alunos e 30 professores.

Investimento anual

R\$ 77.528,00

Mais informações

nccsaomiguelnoar.blogspot.com
www.ftas.org.br



Ensino ganha qualidade

Escola que Vale investe na capacitação de professores, supervisores e diretores de escolas públicas.



fotos: Divulgação

O Escola que Vale aposta na formação continuada de educadores como meio de melhorar a qualidade do ensino público brasileiro

Paragominas, município do Nordeste do Pará, fica em um Brasil que tem mais floresta do que gente. Na área de cerca de 20 mil quilômetros quadrados, a densidade demográfica não passa de um habitante por 4,7 km². Lá, vivem menos de cem mil brasileiros. Mas nessa pequena cidade paraense, assim como em outras localidades onde a companhia Vale tem minas, a empresa implantou um projeto de inclusão tecnológica que pode ser decisivo para melhorar a qualidade do ensino: o Escola que Vale.

Criado há dez anos, o projeto, sob responsabilidade da Fundação Vale, tem como foco o aperfeiçoamento dos educadores por meio de um processo de formação continuada de professores, supervisores e diretores de escolas públicas. Uma tarefa, diga-se, nada fácil em uma cidade onde a rotatividade dos docentes é muito alta. A princípio, a

proposta não foi vista com bons olhos. Os professores temiam sobrecarga de trabalho. “Convencê-los a aderir foi um trabalho de formiguinha”, conta a pedagoga Marlene de Lima, coordenadora da Secretaria Municipal de Educação e do Escola que Vale, que chegou em Paragominas em 2003.

Formação presencial

O ponto de partida do Escola que Vale foi um curso de formação presencial com duração de dois anos, organizado pela Comunidade Educativa e Documentação para a Ação Comunitária (Cedac), parceiro da Vale. Além de responsável pela proposta pedagógica, a Cedac se incumbiu da supervisão das aulas presenciais e a distância, e da contratação e coordenação da equipe. “Nós tínhamos de mudar a concepção tradicional de ensino, dando ênfase à alfabetização”, ex-

plica Marlene. Segundo ela, 60% dos resultados foram positivos. A própria Secretaria de Educação passou a ter outra conduta, deixando de lado o diário de classe como parâmetro de avaliação dos professores. A capacitação continua, hoje a distância.

A participação da Cedac na Fundação Vale começou antes da privatização. A empresa tinha uma boa carteira de projetos, “mas eram todos desarticulados”, conta Tereza Perez, diretora da Cedac e gestora do programa. “Por isso, propusemos o Escola que Vale”, explica. A ideia era começar com poucos estabelecimentos de ensino por município, imaginando que replicariam a iniciativa. “Uma ilusão, isso não funciona na escola pública”, justifica Tereza. E menos ainda no Pará, onde é intenso o movimento migratório. Em resumo, a experiência piloto com quatro escolas foi por água

abaixo. Entre outros motivos porque as educadoras ganhavam (ganham ainda) muito mal, os prefeitos não realizavam concursos. Muita gen-

Os educadores mudaram o modo de trabalhar, o que resultou na própria reorganização das secretarias de Educação.

te, contratada recebia salários até novembro, aí vinha a dispensa e a recontração no começo do ano. “O dinheiro público ia pelo ralo”, observa a diretora da Cedac.

A instituição mudou a direção do programa e passou a trabalhar com toda a rede pública municipal, dando atenção especial à educação infantil ou aos anos iniciais do ensino fundamental. Nessa etapa, o Escola que Vale envolveu, em média, 200 professores por localidade. Como a formação também incluía os diretores, a repercussão na política

pública de educação foi positiva. “Os educadores mudaram o modo de trabalhar, o que resultou na própria reorganização das secretarias de Educação”, explica a diretora da Cedac. Ela ressalta que desde o início da implementação do Escola que Vale o atendimento presencial era associado ao virtual. Há uma década, isso era complicado, pois computadores na rede de ensino eram uma raridade. Isso mudou.

Há cinco anos, por exemplo, ninguém sabia que os dados do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação estavam no portal do Ministério da Educação. De acordo com Tereza Perez, o uso da tecnologia é absolutamente indispensável ao cotidiano do professor – estudar, preparar aula, acompanhar o aluno. Afinal, produzir no computador é mais fácil.

Até meados de 2010, o Escola que Vale beneficiou cerca de 293 mil pessoas, entre educadores (com os quais o programa trabalha

diretamente) e alunos (beneficiados indiretamente em razão da melhoria das condições de aprendizagem). O Projeto Escola que Vale considera usuários do ambiente virtual de trabalho as coordenadoras locais dos municípios participantes. Entretanto, todos os profissionais da rede pública têm acesso à Casa do Professor, um espaço cedido pelas prefeituras e equipado pela Fundação Vale com biblioteca e computadores conectados à internet. Além disso, o portal do Escola que Vale também é uma referência para os 7.431 educadores que participam do programa, com publicação de notícias nos diferentes municípios.

Projeto

Escola que Vale

Instituição responsável

Fundação Vale

Gestora

Tereza Perez, diretora executiva do Centro de Educação e Documentação para a Ação Comunitária (Cedac).

Parceiro

Comunidade Educativa e Documentação para a Ação Comunitária (Cedac)

Abrangência geográfica

29 localidades (26 municípios e três distritos) onde a Vale atua: sete no Maranhão; 12 no Pará; oito em Minas Gerais; e dois no Espírito Santo.

Público atendido

Educadores (professores, supervisores, diretores) da rede pública municipal da educação infantil e dos primeiros anos do ensino fundamental (os níveis e as séries atendidos variam de acordo com o município).

Investimento

Informação não disponível

Mais informações

www.escolaquevale.org.br



Os focos da Fundação Vale são a educação infantil e também o ensino fundamental

Crianças muito espertas

KidSmart, além da escola pública, chega a instituições que promovem o desenvolvimento de pessoas com necessidades especiais.

A história da Kibô-no-lê confunde-se com a de sua criadora, a japonesa Koko Ichikawa. Ela nasceu durante a Segunda Guerra Mundial e, em 1958, imigrou para o Brasil. Na bagagem, trouxe seu sonho: ajudar pessoas com necessidades especiais. Logo que chegou aqui, criou um serviço de assistência a excepcionais no templo Nippaku do Brasil, em São Paulo. Mas, em 1962, Koko achou que já era tempo de fundar sua própria entidade. Assim, saiu do templo e criou a Kibô-no-lê, na Vila Brasilândia, bairro da periferia paulistana. No início, a entidade funcionou em sua residên-

cia – e ela não hesitou em abrir as portas para alguns hóspedes. Anos depois, recebeu a doação de um terreno em Itaquaquetuba, na região metropolitana de São Paulo, e transferiu para lá a Kibô-no-lê, onde ampliou o atendimento. Em 1970, finalmente, a Kibô-no-lê foi oficializada como Sociedade Beneficente Casa da Esperança.

A dedicação de Koko aos deficientes foi tamanha que, claro, não passou despercebida. Pouco a pouco, foi atraindo uma legião de amigos – donas-de-casa, associações de bairro, igrejas, hospitais, empresários e estudantes de várias classes

sociais e faixas etárias. Formou-se uma aguerrida rede de voluntários que saem a campo em busca de apoio para os programas da instituição. Um dos que mais chamam a atenção é o Projeto Kibotech. Coordenado por Maurício Miyasaki, diretor voluntário da Kibô-no-lê, visa inserir os deficientes intelectuais atendidos pela entidade no mundo tecnológico. A IBM Brasil foi uma das empresas que abraçaram a causa e tratou de adaptar o Projeto KidSmart para a Casa da Esperança. Entre os 90 internos com deficiência intelectual, foram selecionados 21, na faixa de 30 a 62 anos — alfabetizados e com interesse por atividades ligadas à tecnologia.



fotos: Divulgação

O Projeto Kibotech visa inserir deficientes intelectuais no mundo tecnológico

Tecnologia como terapia

Grande parte deles não se expressa verbalmente. Comunicam-se por meio de gestos. São muitos os fatores por trás do problema mas, segundo especialistas, a falta de estimulação global precoce é o grande agravante. Daí a importância de apostar nos recursos terapêuticos proporcionados pela Tecnologia de Informação (TI). “A terapia ocupacional ajuda na inserção social – e mais ainda se contar com os recursos da TI”, garante a terapeuta Elaine Clair Teixeira, há quase dez anos na Casa da Esperança. Os progressos são notáveis: “O interno desenvolve a parte cognitiva, passa a se comunicar com a família, treina postura para manipular os equipamentos e até mesmo aprimora noções de higiene, pois cabe a ele parte da tarefa de cuidar dos computadores”, continua a especialista. Em outras palavras, ele melhora sua qualidade de vida



O KidSmart, instituído pela IBM Brasil, é uma ferramenta lúdica de aprendizado que já beneficiou centenas de crianças.

e se sente mais feliz. “Idade não é documento, capacidade intelectual é”, resume Elaine, para explicar a importância dessa iniciativa. Ela conta que a sala Kibotech é equipada com cinco PCs e um KidSmart, devidamente adaptado para adultos por Antonio Takenaka, da equipe de manutenção da Kibô-no-lê. “É que o KidSmart, um computador em forma de brinquedo, foi pensado para

O projeto beneficiou cerca de 234 mil crianças de 39 cidades em 14 estados. Foram capacitadas aproximadamente 1.200 educadores e recreadores.

crianças”, explica a especialista.

O Projeto KidSmart da IBM Brasil, que possibilitou o desenvolvimento de deficientes intelectuais da Casa da Esperança, surgiu para atender aos alunos da educação básica da rede pública de ensino. Essas máquinas também ajudam a atualizar e a capacitar professores de creches e pré-escolas, contribuindo para sua inclusão digital e social. A exemplo do projeto Kibotech, hospitais e instituições do terceiro setor estão na mira da empresa. “É um

projeto mundial da IBM, que chegou por volta de 2002 ao Brasil”, informa Ruth Harada, executiva de Cidadania Corporativa da empresa. “Mas foi aqui que esse programa ampliou sua ação, chegando a hospitais e crianças com necessidades especiais”.

Para se ter uma ideia do alcance terapêutico, o KidSmart se revelou um instrumento valioso no tratamento de crianças com paralisia cerebral em clínicas de Recife (PE). E a IBM Brasil foi mais longe: desenvolveu um *software* especial para instalar em *notebooks* destinados aos pequenos pacientes que não podem sair do leito. “A terapia faz toda a diferença”, assegura Ruth. Porém, ela alerta, só o computador não basta. É preciso dar à máquina uma “roupagem pedagógica”. O trabalho conjunto da IBM Brasil com as secretarias estaduais de Educação ampliou os bons resultados do KidSmart, uma “ferramenta lúdica de aprendizado”, na definição da executiva. No total, já foram doadas mais de mil unidades do KidSmart, beneficiando cerca de 234 mil crianças de 39 cidades em 14 estados brasileiros. Foram capacitadas aproximadamente 1.200 pessoas, entre educadores, recreadores e voluntários.

Projeto

KidSmart

Instituição responsável

IBM Brasil

Gestora

Ruth Harada, executiva de Cidadania Corporativa da IBM Brasil.

Parceiros

Acacci (ES), Associação Fluminense de Reabilitação (RJ); Avape (SP); Beneficência Portuguesa (SP); Biblioteca Monteiro Lobato (SP); Casa Hope (SP); Casa Ronald (RJ); Cedau (SP), Centro de Educação Infantil do Projeto Sonho de Criança (SP); Creches dos Morros Chapéu Mangueira e Babilônia (RJ); Espaço de Inovações Tecnológicas em Mangaratiba (RJ); Fundação Bradesco (TO e MS); Fundações ABBR (RJ); HemoRio (RJ); Hospital da Baleia (MG); Hospital Marcio Cunha (MG); Hospital Pequeno Príncipe (PR); Instituto Ayrton Senna (SP); Instituto Fernandes Figueira (RJ); Instituto Pedro Leon Monassa Bessil (RJ); Kibo-no-lê (SP); Museu de Ciência e Tecnologia da PUC (RS); Obra Assistencial Nossa Senhora do Ó (SP); ONG Refazer (RJ); ONG Renascer (RJ); secretarias municipais e estaduais de Educação de Belo Horizonte, Caraguatatuba, Curitiba, Fortaleza, Hortolândia, Itaquera, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

Abrangência geográfica

39 cidades de 14 estados brasileiros (AP, BA, CE, DF, ES, MG, MS, PA, PR, RJ, RS, SP e TO).

Público atendido

234 mil crianças

Investimento

Informação não disponível

Mais informações

www.ibmcomunidade.com.br/Kidsmart

Professores que aprendem

Programa Algar Educa promove formação continuada de docentes e melhora qualidade do ensino

Débora Diniz Guimarães Freitas tem dez anos e cursa o 4º do ensino fundamental na escola municipal Profa. Sueli Contini Marques, de Franca (SP), onde estuda há um ano. Para ela, frequentar o laboratório de informática da escola não chegou a ser propriamente uma novidade. Ou seja, esse não foi seu primeiro contato com o mundo digital, pois tem computador conectado à internet em casa. Mas foi na escola, com a professora e laboratorista de informática Kênia Lúcia de Oliveira Pacheco Pires, que aprendeu a pesquisar, usar correio eletrônico e anexar arquivos. Ela gosta do que faz: “Em casa, mexo nos programas, faço pesquisas, mando e-mails”. Além dos joguinhos, claro.

Fundamentado no programa Algar Educa, do Instituto Algar Educa (IAR), o trabalho da professora Kênia no laboratório articula-se com o conteúdo dado em sala de

aula pela professora do 5º ano, Karina Aparecida Maximiniano Brito. Todas as semanas, os alunos têm atividade no laboratório. Como só há meia dúzia de computadores e cada sala tem 32 alunos, a turma é dividida em duas, cada uma com direito a usar o computador por 50

Capacitação de educadores é voltada para o desenvolvimento de conteúdos curriculares de português, matemática e ciências.

minutos. “Kênia e eu preparamos as aulas juntas”, conta Karina, que, antes da escola, onde está há três anos, tinha pouca experiência com computador. “Graças à formação do Algar Educa, agora sei o suficiente para trabalhar”, diz ela.

Na opinião da professora, o aces-

so ao laboratório e a maneira como o trabalho é conduzido contribuem muito para melhorar o desempenho das crianças: “Elas ganham em capacidade de leitura, produção de texto, autonomia na busca de informações. Em resumo, tornam-se muito mais bem informadas”.

O Algar Educa se destina a formar educadores para a melhoria da qualidade do ensino, define Carolina Toffoli Rodrigues, analista de programas sociais do IAR. O programa foi 100% desenvolvido pelo Instituto, com assessoria da Criação Consultoria. Tem como parceiros as empresas do grupo Algar, além de secretarias municipais de Educação e superintendências de ensino dos dez municípios de quatro estados onde está implantado. O Algar Educa começou nos 4º e 5º anos do fundamental, prioritariamente, mas, por adesão de professores, acabou por incluir também classes do 3º ano, e do 6º ao 9º anos.

O IAR foi criado em 2002, com foco em ações de educação, com ênfase na leitura e na escrita, sobretudo nas escolas públicas do ensino fundamental. A formação de educadores é voltada para o desenvolvimento de conteúdos curriculares de português, matemática e ciências, por meio de duas metodologias de ensino (a sequência didática e o projeto temático) e das tecnologias da informação e da comunicação (TICs). A formação de educadores dura, em média, três anos. “Tempo suficiente para transformar sem criar dependência”, ressalta Carolina.

O Algar Educa começou em 2008, em 13 escolas de cinco municípios – um de Goiás, três de



foto: Eugênio Pacelli

Desde o início da vida escolar, as crianças lucram se contarem com docentes preparados.



O Programa Algar Educa atendeu diretamente 10.099 alunos de cidades de Goiás, Maranhão, Minas Gerais e São Paulo.

Minas Gerais e um de São Paulo. No ano seguinte, expandiu para 88 instituições de ensino e mais uma unidade federativa, o Maranhão, onde a proposta pedagógica incluiu exclusivamente a língua portuguesa, face à defasagem do ensino nos demais estados. Em 2010, 77 escolas aderiram ao programa, sete das quais pela primeira vez. De 2008 para 2010, o Algar Educa mudou o critério para uso das TICs.

Nova proposta

No início, a proposta era articular o ensino da língua portuguesa e da matemática por meio das TICs. Partia-se da hipótese de que seria possível desenvolver o currículo dessas duas disciplinas com base no papel central das tecnologias, a exemplo de algumas experiências como a do projeto Um Computador por Aluno (UCA), do Ministério da Educação (MEC).

Contudo, essa proposta foi progressivamente redimensionada, por duas razões. Primeiro porque a realidade das escolas participantes mostrou a inviabilidade operacional de se construir um currículo centrado nas TICs, em razão da escassez de recursos tecnológicos disponíveis. O segundo motivo deve-se ao fato de que o programa não contemplava a aquisição dos equipamentos envolvidos. Em 2009, entre as escolas participantes do Algar Educa, apenas uma se beneficiaria de computadores recebidos do UCA. Além disso, de acordo com o IAR, as experiências conduzidas junto ao grupo de professores e alunos evidenciaram o papel instrumental das TICs: foi como ferramentas de aprendizagem que sua integração ao currículo se tornou possível.

Projeto

Programa Algar Educa

Instituição responsável

Instituto Algar

Gestora:

Carolina Toffoli Rodrigues, analista de Programas Sociais.

Parceiros

Balsas, Porto Franco (MA); Franca, Ribeirão Preto (SP); Ituiutaba, Pará de Minas, Patos de Minas, Uberaba (MG); secretarias municipais de Educação de Itumbiara (GO); Superintendências Regionais de Ensino de Pará de Minas e Uberlândia e Unidade Regional de Educação de Balsas (MA).

Abrangência geográfica

Dez cidades dos estados de Goiás, Maranhão, Minas Gerais e São Paulo.

Público atendido

Entre 2008 e 2010, entraram no programa 98 escolas (56 no Sudeste e 42 no Maranhão), nas quais foram atendidos diretamente 663 educadores e 10.099 alunos.

Investimento

R\$ 975 mil anuais, oriundos de recursos próprios.

Mais informações

www.institutoalgar.org.br



Estímulo às boas práticas

Instituto Claro apoia projetos com uso de TICs, como o ensino a distância no Colégio Militar de Manaus.



Fotos: Divulgação

Filhos de militares, sujeitos a frequentes mudanças de cidade, contam com ensino a distância de ótima qualidade.

A vida de militar, todos sabem, é uma vida cigana. Há aqueles que trabalham no exterior e há os que servem nas fronteiras – muitos dos quais não ficam mais de um ano em cada lugar. Tanta mudança até poderia prejudicar os estudos dos filhos desses homens. Não é o que acontece. No quesito educação, o Exército não deixa por menos. “Se o ensino a distância do Colégio Militar de Manaus não fosse bom, não teria durado de 2002 até agora”, gaba-se o major Robson Santos Silva, referindo-se ao projeto Convergência de Mídias do Curso Regular do Colégio Militar de Manaus, sob sua responsabilidade. Desenvolvido em 2002, o Ensino a Distância (EAD) do Colégio Militar de Manaus

(CMM) é considerado uma inovação importante do Sistema Colégio Militar do Brasil. Seu objetivo é oferecer educação básica de qualidade aos filhos e aos dependentes de militares que, em razão das frequentes movimentações, provavelmente sofreriam algum atraso em sua formação.

Programa modelo

Esse projeto foi um dos vencedores da primeira edição do Prêmio Instituto Claro, em 2009. Quando a operadora anunciou a criação do Instituto Claro (IC), em 2009, tinha em vista abrir espaço para que as inúmeras ações destinadas ao uso de novas tecnologias na educação, como essa do Colégio Militar

de Manaus, fossem divulgadas e tivessem continuidade. “O prêmio veio para suprir essa necessidade”, comenta Carime Kanbour, vice-presidente do Instituto e gerente de responsabilidade corporativa. O IC, conta a executiva, ficou satisfeito com a primeira edição do prêmio – foram inscritos 1.365 trabalhos, vindos de todos os estados. Para a entidade, o conhecimento é fator de transformação da sociedade e sua construção é fruto do encontro e da interação entre as pessoas.

O projeto de Manaus é um exemplo. A educação a distância entrou no ar em 2002, sob a coordenação do Departamento de Ensino e Pesquisa e da diretoria de ensino preparatório e assistencial do Co-

légio. O público-alvo são os filhos e os dependentes de militares em serviço na região Amazônica, particularmente em alguns dos estados sob jurisdição do Comando Militar da Amazônia (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima). O parâmetro para a escolha desses

da Marinha e da Aeronáutica.

Com mestrado em operações militares pela Academia Militar de Agulhas Negras, o carioca Robson Santos Silva, em Manaus há nove anos, cursou Pedagogia e Letras, além de um mestrado, em Educação. Sem contar uma dezena de

outras possibilidades, permitem a interatividade de professores e alunos, e destes entre si.

As últimas avaliações apontaram que 96% dos pais e dos alunos consideram os cursos dos ensinos fundamental e médio como “exce-lentes” e “muito bons”. E que 87% dos alunos que retornam ao ensino presencial têm rendimento igual ou superior ao que apresentavam antes. O aproveitamento é classificado como “pleno” – apenas 8% dos jovens tiveram dificuldades e 7% não se adaptaram. Mas o major Robson avisa: sem o apoio da família, o EAD não funciona. Implantado em 12 escolas militares, metade dos alunos concursados do ensino a distância do CMM não são filhos de militares. Dos 1.150 estudantes do Colégio, 378 estudam via internet – estejam eles nas 38 localidades do interior da Amazônia ou nos 34 países onde servem militares brasileiros, como Angola, China, Índia, Moçambique, Namíbia e Rússia, entre outros.

Além de agraciado com um prêmio em dinheiro pelo Instituto Claro, concorrendo com mais de 540 instituições de todo o país, o EAD do CMM foi classificado pelo E-learning Brasil como referência nacional na categoria Educacional Star.

A boa qualidade é a marca registrada do ensino oferecido aos filhos dos militares, estejam eles onde estiverem.

alunos foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A seleção levou em conta as dificuldades regionais de acesso às tecnologias da informação e comunicação, as peculiaridades culturais e as enormes distâncias entre as localidades e os grandes centros urbanos. A partir de 2004, o projeto passou a atender aos dependentes de militares que servem no exterior. É que eles também passam por dificuldades em razão das consideráveis diferenças entre o sistema educacional brasileiro e o de países onde os militares se encontram. E, como as dificuldades dos servidores são comuns às três armas, o Exército ampliou o EAD para atendimento ao pessoal

cursos *lato sensu*. Sua opção pelo EAD também resultou da percepção de que, hoje, a sala de aula, longe de ser atraente, é mesmo desinteressante. “O desafio era despertar o interesse dos alunos, e no sistema não-presencial”, conta o major Robson. As ferramentas existiam, mas era preciso integrá-las e fazer com que “falassem entre si”. O time do CMM entrou em campo e chegou lá. O EAD utiliza materiais impressos, CDs, DVDs e internet. Na *web*, a utilização de *softwares* livres, do portal educacional e do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) se mostraram extremamente eficazes. Com destaque para os sistemas Moodle e Mambo que, entre



Todos os anos, o instituto Claro premia ações transformadoras em todo o país.

Projeto

Prêmio Instituto Claro

Instituição responsável

Instituto Claro

Gestora

Carime Kanbour, vice-presidente do Instituto Claro e gerente de Responsabilidade Corporativa.

Abrangência geográfica

Território nacional

Investimento

Informação não disponível

Mais informações

www.institutoclaro.org.br



Pensamento no futuro

Crianças carentes de Pedra de Guariba têm acesso à tecnologia por meio do projeto De Dentro da Pedra



Fotos: Divulgação

Os 20 jovens atendidos pelo projeto De Dentro da Pedra disseminam muito do que aprenderam nas oficinas de informática

Sem dúvida, a meninada curte. Não é para menos: pode manusear equipamentos de alta tecnologia como computadores, filmadoras, máquinas fotográficas. Além de trabalhar com imagens, as crianças fazem *blogs*. É no litoral do Rio de Janeiro, em Pedra de Guaratiba, antes uma colônia de pescadores, hoje área de restaurantes chiques, que acontece o projeto De Dentro da Pedra, do qual participaram 20 jovens da comunidade, ligados ao Instituto Xuxa Meneghel. A iniciativa é financiada pelo Instituto Embratel. Débora Moreira, 14 anos, e a irmã Ana Clara, 11 anos, nasceram e foram criadas na localidade. Débora, no 8º ano do fundamental, não sabia muito de tecnologia. Mas entre todas

as opções, preferiu o computador: “Deu para saber melhor como se comunicar com quem mora longe”. Dayane Silva Santos, 11 anos, que cursa 6º ano do ensino fundamental, mora em Pedra de Guaratiba desde

já participou, monitora a segunda turma”. Ela prefere a câmera, “porque faz muita foto”, e diz que aprendeu “fácil” a mexer com a máquina. Com o material fotográfico passou a fazer montagens que posta no *blog*

Crianças de famílias com pouca escolaridade e baixa renda têm acesso a ferramentas tecnológicas que mudam a qualidade de sua inserção social

um ano de idade e, em novembro de 2009, foi para o Xuxa Meneghel. Ela e os três irmãos têm computador em casa, mas não conexão à internet. Todos usam para estudar. Hoje, está na segunda etapa do projeto De Dentro da Pedra: “A gente, que

e envia para os amigos. “Alguns têm computador, outros não. A gente usa o do Instituto Embratel”, conta.

O projeto terminou em outubro de 2009, informa a coordenadora do Instituto Embratel, Branca Heloisa. “Mas as crianças prosseguem



com as atividades no Instituto Xuxa Meneghel, parceiro do Instituto Embratel desde 2003”, relata a coordenadora do instituto, cujo ponto comunidade (espécie de telecentro), com conexão à internet proporcionada pelo Gesac, foi montado dentro do Xuxa.

O Centro de Convergência de Novas Mídias da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) fez uma adaptação de seus trabalhos ao do projeto. Em 2008, o pessoal da UFMG montou oficinas em Pedra de Guaratiba, precisamente nas instalações do Instituto Xuxa, e os primeiros formandos agora são multiplicadores. O conteúdo educacional é do Instituto Embratel, de acordo com Branca.

Ana Clara, 4º ano do ensino fun-

damental, quer ser médica quando crescer. Ela não tem computador em casa, mas gosta do equipamento que pode usar no projeto “para me desenvolver, pesquisar, mandar e-mails”. Ana Clara “adora” o projeto e gosta de ensinar pessoas de sua idade ou até mais velhas. “Ensino o que já sei”, conta. Ana Carolina Gomes, no 8º do fundamental, diz que com o vídeo produzido com a filmadora aprendeu sobre a importância do diálogo, do desenvolvimento, relacionamento, sustentabilidade. “Gosto de estudar, quero ser psicóloga, acho mais fácil lidar com crianças”, relata. No projeto, passou a ver sua comunidade de um jeito diferente do que via. “Passei a ajudar, falo com quem faz besteira. Eu gosto de Guaratiba”.

Projeto

De Dentro da Pedra

Instituição responsável

Centro de Convergência de Novas Mídias da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Gestora

Branca Heloísa Britto de Souza, coordenadora do Instituto Embratel.

Parceiros

Fundação Xuxa Meneghel e Instituto Embratel 21

Abrangência geográfica

Bairro de Pedra de Guaratiba (RJ)

Público atendido

20 jovens

Investimento

R\$ 70 mil

Mais informações

www.dedentrodapedra.blogspot.com
www.meipi.org/dedentrodapedra



Equipamentos de alta tecnologia estão ao alcance das mãos da moçada que vive no bairro de Pedra de Guaratiba, no Rio de Janeiro.

A vivência aliada à teoria

Com metodologia própria, projetos do Instituto Nextel têm foco na qualificação profissional.

Faltava só meio ano para Solange Pereira concluir o curso técnico de radiologia. Foi quando soube do programa Conexão Direta com o Futuro, oferecido pelo Instituto Nextel. Aos 26 anos, ela decidiu fazer o curso de seis meses. Hoje, é segunda supervisora de loja na unidade da avenida Paulista da Nextel Telecomunicações, em São Paulo. Sua função é gerenciar as atendentes, mas o plano é se tornar supervisora. “O que mais gostei no curso foi aprender inglês, essencial no atendimento”, conta.

Sua rotina é pesada. Só no percurso entre o Embu das Artes (Grande São Paulo), onde mora, e a avenida Paulista, são quatro horas para ir e voltar. Isso quando não há trânsito. À noite, cursa o 1º ano da Faculdade de Gestão Financeira das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), no bairro da Liberdade. Chega em casa no começo da madrugada, mas não se queixa: “Estou superfeliz, faria tudo outra vez”.

Constituído como Organização da Sociedade Civil de Interesse

Público (Oscip), o Instituto Nextel é mantido pela Nextel Telecomunicações. Oferece dois programas: Conexão Direta com o Futuro e o Conexão Digital, para os quais desenvolveu a própria metodologia de ensino. Nem de longe esses cursos substituem a educação formal dos

Embora a estrutura curricular seja única, cada cidade contribui com conteúdos locais.

jovens em situação de risco. Até porque não é essa a finalidade. O foco é a capacitação profissional. “Buscamos uma metodologia que se destacasse sobretudo pela qualidade”, explica Alejandro Raposo, presidente do Instituto Nextel e vice-presidente da Nextel Telecomunicações. Os quatro pilares sobre os quais se apoiam os projetos educacionais, de acordo com o Instituto, são: “fazer” (técnicas de atendimento ao cliente), “participar” (intervenção na sociedade), “conviver” (ações coletivas) e “conhecer” (acesso à informação).

Embora a estrutura curricular seja única, cada cidade em que os programas se desenvolvem contribuem com conteúdos locais. Em São Paulo, por exemplo, a grade incluiu aulas de yoga; no Rio de Janeiro, entram em cena o samba e a dança do coco; em Salvador, a dança afro. Foi uma estratégia para atrair as pessoas. Bem-sucedida, aliás, a julgar pelo interesse de várias empresas em adotar a metodologia. O Instituto Nextel até cogita cedê-la, mas mantendo-a sob seu gerenciamento.

Além de aulas de português, matemática, inglês e informática, os alunos aprendem técnicas de vendas e de atendimento a clientes. Eles também têm acesso a bens culturais, participando de excursões, visitando museus e indo ao teatro. E ainda recebem vale-alimentação para a cesta básica, material didático e pedagógico e uniformes. Ao concluir o curso, os participantes têm a oportunidade de fazer 15 dias de estágio na própria organização.

Projeto

Conexão Direta com o Futuro e Conexão Digital

Instituição responsável

Instituto Nextel

Gestora

Wandrea Ferreira, gerente de Responsabilidade Social da Nextel.

Parceiros

After Web; AgênciaClick; Centro de Criação de Imagem Popular; HayGroup; Instituto Cultural Steve Biko; OdontoPrev; Sodexo.

Abrangência geográfica

Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

Público atendido

Jovens entre 16 e 24 anos, em situação de risco social, que tenham concluído o ensino médio ou que estudem em escolas públicas. Em 2008, formaram-se 124 jovens. Em 2009, 390. E em 2010, só no primeiro semestre, a instituição atendeu a 366 jovens.

Investimento

Em 2009, R\$ 3 milhões; em 2008, R\$ 750 mil.

Mais informações

www.institutonextel.org.br



Foto: Divulgação

Em cada cidade, um conteúdo diferente.

COLETIVO DIGITAL

O Coletivo Digital é uma organização não governamental que desde o final de 2004 atua em projetos de inclusão digital e na disseminação do uso de Software Livre.

Atuamos como Pontão de Cultura, difundindo o uso e os benefícios do software livre em produções culturais.

Mantemos, o Barulho Lab, um portal de difusão de música brasileira independente através do uso de licenças livres.

Atualmente, o Coletivo Digital, dentro do Estado de São Paulo atua como um dos parceiros integrantes do programa Telecentros BR, uma iniciativa do Governo Federal que visa difundir o uso de software livre e proporcionar cursos e acesso livre a internet e computadores à população brasileira.

**"Conheça nossas
iniciativas e nossa
filosofia."**

visitem nossos sites

<http://www.coletivodigital.org.br>

<http://www.barulholab.com.br>

A um passo do primeiro emprego

Projeto de Capacitação Profissional tem como foco estudantes em vias de entrar para o mercado de trabalho

Camila Galani da Silva, 18 anos, tem múltiplas facetas. Gosta de matemática e química, de organizar eventos e tratar com o público, fez teatro durante oito anos no Sesi. Ela acabou o ensino médio em 2009. Estudou na Escola Estadual Rui Bloem, “uma das mais bem colocadas no Enem”. Neste segundo semestre, vai fazer cursinho para prestar vestibular em 2011. Marketing ou relações públicas, ainda não decidiu. Camila foi boa aluna também no curso de capacitação em informática do Instituto da Oportunidade Social (IOS), ligado à empresa Totvs. Seu talento foi reconhecido: em maio, ela foi contratada para tra-

balhar em uma loja do IOS. Ali, onde também funciona o estoque de produtos que são enviados para outras 40 lojas, Camila vende mochilas, canetas, canecas, chaveiros, porta-CDs e camisetas. A renda é revertida em benefício do próprio Instituto. “Antes, eu trabalhava com eventos”, diz Camila. “Eu me banco totalmente desde os 16 anos”, conta.

Fuçadora

Quando chegou ao Instituto, Camila estava familiarizada com o computador, pois tem um em casa. Curiosa, aprendeu a trabalhar com o Office “de fuçar”, como diz. No curso de capacitação, os módulos

de que mais gostou foram os de compras e contabilidade.

Por meio do IOS, a Totvs, uma das maiores empresas de *software* do país, promove a formação de jovens profissionais como Camila, utilizando seu próprio sistema de gestão empresarial, o Proteus. Segundo Kelly Christine Lopes, gestora do IOS e coordenadora de Responsabilidade Social da Totvs, a companhia parte do princípio de que quem sabe operar seu sistema é capaz de se sair bem com qualquer outro. “O IOS trabalha com conceitos de negócios, e isso não se aprende em cursos técnicos nem na universidade”, explica



Fotos: Divulgação

O Projeto de Capacitação Profissional e Inclusão no Mercado de Trabalho faz jus ao nome: suas ações rendem milhares de empregos.



Durante seis meses, jovens de baixa renda participam de aulas diárias de informática, complementares à formação escolar.

Kelly. O projeto também atende pessoas com deficiência física, visual ou auditiva.

Entre os parceiros do Instituto, estão fornecedores de *softwares* e empresas que oferecem laboratórios de informática (equipados com, no mínimo, 16 computadores, interligados em rede e com acesso a internet), além de *datashow* e sala de aula adicional (com lousa e carteiras), onde são realizados cursos de

de 15 a 21 anos, que estudem ou tenham concluído o ensino médio em escolas da rede pública. Outro público-alvo do IOS são as pessoas com deficiência física, visual ou auditiva. Na visão do IOS, cursos de inclusão digital de um modo geral deixaram de ser a porta de entrada para o primeiro emprego. Isso porque as empresas esperam muito mais do candidato a uma vaga. Por isso, o instituto tem como diferen-

nos seis meses subsequentes à formatura. Em 2009, o treinamento foi anual, com aulas de duas a três vezes por semana. A partir de 2010, essa preparação passou a ser semestral, com aulas diárias. A meta do IOS é direcionar para o mercado de trabalho 35% dos seus alunos até dezembro deste ano.

Os jovens aprovados saem com perfil para atuar como operadores administrativos do software de gestão da Totvs ou de qualquer outro sistema disponível no mercado.

extensão escolar, oficinas diversas e atividades multidisciplinares. Esses colaboradores também arcam com os custos de manutenção de toda a infraestrutura. A Totvs doa as licenças de treinamento do Proteus; a Microsoft, as do Office 2007; e a Panda, as licenças do antivírus. Até o primeiro semestre de 2010, o projeto tinha oito unidades de atendimento (empresas privadas ou entidades beneficentes), que cedem a infraestrutura para o treinamento. A equipe pedagógica fica a cargo do Instituto.

A missão do instituto é apoiar e monitorar jovens de baixa renda,

cial ir além da formação básica. Ao final do treinamento, os jovens aprovados saem com perfil para atuar como operadores administrativos do *software* de gestão da Totvs ou de qualquer outro sistema disponível no mercado.

A empregabilidade dos alunos começou a ser medida em 2009. De acordo com o IOS, todos os portadores de deficiência (6% dos alunos) conquistaram vaga no mercado de trabalho. Em julho de 2010, formaram-se 20 deficientes, todos foram contratados pela própria Totvs. Cerca de 35% dos jovens aprovados conseguiram emprego

Projeto

Capacitação Profissional e Inclusão no Mercado de Trabalho – Jovens de Baixa Renda e Pessoas com Deficiência

Instituição responsável

Instituto da Oportunidade Social

Gestora

Kelly Christine B. do Valle Lopes, coordenadora de Responsabilidade Social da Totvs.

Parceiros

Camp Oeste; Estácio Uniradial; Igreja Betel; Microsoft; Obra Social Dom Bosco; Obra Social São Francisco Xavier; Pontual; Panda Security; TI Educacional.

Abrangência geográfica

Campo Grande (MS); Goiânia (GO); Manaus (AM); Rio de Janeiro (RJ); São Paulo, Diadema e Osasco (SP); Uberlândia (MG).

Público atendido

O Instituto abre 1.300 vagas anuais. De 1998 a 2009, foram formados 19.880 jovens. Em 2010, 1.490.

Investimento anual

R\$ 1,6 milhão

Mais informações

www.ios.org.br

Estudantes mais preparados

Programa Intel Aluno Técnico capacita estudantes do ensino médio a usar a informática para o trabalho



fotos: Divulgação

Estudantes do ensino médio frequentam cursos profissionalizantes com módulos de montagem e manutenção de computadores

Nos últimos dez anos, a Intel já destinou à Educação, nos vários lugares do mundo em que atua, mais de US\$ 1 bilhão. No Brasil, a empresa mantém cinco programas, destinados a diferentes públicos. O Intel Aluno Técnico é voltado para a inclusão digital e a capacitação profissional de jovens, sobretudo do ensino médio da rede pública.

Em setembro de 2004, um acordo de cooperação firmado entre o principal executivo da Intel, Craig Barret, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, deu início ao programa, envolvendo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Ministério da Educação (MEC) e o Senai. Um ano depois, o MTE concedeu à Intel um prêmio de reconhecimento pelas contribuições do Intel Aluno Técnico ao programa Primeiro Emprego, do governo federal. Na ocasião, a assinatura de outro termo de colaboração garantiu a expansão do projeto para todo o Brasil.

São duas as modalidades do curso profissionalizante do Intel Aluno Técnico: montagem e manutenção

de computadores. “É uma criação brasileira e deu tão certo que estamos exportando o modelo para o México”, conta Rubem Saldanha, gerente de educação da Intel Brasil. A metodologia foi desenvolvida pela MStech para a Universidade Estadual Paulista (Unesp), *campus* de Bauru, que procurou a empresa para propor a criação de um curso de capacitação em informática com

A internet abriu janelas de oportunidades para os estudantes, que completam sua formação à moda do século 21.

as características do Aluno Técnico.

O conteúdo dos cursos é dividido em cinco módulos, com 80 horas de aulas presenciais, abrangendo tópicos como reconhecimento das principais placas de um computador; teste das placas; montagem e configuração de redes (cabeamento; *switches*; conceitos; solu-

ção de problemas); instalação dos *drivers* das placas e periféricos e leitura das instruções nos *sites* dos fabricantes; sistemas operacionais (proprietários e livres) e *backup*. No último dia de aula, os alunos passam por um teste *online*, por meio do portal do curso, durante meio período. Nos cinco anos de existência, o programa já formou mais de 5 mil alunos e 400 multiplicadores – como são chamados os professores –, envolvendo duas dezenas de parcerias.

A porta de entrada para o início de um novo curso ou convênio é sempre a Intel Brasil. A MStech faz a seleção dos futuros multiplicadores (o aproveitamento mínimo exigido é de 70%). Em seguida, começa a formação que, em uma fase posterior, é acompanhada pela MStech por meio do portal. O conteúdo, expresso nas cartilhas da mídia eletrônica e na metodologia, pertence à Intel, que também emite os certificados e faz o controle final de qualidade. O pagamento pelo trabalho da MStech é responsabilidade da

Intel ou dos parceiros, dependendo do convênio assinado.

No momento, o maior programa em andamento é o da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul – 70 multiplicadores se encarregam de formar 2 mil alunos da rede pública gaúcha, entre o segundo semestre de 2010 e o primeiro de 2011. Mas já estão sendo feitos acordos com o Exército brasileiro em Brasília e nos estados do Ceará, Pará e Pernambuco, dentro do projeto Soldado Cidadão. No conjunto, essa pode vir a ser a ação mais abrangente do Aluno Técnico.

Método aprovado

A demanda para os cursos é crescente, mas há uma limitação no formato atual. São 80 horas presenciais, com acompanhamento pelo portal do programa. Os professores, em turmas de 20, ocupam bancadas de dez máquinas, duas para cada um. A MStech se incumb

be da formação dos mestres e do acompanhamento do *site*, orientando e respondendo às perguntas. A mesma metodologia aplica-se aos alunos. “Por isso é que não podemos abrir um grande número de turmas simultaneamente”, explica Saldanha. Os resultados têm sido muito satisfatórios. Segundo o gerente de educação da Intel, alguns clientes até gostariam de aumentar a escala de atendimento. “Talvez a saída seja mesclar as aulas presenciais com o ensino a distância, mas isso ainda está em estudos”, diz o gerente de Educação da Intel Brasil.

A Intel também mantém convênio com o MEC no programa Aluno Integrado, cuja proposta é qualificar alunos da rede pública em tecnologia digital. Todo o conteúdo do curso presencial desse programa é de responsabilidade da multinacional.

Projeto

Intel Aluno Técnico

Instituição responsável

Intel Brasil

Gestor

Rubem Saldanha, gerente de Educação da Intel Brasil.

Parceiros

Centro de Integração Empresa-Escola – Cíee; Centro Paula Souza; Centro Profissionalizante de Itanhaém; Companhia de Processamento de Dados do Município de São Paulo (Prodam); Exército Brasileiro; governo federal; Instituto Centro de Ensino Tecnológico (Centec – Fortaleza-CE); Prefeitura de São Paulo/Idort; Secretarias de Educação de Goiás e do Rio Grande do Sul; Senai; Universidade Estadual Paulista (Unesp); empresas privadas.

Abrangência geográfica

Brasil e México

Público atendido

Jovens com até 21 anos, em geral estudantes do ensino médio. Desde junho, o projeto vem sendo aplicado também a soldados do Exército Brasileiro.

Investimento

Informação não disponível

Mais informações

www.alunotecnico.com.br



Muito procurados, os cursos de capacitação têm como meta formar multiplicadores, encarregados de formar alunos da rede pública.

Cenas da realidade social

Com uma câmera nas mãos, jovens à procura da própria identidade participam do projeto Meu Morro, Meu Olhar.



Munidos de máquinas (e sensibilidade), estudantes retratam o mundo em que vivem.

Eles compartilham o mesmo perfil: são educadores. E se conheceram dentro de uma escola. Aline Guerra era bolsista de educação artística. Jorge Quintão é fotógrafo e designer multimídia. Da observação atenta de uma e da vocação para o trabalho voluntário de outro surgiu, em 2009, o projeto Meu Morro, Meu Olhar.

Nas primeiras atividades na escola municipal Ulysses Guimarães, frequentada principalmente por filhos de famílias de baixa renda do Morro do Papagaio, ou Aglomerado Santa Lúcia, que fica em Belo Horizonte (MG), Aline notou que, quando desenhavam, os alunos nunca retratavam a si mesmos ou o local onde moravam. A partir daí, propôs a Quintão uma parceria para desenvolver um trabalho com os estudantes do 5º ano do ensino fundamental. Ele topou na hora. Dias depois, já estava na sala de aula, iniciando a garotada nos segredos da fotografia como forma de expressão.

Esse foi ponto de partida do projeto Meu Morro, Meu Olhar, no qual hoje Aline atua como voluntária. Foram selecionados inicialmente 20 alunos. O critério foi o interesse deles pela atividade. Com o tempo,

o grupo ficou reduzido a 14 pessoas. A escola tinha 13 câmeras analógicas que nunca haviam sido usadas, estavam guardadas em um armário. Foi com essas que começaram o trabalho. “A primeira coisa que ensinei aos estudantes foi adquirir o hábito de pensar, antes de clicar. Sempre reforcei a noção de que fotografar não é apertar botão”, diz o fotógrafo. Em uma segunda

A escola tinha 13 câmeras analógicas que nunca haviam sido usadas. Foi com essas que começaram o trabalho.

fase, quando esse conceito já estava incorporado pelos alunos, eles passaram a usar câmeras digitais, compradas pela escola ou doadas.

O reconhecimento do impacto do projeto não tardou. Ainda em 2009, o fotógrafo foi o primeiro colocado na premiação Parceiros da Escola Integrada, instituída pela Secretaria de Educação de Belo Horizonte. Esse programa do órgão público mineiro prevê que as crianças passem

nove horas na escola, entre as aulas das disciplinas tradicionais no período da manhã e atividades à tarde, como capoeira, xadrez, teatro, pintura e informática, entre outras.

No dia seguinte ao do recebimento do prêmio, outra boa notícia: João Paulo, um dos alunos de Quintão, foi o primeiro colocado no Concurso Repórter Guri, do jornal *Estado de Minas*, entre 150 participantes. Mas, para o profissional, a maior recompensa vem do próprio trabalho com os alunos: “Eles são muito bons, precisam apenas de uma oportunidade. O menino que está todo dia na sala da diretoria por questões disciplinares vira outra pessoa quando está com uma câmera nas mãos”. Na esfera pessoal, o projeto Meu Morro, Meu Olhar também teve desdobramento: Quintão e Aline estão casados.

Foto: Gabriel/Olhar-Coletivo

Projeto

Meu Morro, Meu Olhar

Gestor

Jorge M. Quintão

Instituição responsável

Multiverse - Arte em Mídia Digital

Parceiros

Café com Letras; Centro Fotográfico; Escola Integrada – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Abrangência geográfica

Morro do Papagaio, Belo Horizonte (MG).

Público atendido

Estudantes do 5º ano da Escola Municipal Ulysses Guimarães

Investimento

R\$ 8 mil, da Secretaria Municipal de Educação, para a aquisição de câmeras e filmes, revelação e ampliação das fotos analógicas.

Mais informações

www.olharcoletivo.org

Oficinas para a comunidade

No Net Comunidade, participantes de todas as idades aprendem a lidar com equipamentos digitais variados.

Paulo Henrique Alves Lima, 37 anos, deixou para trás a vida de jornalista em uma banca de porte médio e agora cursa o primeiro semestre de Rádio e TV na unidade Vila Mariana da Universidade Bandeirantes (Uniban), instituição privada na cidade de São Paulo. Quem paga a mensalidade é sua esposa. Assim, ele pode se dedicar integralmente aos estudos. Além da Uniban, Lima frequenta três oficinas: jornalismo, mídias digitais e vídeo. Todas são mantidas pelo Net Comunidade, um dos projetos da área de responsabilidade social da Net Serviços, instalado na Incubadora de Projetos Sociais da Prefeitura Municipal de São Paulo no bairro do Cambuci, um dos mais antigos da capital paulista.

Segundo Daniely Cristina Gomiero, gerente de Comunicação Interna e Responsabilidade Social da Net Serviços, o Cambuci tem 28,7 mil habitantes, com renda média na casa dos R\$ 1,6 mil. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do bairro é 0,903, tido como bom.



Foto: Divulgação

Mídias digitais integram projeto da Net

No entanto, é grande o contingente de pessoas que moram nas ruas e em cortiços. O Net Comunidade, a serviço dessa população, ocupa o mesmo espaço que abrigou a Gráfica Municipal, de 1941 a 2005, e onde também funcionou o museu de mesmo nome. Os frequentadores têm à disposição 25 computa-

Integrantes da Agência Comunitária de Notícias são responsáveis pela produção de vídeos, exibidos nas salas.

dores, além de uma sala de cinema com capacidade para 40 pessoas. O eixo do trabalho, de acordo com Daniely, tem tudo a ver com a missão da empresa: conectar pessoas com o mundo.

De uma das oficinas do projeto, chamada Repórter Comunidade, saem os integrantes da Agência Comunitária de Notícias, responsáveis pela produção de vídeos, exibidos na sala de projeção do Net Comunidade. Entre as atividades, destacam-se a construção do *blog* do projeto, a divulgação em mídias sociais e a criação de *sites* pessoais. Os recursos tecnológicos são muitos – da *web* à TV, do *software* (cedido pela Microsoft) aos *hardwares* (PCs), passando pela fotografia. Quem participa da oficina também tem acesso a plataformas de desenvolvimento, como o Cinelerra (editor e compositor de vídeo para sistemas operacionais, como Linux e Inkscape), e o editor gráfico GPL / Blender (conjunto de ferramentas de código aberto para criações em

3D). Sem falar em equipamentos digitais, dispositivos de comunicação (rádio, TV, vídeo, câmeras fotográficas, gravador de voz, projetor, telefonia fixa, celular) e ferramentas de interatividade (*blogs*, listas de discussão por *e-mail* e redes sociais). Em outras oficinas de comunicação comunitária, os participantes se dedicam a construir *pin holes* e a criar fanzines e quadrinhos. Esse misto de atividades conecta os participantes com a realidade do mercado de trabalho, mas não busca a colocação profissional. “Os participantes devem ir atrás da própria formação”, explica Daniely Gomiero.

Projeto

Net Comunidade

Instituição responsável

Net Serviços de Comunicação

Gestora

Daniely Cristina Gomiero, gerente de Comunicação Interna e Responsabilidade Social da Net.

Parceiros

Cidade Escola Aprendiz; F-Secure; Instituto Asas; Microsoft; prefeituras de Campinas e de São Paulo; Simpress.

Abrangência geográfica

Campinas e São Paulo (SP).

Público atendido

Pessoas de todas as faixas etárias da comunidade e entorno.

Investimento

Total no Net Responsabilidade Social (programas Net Comunidade e Net Educação, este último não focalizado na reportagem): R\$ 1,3 milhão em 2009 e R\$ 1,6 milhão em 2010.

Mais informações

www.netcombo.globo.com

A linguagem da galera

Oi Kabum! ensina técnicas multimídia e noções de cidadania para moçada de regiões com alta vulnerabilidade social



Fotos: Divulgação

O objetivo principal das escolas Oi Kabum! é a inclusão no mercado de trabalho.

Benjamim Reis experimentou de tudo nos 18 meses que passou na Oi Kabum! Escola de Arte e Tecnologia de Salvador (BA). A escola faz parte do projeto de inclusão da Oi Futuro, instituto de responsabilidade da operadora de telefonia. Benjamin fez as três etapas da escola, experimentou um pouco de todas as linguagens oferecidas e se apaixonou por computação gráfica. “Eu já desenhava, era autodidata, mas a Oi Kabum! foi importante por mostrar as novas possibilidades”, diz Benjamin, hoje com 23 anos, gerente de produção da TVE e aluno do curso de Tecnologia Multimídia da Universidade Jorge Amado. “Quero trabalhar em 3D e efeitos especiais”, conta.

Depois de frequentar a Oi Kabum! até 2004, Benjamin foi monitor da turma seguinte da escola – uma característica do projeto. Ao mesmo tempo, desenvolvia o projeto de construir um núcleo de produção para os egressos da escola e se preparava para entrar no mercado de trabalho pretando serviços esporádicos de vídeo e impressos. Em 2006, conta, “meteu as caras

no mercado”. Durante um tempo, até meados de 2007, conciliou a Oi Kabum! com o primeiro emprego, na Moviola, produtora de vídeo e de animação de programas. Fez trabalhos para a Braskem e para a Petrobras, passou pela Tatevídeo, foi para a RX, terceira maior produtora de peças publicitárias de Salvador, onde ficou um ano, até ser atingido pelos cortes. “Há um ano faço meu próprio horário na TVE, e trabalhos avulsos em casa com meu *tablet* PC

Os adolescentes são atendidos por uma equipe de educadores que tem larga experiência na área de trabalhos audiovisuais

e impressora, de olho no segmento de *games*”, diz Benjamin Reis.

O objetivo principal das escolas Oi Kabum! é a inclusão no mercado de trabalho. Mas não só, assegura Maria Arlete Gonçalves, diretora de cultura do Oi Futuro, que se reconhece como “mãe” do projeto. As escolas também se dedicam a pro-

porcionar formação cidadã a jovens de 16 a 18 anos que moram em comunidades de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e estudantes da rede pública. São 18 meses de formação gratuita em linguagem multimídia, com quatro horas de aulas diárias em cursos de *design*, computação gráfica, vídeo, fotografia e *webdesign*. Recorrer à tecnologia para fazer inclusão está na gênese do Oi Futuro, desde os tempos em que ainda era Instituto Telemar, diz Arlete, acrescentando que “multimídia é a linguagem contemporânea dos jovens”.

Emanuel de Jesus é outro exemplo do sucesso da proposta Oi Kabum! Ele chegou ao projeto aos 20 anos, sem profissão e sem nenhuma perspectiva na vida. Morador de Vila Kennedy, bairro de classe média baixa do Rio de Janeiro, fez parte da primeira turma do projeto, em 2003. Atrasado na escola por absoluta falta de interesse nos estudos, gostava de desenhar, fazer poesia. Entre os cursos de capacitação oferecidos, optou pelo de vídeo. “Na época, minha mãe nem sabia o que era um audiovisual”, conta, rindo. Descobriu que aprender era “interessantíssimo”, qual era o significado da palavra solidariedade e que professores e diretores da escola podiam ser grandes parceiros.

Quando terminou o curso, juntou-se a “uma galera que queria muito fazer coisas”. Essa turma criou o Estética Central, um festival que oferece gratuitamente toda a infraestrutura, além da ajuda de monitores, para quem quiser produzir vídeos com celulares. O tema é a Central do Brasil. O programa conseguiu vários patrocinadores e está em sua segunda edição. Hoje, aos

27 anos, o rapaz desenvolve também trabalhos para vários clientes e está montando sua produtora de vídeo com três sócios. E reconhece a diferença que o projeto representou em sua vida. “No Oi Kabum! os professores incentivam a pessoa a descobrir seu próprio caminho e, principalmente, a desenvolver e acreditar em seu potencial.”

A escolha das primeiras cidades para implantação do projeto Oi Kabum!, assim como a localização das escolas, não foram aleatórias: Rio de Janeiro (2003), Salvador (2004) e Recife (2005) carregam a marca de serem das mais violentas do país, e as unidades foram instaladas nas regiões centrais. A escola de Belo Horizonte começou a funcionar em 2009.

O trabalho da Oi Futuro é desenvolvido em parceria com organizações não-governamentais (ONGs). No Rio de Janeiro, com o Centro de Criação de Imagem Popular (Cecip). No Recife, com a Auçuba Comunicação e Educação. Em Salvador, com a Cipó Comunicação Interativa. Em Belo Horizonte, com a Associação Imagem Comunitária (AIC). O projeto recebe também apoio de órgãos públicos como a Secretaria de Cultura da Bahia, a prefeitura do Recife, a Secretaria

de Educação de Pernambuco e o governo de Minas Gerais.

Atualmente, as escolas de Salvador e Recife atendem 80 jovens cada uma. Rio de Janeiro e Belo Horizonte têm cem alunos cada. As quatro unidades já formaram mais de 700 alunos. Todos os custos são bancados com recursos próprios do Oi Futuro. No ano passado, o orçamento da rede Oi Kabum! foi de R\$ 7,5 milhões. Cada escola dispõe de cerca de 50 computadores, entre MACs e PCs, com todos os *softwares* para trabalhos multimídia. Os alunos também têm estúdios de áudio e foto, ilhas de edição, equipamentos como câmeras de vídeo, máquinas fotográficas, projetores, entre outros equipamentos.

Após o período de formação, os profissionais são absorvidos diretamente pelo mercado de trabalho ou passam a integrar o núcleo de produção da escola, onde prestam serviços, como uma agência de comunicação. Ao lado das habilidades técnicas adquiridas, a formação cidadã é feita em aulas de História da Arte e Tecnologia, Desenvolvimento Pessoal e Social, Oficina da Palavra e *Design* Sonoro.

Ao final dos cursos, em média, 90% dos alunos saem formados na modalidade escolhida. Mas existem

resultados impossíveis de mensurar: o aumento de autoestima, o crescente domínio da expressão escrita e falada e a revelação de talentos individuais e coletivos.

Projeto

Oi Kabum! Escola de Arte e Tecnologia

Instituição responsável

Oi Futuro

Gestora

Maria Arlete Gonçalves, diretora de Cultura da instituição.

Parceiros

Associação Imagem Comunitária; Auçuba – Comunicação e Educação do Recife; Centro de Criação de Imagem Popular; Cipó - Comunicação Interativa; Consulado Geral dos EUA no Rio de Janeiro; Governo de Minas Gerais; Instituto Brasil-EUA; Plug Minas; Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico de Recife; Secretaria de Cultura da Bahia.

Abrangência geográfica

Belo Horizonte, Recife, Rio de Janeiro e Salvador.

Público atendido

Jovens entre 16 e 18 anos, de comunidades vulneráveis, e estudantes da rede pública. Já formou mais de 700 alunos em linguagem multimídia, desde 2003.

Investimento

R\$ 6,4 milhões em 2009

Mais informações

www.oifuturo.org.br
www.oikabum.com.br



Além de computadores, os alunos dispõem de estúdios de áudio e foto, ilhas de edição, câmeras de vídeo e orientação de qualidade.

Alta tecnologia em alto-mar

Pescando com Redes 3G coloca tecnologia de última geração a serviço de comunidades do Sul da Bahia



fotos: Divulgação

Aparelhos tecnológicos sofisticados ajudam a comunidade a gerir seus negócios com mais eficiência

A pesca em Santa Cruz de Cabália (BA) está em crise. Assim como outras comunidades litorâneas brasileiras, a cidadezinha sofre por uma série de razões que afetam a sustentabilidade dessa que é a principal atividade econômica da região. Entre os principais problemas, estão a baixa qualificação dos profissionais e as deficiências da infraestrutura local. O resultado é que as redes lançadas ao mar já não voltam carregadas com uma quantidade suficiente de peixes para garantir o sustento dos pescadores e suas famílias. Como alternativa, esses trabalhadores se veem obrigados a mudar de ramo, passando a dedicar-se a negócios como artesanato e turismo.

Era preciso reverter esse quadro. E foi o que começou a acontecer no final de 2009, quando um consórcio de empresas resolveu colocar tecnologia de última geração a ser-

viço da comunidade. Surgiu, assim, o projeto Pescando com Redes 3G. Mais do que promover a inclusão digital na região, a finalidade é contribuir de forma significativa com o desenvolvimento econômico local.

Ferramentas especiais

A primeira etapa desse programa, já em andamento, é a doação de 25 *smartphones*, com créditos pagos, para uso em 15 embarcações. Os celulares, equipados com ferramentas especiais, vão muito além de receber e transmitir chamadas – possibilitam gerenciar informações relacionadas à meteorologia, à qualidade e temperatura da água, aos indicadores de mercado, à cotação de produtos e muito mais. Está previsto até um banco de dados para onde os trabalhadores poderão enviar, mesmo de alto-mar, dados sobre o pescado obtido. Quando o sistema estiver em

pleno funcionamento, encomendas poderão ser feitas diretamente ao dono do barco, o que significa que deverá sair de cena a figura do atravessador. Sem contar que o vai-e-vem às vezes desnecessário poderá estar com os dias contados. Isso porque o pescador poderá adiar a volta se verificar que a mercadoria já foi vendida.

Um outro aplicativo do aparelho 3G vai ajudar na gestão dos negócios. E, aí, prejuízos como os que afetaram o pescador Genival serão coisa do passado. Ele conta que, quando fez a primeira viagem junto com os técnicos do projeto, teve uma surpresa: “Eu tinha gasto R\$ 8 mil e, se vendesse tudo o que tinha pescado, ganharia R\$ 7.500”. Isso mostra a dificuldade que o pescador tem em administrar despesas e receitas, explica Francisco Soares, diretor sênior de Relações Governamentais da Qualcomm, uma das em-

presas parceiras do Pescando com Redes 3G. Outra apoiadora do projeto é a Vivo, que instalou mais uma estação radiobase 3G na localidade de Guaiú, vilarejo onde até então não havia qualquer tipo de conexão para celulares e internet.

Dois suportes montados pelo Instituto Ambiental Brasil Susten-

O barco-escola, cedido pelas associações de pescadores da região e equipado pelo projeto, faz viagens de treinamento.

tável (IABS) – um no mar e outro em terra – capacitam os pescadores no uso das novas tecnologias. O barco-escola, cedido pelas associações de pescadores da região e equipado pelo projeto, faz viagens de treinamento. Na cidade, o prédio da antiga cadeia, doado pela prefeitura, se transformou em um telecentro com 18 estações de trabalho. A Colônia de Pescadores de Cabrália, responsável pela gestão do espaço público de informática, procura parceiros para poder pagar monitores e, assim, estender as

aulas, agora dedicadas apenas aos participantes do projeto, ao restante da população. “Queremos abrir cursos de Educação de Jovens e Adultos porque 50% dos pescadores daqui são analfabetos”, conta Cleonice Aragão Feitosa, presidente da Colônia.

O Projeto Pescando com Redes 3G também está formando pescadores da aldeia Pataxó de Cabrália para o cultivo de ostras, inédito na região. “Essa atividade pesqueira pode ser assimilada por mulheres e jovens. Por isso, favorece o aumento da renda familiar”, diz André Macedo Brügger, cofundador do IABS. Aos 47 anos, Helenice Nascimento Santos, que faz bijuterias para vender aos turistas, não entende o que significa a palavra sustentabilidade. Só sabe o que quer dizer futuro. “Eu entrei no curso de ostras porque assim posso melhorar a vida lá em casa”, diz a descendente Pataxó, que tem pai, marido e filhos pescadores.

Os indígenas aprendem a controlar o crescimento das ostras e a registrar os dados no sistema. Para medir o tamanho do molusco, eles se valem de programas como a biometria. Outras orientações técnicas são feitas a distância. Segundo Aloísio Tatuí, da Associação dos Pesca-

dores Indígenas Pataxó, atualmente 30 pescadores interessados nesse tipo de cultivo marítimo participam do projeto. Essa atividade, na opinião de Claudio Mendes, diretor de Pesca do município, vai contribuir para diminuir a pressão pesqueira local: “Um grande benefício em termos ambientais.”

Até o final de 2011, quando o projeto deve se encerrar, os beneficiários não terão qualquer despesa. Eles dispõem de créditos mensais e assistência técnica permanente. Tampouco pagaram pelos equipamentos. No entanto, a sustentabilidade do programa requer novos investimentos em razão do alto custo – só um *smartphone* pode chegar a custar R\$ 2.500. “Temos muito tempo para ver como as coisas vão se desenrolar. Poderá haver uma prorrogação da atuação das empresas, com novos aportes de recursos, poderão ser firmadas parcerias que assumirão determinadas atividades”, ressalta Soares, diretor da Qualcomm.

Projeto

Pescando com Redes 3G

Instituição responsável

Qualcomm

Gestores

André Brügger, cofundador do Instituto Ambiental Brasil Sustentável (IABS); Francisco Soares, diretor de relações governamentais da Qualcomm.

Parceiros

Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional; IABS; prefeitura de Cabrália; Qualcomm Incorporated; Vivo; ZTE Brasil.

Abrangência geográfica

Comunidades Pataxó, Guaiú e Cabrália (BA).

Público atendido

Diretamente, 200 pescadores; indiretamente, 600 pessoas da comunidade.

Investimento

Informação não disponível

Mais informações

www.qualcomm.com.br/citizenship/wireless_reach/faqs.html



foto: Aurea Lopes

Embarcações equipadas com tecnologia de ponta ajuda no treinamento dos pescadores



Voluntários em ação

A Escola de Informática e Cidadania leva conhecimento digital aos funcionários da Unisys e à comunidade

Em 2010, a Escola de Informática e Cidadania (EIC) da Unisys Brasil completa sete anos. O projeto visa à inclusão digital de funcionários, filhos, terceirizados e fornecedores. A iniciativa, sem dúvida, aumenta a qualificação profissional e as chances de emprego. Mas não só. Além de promover a capacitação técnica, os cursos também têm a missão de incentivar os alunos a refletir sobre suas realidades e de promover o debate de temas ligados aos direitos e deveres dos cidadãos. E, para isso, vão além da teoria: as aulas são ministradas por empregados da empresa que atuam como voluntários. Gente que pratica solidariedade e, com seu exemplo, divulga essa ideia.

Os cursos não são dirigidos exclusivamente a quem trabalha na Unisys ou presta serviços à empresa. Jovens e adultos de baixa renda que vivem nas proximidades da companhia, seja em São Paulo, no Rio de Janeiro ou em Belo Horizon-

te, são igualmente atendidos.

Entre o segundo semestre de 2004 e o primeiro de 2010, 800 pessoas passaram pela EIC. Maria Antônia da Costa, gerente de *marketing* e comunicação da Unisys Brasil, esclarece: “Nós não os chamamos de alunos, mas de educandos. Assim como preferimos nos referir aos que conduzem as atividades na sala de aula como educadores voluntários”. Segundo

preconizava, entre outras coisas, que o conhecimento deve ser construído a partir do repertório cultural do próprio educando. Na visão de Freire, o aluno é o sujeito que age na transformação da realidade. Daí porque, na opinião da gerente de *marketing* e comunicação, faz sentido atribuir aos conteúdos trabalhados na EIC a marca da cidadania. O ensino de informática, baseado no pacote do Microsoft Office, visa

Definidos por meio de uma dinâmica de grupo, os temas das aulas são segurança, trabalho, sustentabilidade, racismo, reciclagem de lixo.

ela, que também atua como voluntária na coordenação da EIC em suas três unidades – São Paulo (a mais antiga), Belo Horizonte e Rio de Janeiro –, a metodologia e a conceituação básica do programa bebem na fonte de Paulo Freire. O mais célebre educador brasileiro

solucionar problemas práticos. Os temas das aulas – segurança, trabalho, sustentabilidade, racismo, reciclagem de lixo, violência contra a infância e uso racional da água, entre outros – são definidos por meio de uma dinâmica de grupo. O curso tem duração total de quatro meses e as aulas acontecem uma vez por semana.

Os educadores – 75 no total, de todas as áreas da empresa – passam por um período de capacitação e, depois, trabalham como auxiliares o tempo que for necessário, até ganhar experiência. Só então estão prontos para conduzir o ensino de cada um dos quatro módulos. Foi o que aconteceu com Maria Cristina Pimentel, da Unisys de São Paulo. Gerente de projetos de Tecnologia da Informação para o comércio, ela decidiu se incorporar à EIC em dezembro de 2007. Durante os dois semestres de 2008, foi educadora auxiliar. “Eu era responsável pelo treinamento no Microsoft Office



Na Unisys Brasil, as aulas de inclusão digital são dadas por empregados voluntários.

Fotos: Aparecido Donizeti Costa



Funcionários e filhos, terceirizados, fornecedores e moradores do entorno podem frequentar a Escola de Informática e Cidadania.

mas, paralelamente, aprendia a formar um plano de aula adequado para assumir o papel de principal educadora”, descreve.

Nas aulas da EIC, são sempre dois educadores que trabalham com cada um dos quatro módulos. Em 2009, Maria Cristina já havia desempenhado esse papel, trabalhando com turmas de jovens cujas aulas são aos sábados pela manhã, na unidade da capital paulista. “Eles chegam conhecendo muita coisa, pois todos têm acesso à internet, seja nas *lan houses*, em casa, na escola ou outro lugar”, comenta ela.

Cursos na boca do povo

O que os alunos não sabem, muitas vezes, é utilizar as ferramentas que os *softwares* oferecem. Por isso ela faz questão de frisar que a experiência tem sido extremamente gratificante, apesar da correria que é a vida de uma profissional com a sua função em uma cidade como São Paulo.

Maria Antônia da Costa lembra de uma senhora que queria saber usar a internet para aprender novas receitas. Ela aprendeu e foi ainda

mais longe. Agora, também usa o computador para calcular o custo dos ingredientes e o preço de venda dos bolos, sua fonte de renda. “Graças à tecnologia, as pessoas se tornam donas dos seus destinos, conhecem seus direitos em relação aos serviços que recebem do Estado e tomam as iniciativas que podem ajudar a melhorar suas vidas”, diz Maria Antônia.

Os cursos têm sido tão bem-sucedidos que praticamente não precisam ser anunciados. “Às vezes, colocamos um cartaz no clube dos funcionários, mas, em geral, é o boca a boca que faz a divulgação. E a procura é sempre superior ao número de vagas”, informa Maria Antônia. Para ela, a Escola de Informática e Cidadania tem, ainda, a função de desenvolver o espírito de voluntariado entre os funcionários. Além do mais, a EIC favorece novas oportunidades de aproximação entre as pessoas, fora da formalidade e da hierarquia do ambiente de trabalho. “Isso acaba se refletindo positivamente sobre todos”, analisa a gerente de *marketing* e comunicação.



Projeto

Escola de Informática e Cidadania

Instituição responsável

Unisys Brasil

Gestora

Maria Antônia da Costa, gerente de marketing e comunicação.

Parceira

Microsoft

Abrangência geográfica

Regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Público atendido

Jovens e adultos do entorno das unidades, prestadores de serviço, seus filhos e familiares e associações de assistência comunitária.

Investimento

Informação não disponível

Mais informações

www.unisys.com.br

Acesso à web e à cidadania

Mutirão pela Inclusão Digital democratiza acesso da população de Passo

Fundo ao mundo da educação virtual



fotos: Divulgação

A cidade gaúcha apoia em peso o Mutirão pela Inclusão Digital, que permite à população se apropriar das tecnologias da informação.

Uma iniciativa da Universidade de Passo Fundo (UPF), no Rio Grande do Sul, já contribuiu para que cerca de 860 pessoas, até então excluídas da comunidade digital, se apropriassem das tecnologias da informação. Foram até hoje 38 oficinas, em parceria com 14 instituições locais diferentes. O projeto Mutirão pela Inclusão Digital vem sendo desenvolvido nos últimos seis anos e continua a pleno vapor com a parceria de quatro escolas da rede pública local, para beneficiar, em 2010, 278 alunos.

Na prática, o Mutirão trabalha com grupos de perfis diverso – de crianças carentes à terceira idade, passando por jovens egressos do sistema prisional, pessoas portadoras de baixa visão ou cadeirantes. Para o coordenador, professor Adriano Canabarro Teixeira – que, entre outros títulos, também é pós-doutor em Educação, na área de

Educação a Distância –, mais importante do que a extensão do projeto é a proposta de criar na cidade uma cultura de “informática educativa”. “O projeto é Paulo Freire na veia”, afirma, citando o educador brasileiro que, a partir da década de 1960, revolucionou a educação com seu método de leitura e escrita, adotado em vários países do terceiro mundo.

Iniciado em 2004, o Mutirão pela Inclusão Digital é uma extensão das atividades da universidade, que financia o projeto com uma verba anual de R\$ 62 mil. As aulas acontecem dentro dos laboratórios da universidade, às quintas e às sextas-feiras, em oficinas de três horas semanais, durante cerca de 40 semanas por ano. A supervisão do programa é feita por professores do curso de Ciência da Computação e da vice-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da UPF.

Alunos de várias disciplinas inte-

gram a equipe. Segundo Teixeira, já participaram diretamente das oficinas 98 estagiários, todos da graduação. Dessa rica interação com a sociedade resultaram oito trabalhos de conclusão de curso de graduação, seis projetos de pesquisa e quatro dissertações de mestrado. A ação foi, ainda, objeto de artigos e trabalhos em 64 publicações científicas, entre as quais o livro *Mutirão pela Inclusão Digital: Experiências, Desafios e Perspectivas*.

A abordagem dos monitores procura ser diferenciada. “Para cada grupo, desenvolvemos um tipo de ação, de forma que o processo tenha significado para quem está aprendendo”, explica o professor. Assim, os grupos são estimulados a refletir sobre suas condições de vida e a preparar conteúdos que façam sentido em suas realidades. Um exemplo é a produção na internet dos HiperTextos da Vida, pelo

grupo de idosos. “O registro que eles estão fazendo é particularmente importante para pessoas dessa faixa etária, que, em geral, já perderam o vínculo com o mundo do trabalho e, em muitos casos, vivem sozinhas”, diz Teixeira.

Os grupos são estimulados a refletir sobre suas condições de vida e a preparar conteúdos que façam sentido em suas realidades.

Euclides Casemiro de Camargo, um aposentado de 76 anos que participa do Departamento de Atenção à Terceira Idade da prefeitura de Passo Fundo, garante que o Mutirão lhe abriu as portas para o mundo. Ele se corresponde regularmente com Ana Maria Amélia, uma senhora de 95 anos, na Espanha. “Foi um documentário sobre ela que me inspirou a desbravar a internet”, conta. O aposentado também troca *e-mails* com seus filhos em Porto Alegre e em São Paulo e publicou no Orkut gravações em vídeo de suas apresentações musicais com o acor-

deão, instrumento ao qual dedica parte de suas horas de lazer. “Já tenho 269 amigos no Orkut”, gaba-se.

Para Teixeira, a inclusão digital pode e deve chegar a todos. E outra forma de multiplicar esse processo se dá pela adesão ao *software* livre. “Quando começamos, em 2004, usávamos Windows. Mas nos pareceu uma incoerência trabalhar com uma plataforma que 80% dos alunos não têm como adquirir legalmente”, comenta. A universidade avaliou que, ao disseminar o uso de ferramentas pelas quais os alunos não poderiam pagar, estaria fomentando a pirataria, ainda que indiretamente.

A partir dessa constatação, nasceu outro projeto do Mutirão: o Kit Escola Livre ou, simplesmente, Kelix, também desenvolvido pelo Curso de Ciências da Computação da UPF. A peça é composta por uma coletânea de 45 *softwares* educacionais sob a licença GNU Public License, para iniciativas de informática educativa e de inclusão digital. “Os programas educativos estão organizados por disciplinas, séries e objetivos. O professor pode preparar inúmeras atividades para promover a autonomia dos usuários, tirando partido da interatividade, da experimentação e da criatividade”, detalha.

No começo, o trabalho consistiu em pesquisar os *softwares* livres educacionais que já existiam e adaptá-los para o português e para a realidade brasileira. Em outra etapa, foi preciso traduzir, ajustar funcionalidades, editar linguagens e garantir a qualidade final de cada programa. Inicialmente, o investimento foi de R\$ 28,9 mil. O *kit*, que roda em Linux, já está na versão 2.0, e novas versões devem ser publicadas ao longo do tempo. De acordo com o coordenador do projeto, o Kelix pode ser baixado gratuitamente para um CD. “Assim, não ocupa espaço em disco ou na memória RAM”, justifica o coordenador. Tudo pensado para aproveitar ao máximo os recursos de organizações voltadas à inclusão digital, as quais normalmente não dispõem de equipamentos potentes ou de última geração.

Projetos

Mutirão pela Inclusão Digital e Kit Escola Livre - Kelix

Instituição responsável

Universidade de Passo Fundo (UPF)

Gestor

Adriano Canabarro Teixeira, coordenador do projeto.

Parceiros

Apae Getúlio Vargas; Centro de Referência em Literatura e Mídias - UPF; Fundação Universidade de Passo Fundo; Grupo de Estudo e Pesquisa em Inclusão Digital; InfoEduca: Soluções em Informática Educativa; Instituto Federal de Educação; Junior Chamber International; prefeitura de Passo Fundo; Projeto Kit Escola Livre.

Abrangência geográfica

Mutirão: Município de Passo Fundo (RS); Kit Escola: todo o país.

Público atendido

Mutirão: 278 pessoas, entre alunos da rede pública municipal, grupos de terceira idade, cadeirantes, portadores de baixa visão, jovens egressos do sistema prisional e dependentes químicos;

Investimento

Mutirão: em 2010, R\$ 62 mil; Kit Escola: em 2010: R\$ 28,9 mil.

Mais informações

<http://mutirão.upf.br>

<http://kelix.upf.br>



O professor tira partido de programas educativos para promover a autonomia do aluno



PROJETOS DESTA EDIÇÃO

A

Agentes de Desenvolvimento da Comunicação **pág. 50**
Algar Educa **pág. 116**

B

Byte & CriAção **pág. 48**

C

Capacitação Profissional e Inclusão no Mercado de Trabalho **pág. 124**
CD Brasil Hoje **pág. 102**
CDI Comunidade **pág. 30**
Centro Cultural Coco de Umbigada **pág. 70**
Centro Infante-Juvenil Zona Sul **pág. 46**
Centros de Inclusão Digital (CIDs) **pág. 94**
Cidadania Digital **pág. 92**
Cinema na Favela & Favela no Cinema **pág. 52**
Comunidade Virtual Escrevendo o Futuro **pág. 102**
Conexão Digital **pág. 122**
Conexão Direta com o Futuro **pág. 122**
CRC-Cesmar **pág. 34**
Criança do Café na Escola **pág. 90**
CyberCafé Rural **pág. 16**

D

De Dentro da Pedra **pág. 120**

E

Encontro Nacional Rede Mocambos **pág. 24**
EnterJovem Plus **pág. 58**
Escola Conectada **pág. 54**
Escola de Informática e Cidadania **pág. 134**
Escola que Vale **pág. 112**
Escrevendo com o Escritor **pág. 60**

F

Formare **pág. 100**

G

Garoto Cidadão **pág. 98**
Gemas da Terra **pág. 78**
Gestão para o Sucesso Escolar (GSE) **pág. 44**

I

Intel Aluno Técnico **pág. 126**
Interação Digital **pág. 106**

J

Jovem Aprendiz **pág. 34**
Jovem Trabalhador **pág. 68**

K

KidSmart **pág. 114**
Kit Escola Livre - Kelix **pág. 136**

M

Meu morro, meu olhar. **pág. 128**
Multimídia **pág. 76**
Mutirão pela Inclusão Digital **pág. 136**

N

NET Comunidade **pág. 129**
Núcleo de Produção de Vídeo **pág. 72**

O

Oi Kabum! Escola de Arte e Tecnologia **pág. 130**
Organismo Comunicação e Arte (OCA) **pág. 56**

P

Pescando com Redes 3G **pág. 132**
Pontão de Cultura Coletivo Digital **pág. 38**
Pontão de Cultura Digital do Tapajós **pág. 82**
Pontão de Cultura Digital Minuano **pág. 22**
Pontão de Cultura Nós Digitais **pág. 84**
Portal Fora do Eixo **pág. 36**
Portal Índios Online **pág. 80**
Prêmio Instituto Claro **pág. 118**
Produtor Informado **pág. 90**
Programa Qualificar para Incluir **pág. 96**
Projeto de Inclusão Digital **pág. 104**
Projeto de Integração Sociocultural através da Formação Profissional e Tecnológica **pág. 20**

R

Rede Independente de Cultura e Cidadania iTEIA **pág. 62**
Rede Jovem Comunica **pág. 110**
Redeca – Sistema de Informação das Redes pelo Estatuto da Criança **pág. 108**

S

SeLiga! **pág. 64**

T

Talento Digital **pág. 66**
Telecentro Cadesc **pág. 40**
Telelibras **pág. 86**

V

Vivo Educa **pág. 82**

W

Wikimapa – Localização ao Alcance de Todos **pág. 74**



Cidades Digitais

Um novo horizonte
para o cidadão
e a sociedade.

TRANSFORMANDO
a evolução da gestão pública
EM REALIDADE

www.cpqd.com.br

CPQD



Com suas redes temáticas, a Petrobras está em mais de 100 centros acadêmicos do Brasil. Mas se você procurar, pode achar todas no mesmo endereço.

A história da Petrobras sempre esteve ligada ao pioneirismo. E uma das principais fontes de novas ideias vem de convênios com universidades e institutos de pesquisa brasileiros. Assim funcionam as redes temáticas, uma parceria-modelo no desenvolvimento de soluções tecnológicas para o futuro. [Acesse www.youtube.com/canalpetrobras](http://www.youtube.com/canalpetrobras) e conheça uma série de minidocumentários sobre pessoas, meio ambiente, energia e tecnologia. Tudo ali, ao alcance de um clique.



Ministério de
Minas e Energia



O DESAFIO É A NOSSA ENERGIA